



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Cielo S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
de 24 de julho de 2020

Manual de Participação em Assembleia e
Proposta da Administração



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Introdução

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidá-los para participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cielo S.A. ("Cielo" ou "Companhia"), a serem realizadas conjuntamente em 24 de julho de 2020, às 10 horas, de modo exclusivamente digital ("Assembleias"), nos termos da Instrução CVM 481/09.

A fim de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem das Assembleias e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a administração da Companhia preparou o presente documento, contendo (i) as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação nas Assembleias; e (ii) as informações e documentos relativos às matérias a serem deliberadas, bem como a proposta da administração para cada uma delas.

Esclarecemos, por fim, que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia se encontram disponíveis nos *websites* da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), tendo sido publicados ainda no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Valor Econômico" em 28 de janeiro de 2020.

Cordialmente,

Marcelo de Araujo Noronha
Presidente do Conselho de Administração

Paulo Rogério Caffarelli
Diretor-Presidente



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Índice

Carta do Presidente	4
Orientações e Procedimentos para Participação nas Assembleias	7
Edital de Convocação	12
Esclarecimentos e Propostas da Administração para as Matérias Constantes das Ordens do Dia das Assembleias	15
Anexo I - Pareceres do Conselho Fiscal e Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras e sobre a Destinação do Lucro e Orçamento de Capital	23
Anexo II - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	28
Anexo III - Proposta de Destinação do Lucro Líquido	80
Anexo IV - Informações sobre os Candidatos ao Conselho de Administração	86
Anexo V - Informações sobre os Candidatos ao Conselho Fiscal	146
Anexo VI - Informações sobre a Proposta de Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal	180
Anexo VII - Proposta de Alteração do Estatuto Social	225
Anexo VIII - Estatuto Social Consolidado	228



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Carta do Presidente

Em 2019, apesar de uma recuperação macroeconômica e melhoria da performance do varejo, o aumento da competição em adquirência desencadeou uma aceleração na queda de preços e também de redução de margens no mercado, fazendo a qualidade dos serviços prestados ser um grande diferencial.

Nesse cenário, a Cielo adotou uma estratégia para reforçar sua atuação e manter sua liderança através de três pilares: (1) Reforçar competitividade em clientes do segmento de Varejo (clientes de médio porte, com faturamento total presumido entre R\$ 120 mil e R\$ 15 milhões por ano); (2) Melhorar experiência do cliente; e (3) Ampliar atuação no segmento de Microempreendedores (clientes de pequeno porte, com faturamento total presumido de até R\$ 120 mil por ano).

No pilar de reforço da competitividade em clientes de Varejo, reformulamos nosso modelo comercial, com a contratação de mil hunters (funcionários próprios com a função de afiliar novos estabelecimentos comerciais para a Cielo) com foco em trazer novos clientes e recuperar clientes perdidos. Também adotamos estratégia de precificação mais competitiva, com preços alinhados aos que vêm sendo praticados no mercado, de forma a blindar nossa base de ataques da concorrência. Após três anos de perdas de volume, com essas ações chegamos ao final de 2019 com grande crescimento no segmento de Varejo. Considerando apenas o Varejo – o resultado das ações em 2019 foi um crescimento de 3,4% do Varejo (em comparação com 2018), enquanto em 2018 o volume havia retraído em -15,3%. No 4º trimestre de 2019 chegamos a um crescimento de volumes no segmento de 14,7% na comparação com o 4º trimestre de 2018.

No pilar de melhoria da experiência do cliente, adotamos como estratégia nos diferenciar com alta qualidade de serviços. Com esse propósito, declaramos 2019 o “Ano do Cliente” na Cielo, e atuamos em diversas frentes de melhoria de satisfação com nossos serviços. Iniciamos o ano aumentando em seis vezes o peso da satisfação de clientes na remuneração variável dos executivos e colaboradores. Assim, conseguimos obter um aumento relevante de 450% no NPS (Net Promoter Score) da Companhia.

Adicionalmente, criamos um programa de melhoria operacional com foco nas principais reclamações de nossos clientes. Essas iniciativas, em conjunto, trouxeram significativas melhorias em 2019, como: (a) Melhoria expressiva do nosso NPS, conforme acima apontado; (b) Redução de 53% no número de ligações por cliente na central de atendimento, refletindo menor número de incidentes e maior facilidade de atendimento em canais digitais; (c) Redução de 87% no tempo médio de resolução de reclamações; (d) Queda de 16% nas reclamações na nossa central de atendimento; e (e) Queda de 60% nas ligações por problemas técnicos. Acreditamos que essas melhorias nos colocam em outro patamar de relacionamento com nossos clientes.

No pilar de ampliação da nossa atuação no segmento de Microempreendedores, trabalhamos em expandir os canais de venda e em criar o portfólio mais completo para o pequeno lojista, com o lançamento da Primeira Maquininha. Fechamos uma série de parcerias estratégicas em 2019 para distribuição de nossos serviços para este público. Também lançamos uma nova marca, novo logo e nova campanha de comunicação. Como resultado dessas ações, atingimos a marca de 1,3 milhão de máquinas vendidas.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Com isso, terminamos 2019 convictos de que cumprimos nossa missão de “trazer a Cielo de volta para o jogo” e manter a Cielo líder absoluta deste mercado. Mesmo em um cenário desafiador, terminamos o ano com um aumento de 18% em nossa base de clientes e 9% no volume transacionado. Embora a Cielo ainda tenha experimentado uma queda acentuada em seu Lucro Líquido, a administração continua a empreender todos os esforços de reorganização necessários à estabilização dos resultados da Companhia.

Entramos em 2020 preparados para os desafios do mercado, cientes de que temos ativos que nos diferenciam da concorrência. Somos reconhecidos como a melhor e mais inovadora empresa do setor de pagamentos, além de ser a marca mais lembrada pelo público dentre as adquirentes. Possuímos também grande capilaridade de distribuição e robustez tecnológica, ativos que nos habilitam a seguir em frente na liderança do mercado brasileiro de pagamentos. No período anterior a pandemia, o Varejo apresentava volume capturado com crescimento em dois dígitos, atingindo 16% em comparação ao ano anterior, isso por conta da estratégia comercial para conversão e retomada de clientes. A expectativa nesse período era de entregar um resultado 3% acima do planejado para o ano.

A partir de março de 2020, o mundo se deparou com uma situação inesperada, que é a crise causada pela pandemia do Covid-19. A crise trouxe muitas incertezas e, no início, vimos uma queda acentuada nas vendas do varejo brasileiro, com variações que chegaram a -52% (volumes na 4ª semana de março em comparação com dias equivalentes de fevereiro de 2020, com ajustes de calendário necessários – ex.: Carnaval), conforme divulgado no ICVA. No entanto, nas últimas semanas, vemos um movimento relevante de retomada do varejo, com o índice chegando a um patamar de redução de aproximadamente 23% no início de junho, na mesma comparação vs. fevereiro de 2020.

Como seria de se esperar, impactos desse porte na economia também afetam a Cielo e nos resultados divulgados no primeiro trimestre de 2020 vimos uma queda de volumes da Cielo da ordem de 51% na 4ª semana de março (na comparação com dias equivalentes de fevereiro de 2020), com a queda total do mês de março vs. fevereiro ficando em 11,2%.

Para reagir nesse contexto, a Cielo tem realizado diversas ações de proteção aos colaboradores, apoio ao varejo e preservação da saúde financeira da companhia. As ações para preservação da saúde financeira incluem iniciativas de controle de liquidez e também de redução de custos.

Para apoiar o varejo, a Cielo implementou mais uma série de iniciativas. Criamos a comunidade Cielo Movimenta, para colocarmos à disposição nossa tecnologia, nossa presença em todo país e nossa gente para ajudar os empreendedores não pararem os negócios mesmo diante da pandemia. A primeira iniciativa que tomamos foi disponibilizar R\$ 5 bilhões para antecipação de recebíveis de clientes que faturam até R\$ 15 milhões por ano e isentamos a exigência de um faturamento mínimo para abatimento no valor do aluguel acordado. Cerca de 900 mil empresas estão aptas a solicitar essa antecipação.

Já presente em nosso portfolio de produtos e soluções, o Super Link, solução fácil e segura que permite que o comerciante envie um link de pagamentos para seus clientes a fim de que ele conclua a compra pela internet, se fez mais eficaz do que nunca. A procura pelo Super Link aumentou mais de 600% entre fevereiro e março. E, a fim de ajudar ainda mais os clientes, nós



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

firmamos parceria com uma empresa de logística para realizar a entrega dos produtos vendidos por esse canal. Além da parceria com o Sebrae para realização de lives que orientam os empreendedores no uso do e-commerce como forma de atenuar as quedas nas lojas físicas. A audiência dessas primeiras lives alcançou mais de 400 mil pessoas. Outra parceria com a Instituição foi a plataforma gratuita Mercado Azul que oferece um espaço para empresas anunciarem produtos e serviços e encontrarem fornecedores.

Habilitamos 1,5 milhão de maquininhas em todos os estados brasileiros para aceitarem pagamentos dos beneficiários do auxílio emergencial que beneficia mais de 41 milhões de pessoas.

Em junho, a Cielo e o Sebrae-SP se juntaram para realizar o evento “Seu negócio digital em 5 dias”, que oferece a donos de pequenas empresas uma semana de inspiração e transformação digital com capacitação prática a fim de ingressar ou melhorar a atuação no modelo de vendas online. O evento reúne grandes players do mercado digital para apresentar ferramentas, técnicas, práticas e informações que permitam aos empreendedores implementar mudanças e melhorias nas vendas online, com baixo custo e fácil acesso. Foram mais de 50 mil inscritos.

Apesar das incertezas do cenário econômico atual, a administração da Cielo permanece confiante na capacidade da empresa de superar os desafios trazidos por essa situação e de aprender nos momentos difíceis para que a Cielo possa sair ainda mais forte após a crise.

Paulo Rogério Caffarelli
Diretor-Presidente



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Orientações e Procedimentos para Participação nas Assembleias

Poderão participar das Assembleias todos os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária. Ademais, diante das medidas de segurança recomendadas em relação à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em especial a restrição a aglomeração de pessoas, a Companhia realizará as Assembleias **de modo exclusivamente digital**, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Dessa forma, os acionistas poderão participar das Assembleias **(i)** virtualmente, por meio da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia, ou **(ii)** a distância, por meio de envio do Boletim de Voto a Distância.

Os tópicos seguintes descrevem os procedimentos a serem observados e os documentos a serem apresentados para participação nas Assembleias.

1. Participação por meio de plataforma eletrônica

Os acionistas que optarem por participar das Assembleias por meio da plataforma digital deverão entrar em contato com o Departamento Jurídico da Companhia, por meio do seguinte endereço de email: societario@cielo.com.br.

Os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail acima mencionado, cópias digitalizadas dos seguintes documentos, exigidos para a participação nas Assembleias:

Pessoas Físicas	<ul style="list-style-type: none">• Documento de identidade com foto do acionista.
Pessoas Jurídicas	<ul style="list-style-type: none">• Versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores.• Demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo.• Documento de identidade com foto dos representantes legais.
Fundos de Investimentos	<ul style="list-style-type: none">• Versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente).• Estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.• Documento de identidade com foto dos representantes legais.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar também comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, com data-base de, no máximo, 3 (três) dias úteis de antecedência à data das Assembleias.

Para permitir a adequada organização dos trabalhos, os acionistas que desejaram participar das Assembleias via plataforma eletrônica deverão enviar os documentos indicados acima, improrrogavelmente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) em relação à data e horário das Assembleias – isto é, até as 10 horas do dia 22 de julho de 2020.

Após receber o e-mail com o encaminhamento dos documentos indicados acima e confirmar a sua validade e completude, a Companhia credenciará o acionista para participar das Assembleias via plataforma digital e enviará as instruções detalhadas para a utilização da plataforma. Somente poderão participar das Assembleias os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com o prazo e os procedimentos indicados acima.

A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia e utilizada como meio de acesso para participação nas Assembleias será a plataforma de reuniões virtuais “Zoom”. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em: <https://zoom.us/>

A Companhia recomenda que os acionistas que solicitarem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia das Assembleias, acessem a plataforma com, no mínimo, uma hora de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

Por meio da plataforma Zoom, os acionistas credenciados poderão, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, discutir e votar os itens da ordem do dia das Assembleias, tendo acesso em vídeo e áudio à sala de conferência onde serão realizadas. A Companhia, no entanto, não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista nas Assembleias por meio eletrônico. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação nas Assembleias até as 18 horas do dia 23 de julho de 2020, deverá então entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 2596-8453, até no máximo as 9 horas do dia 24 de julho de 2020, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

1.1. Participação por meio de procurador

O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A." ou "Lei das Sociedades por Ações"), por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento**, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado,



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.¹

As procurações devem ter sido outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2.º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.

2. Participação por meio de boletim de voto a distância

O acionista poderá também encaminhar instrução de voto a distância para as matérias da ordem do dia das Assembleias, das seguintes formas:

- (i) por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- (ii) por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- (iii) por meio do envio de boletim de voto a distância devidamente preenchido diretamente à Companhia.

Envio diretamente à Cielo

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do boletim de voto diretamente à Companhia deverá encaminhar cópia digitalizada do boletim, acompanhado de cópias simples dos mesmos documentos descritos no item 1 acima para o seguinte endereço eletrônico: societario@cielo.com.br.

O boletim de voto a distância, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia exclusivamente no endereço eletrônico acima indicado, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 7 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 17 de julho de 2020 (inclusive).

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias contados do seu recebimento, acerca de seu recebimento e de sua conformidade ou não, nos termos da Instrução CVM 481/09. Caso o boletim seja enviado diretamente à Companhia e não esteja integralmente preenchido, ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail societario@cielo.com.br. Neste caso, o acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto no artigo 21-B da Instrução CVM 481/09.

Envio por intermédio de prestadores de serviços

¹ Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações da Cielo (Banco Bradesco S.A.), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, até 7 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 17 de julho de 2020 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia ou com o Banco Bradesco S.A., conforme o caso, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Orientações Gerais sobre Boletim de Voto a Distância

Em atendimento à Instrução CVM 481/09, serão desconsideradas quaisquer instruções de voto divergentes em relação a uma mesma deliberação e que tenham sido emitidas por um mesmo acionista, considerado, para tanto, o seu número de inscrição no CPF ou no CNPJ. Adicionalmente, caso haja divergências entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto proveniente do escriturador deve prevalecer.

Caso um acionista, que já tenha enviado o boletim de voto, opte por participar e votar nas Assembleias via plataforma digital, todas as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto serão desconsideradas. O boletim de voto a distância se encontra à disposição dos acionistas nos *websites* da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

3. Orientações adicionais para participação nas Assembleias

Não poderá participar das Assembleias o acionista que não enviar, conforme os prazos e procedimentos indicados acima, os documentos apropriados para o seu credenciamento na plataforma digital, conforme indicados no item 1 acima.

Adicionalmente, para o bom andamento dos trabalhos, a Companhia reitera as recomendações de que os acionistas **(i)** se familiarizem previamente com o uso da plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio); e **(ii)** acessem a plataforma, no dia das Assembleias, com, no mínimo, uma hora de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

A Companhia dispensará, excepcionalmente nas Assembleias, a exigência de que documentos expedidos no exterior passem por processo de notariação, consularização, apostilamento ou tradução juramentada. Nada obstante, instrumentos de procuração e demais documentos expedidos no exterior que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Para as Assembleias, que serão realizadas de forma digital, serão aplicáveis tão somente os procedimentos e formalidades previstos neste documento, não sendo, portanto, aplicáveis os itens 12.2(f) a 12.2(k) do Formulário de Referência da Companhia.

4. Conflito de Interesse nas Assembleias

Há conflito de interesses quando alguém não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da Companhia.

Cabe à mesa das Assembleias, nos termos do artigo 128 da Lei das S.A., dirigir os trabalhos das Assembleias e, portanto, avaliar as questões relativas ao conflito de interesses dos acionistas durante o conclave, ressalvado que compete, a priori, ao próprio acionista e ou membros da administração da Companhia, reconhecer e declarar à Assembleia o seu conflito.

O acionista que, por qualquer motivo, tiver interesse conflitante com o da Companhia em determinada deliberação:

- (i) deve comunicar imediatamente o fato e abster-se de participar da discussão e da votação dessa matéria;
- (ii) se estiver representando terceiros, só deve ser autorizado a votar caso o instrumento de mandato tenha sido dado por um acionista não conflitado e expresse, explicitamente, qual o voto a ser proferido, devendo abster-se de participar da discussão; e
- (iii) caso o acionista mandatário também possua conflito ou a procuração não seja explícita com relação ao voto a ser proferido, ele não deve ser autorizado a participar e votar, ainda que representando o terceiro.

A Companhia esclarece que, caso seja apresentado voto no qual o acionista esteja em situação de possível ou aparente conflito de interesses, serão devidamente observadas as disposições regulamentares e legais aplicáveis às situações de conflitos de interesse, em especial, o que dispõe o artigo 115 da Lei das S.A. e os Pareceres de Orientações CVM ns.º 34/2006 e 35/2008, bem como a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse e o Código de Conduta Ética da Companhia.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Edital de Convocação

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do seu Estatuto Social, a Cielo S.A. (“Companhia”) convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 24 de julho de 2020 (“Assembleias”), às 10 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, com a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que compreenderá a ratificação do montante de proventos distribuídos;
- (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração;
- (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração;
- (v) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;
- (vi) Fixar o número de membros do Conselho Fiscal;
- (vii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; e
- (viii) Deliberar sobre a proposta de remuneração global dos administradores e dos conselheiros fiscais para o exercício social de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária

- (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, de modo a (a) complementar o artigo 2º com dois itens na descrição do objeto social, nos termos da Proposta da Administração; e (b) ajustar duas referências cruzadas nos artigos 35 e 36, sem efeitos materiais; e
- (ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, estão à disposição dos acionistas no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br). O Relatório da Administração e as Demonstrações



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Financeiras e Contábeis foram publicados nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico” na edição de 28 de janeiro de 2020.

Como informado acima, as Assembleias serão realizadas de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a fim de atender às recomendações de segurança relacionadas à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em especial a restrição a aglomeração de pessoas.

Dessa forma, os acionistas poderão participar das Assembleias (i) virtualmente, por meio da plataforma digital, ou (ii) pelo envio do boletim de voto a distância, que poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para tanto, bem como as instruções de credenciamento para participação virtual nas Assembleias e utilização da plataforma digital se encontram detalhadamente descritas no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, que se encontram disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>), e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Os acionistas que optarem por participar das Assembleias virtualmente deverão entrar em contato com o Departamento Jurídico da Companhia, no endereço de email societario@cielo.com.br, para (i) enviar cópias dos documentos exigidos para a participação nas Assembleias; e (ii) receber as credenciais de acesso à plataforma digital, bem com as instruções relativas à sua utilização durante as Assembleias. A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia e utilizada como meio de acesso para participação nas Assembleias será o aplicativo de reuniões virtuais “Zoom”.

Dessa forma, os acionistas deverão enviar à Companhia, com até 48 (quarenta e oito horas) de antecedência à realização das Assembleias – isto é, até as 10 horas do dia 22 de julho de 2020 - os seguintes documentos:

Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas Jurídicas: (i) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; (ii) demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

Fundos de Investimentos: (i) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar também comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

depositadas em depositário central, com data-base de, no máximo, 3 (três) dias úteis de antecedência à data das Assembleias.

Com relação à participação por meio de procurador, o acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.²

As procurações deverão ter sido outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2.º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

A Companhia dispensará, excepcionalmente nas Assembleias, a exigência de que documentos expedidos no exterior passem por processo de notariação, consularização, apostilamento ou tradução juramentada. Nada obstante, instrumentos de procuração e demais documentos expedidos no exterior que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por e-mail, com envio da mensagem para ri@cielo.com.br.

Barueri, 24 de junho de 2020.

Marcelo de Araujo Noronha
Presidente do Conselho de Administração

² Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Esclarecimentos e Proposta da Administração para as Matérias Constantes das Ordens do Dia das Assembleias

Nesta seção encontram-se os esclarecimentos e recomendações da administração da Companhia acerca de cada um dos itens constantes das ordens do dia das Assembleias.

1. Assembleia Geral Ordinária:

- (i) **Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019**

A administração da Companhia submete à aprovação dos seus acionistas as contas dos administradores, conforme as informações contidas no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras, no Parecer do Conselho Fiscal, no Relatório dos Auditores Independentes e no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria da Companhia.

A esse respeito, informamos que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram elaborados pela Diretoria da Companhia, auditados pela KPMG Auditores Independentes e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião do referido órgão, realizada em 27 de janeiro de 2020.

Adicionalmente, em decorrência da atuação como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil, a Cielo adota normas gerais de contabilidade bancária conforme preceitos definidos pelo Banco Central do Brasil por meio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A publicação das demonstrações financeiras está, no entanto, referenciada em normas definidas pela CVM, por se tratar de uma sociedade anônima de capital aberto. A Companhia segue ainda normas internacionais de publicação de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09, emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Nesse sentido, reiteramos que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Companhia se encontram disponíveis nos *websites* da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), tendo sido publicados ainda no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Valor Econômico” em 28 de janeiro de 2020.

Por fim, informamos ainda que o **Anexo I** corresponde às cópias dos pareceres do Conselho Fiscal da Companhia e do relatório do Comitê de Auditoria, todos favoráveis à aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras, bem como da destinação do lucro e do orçamento de capital. Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, elaborados na forma do item 10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos da ICVM 481/09, se encontram disponíveis no **Anexo II**.

Sendo assim, com base nos documentos e informações descritos acima, a Administração submete aos acionistas a aprovação das contas dos administradores, do Relatório da



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que compreenderá a ratificação do montante de proventos distribuídos

Conforme recomendação do Comitê de Finanças e opinião favorável do Conselho Fiscal, e nos termos detalhados no **Anexo III**, elaborado em conformidade com o artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da ICVM 481/09, a administração propõe a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Exercício 2019"), no montante de R\$ 1.580.151.418,14 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e quatorze centavos), nos seguintes termos:

a) para a conta de reserva legal: R\$ 79.007.570,91 (setenta e nove milhões, sete mil, quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia relativo ao Exercício 2019, limitado a 20% (vinte por cento) do seu capital social; e

b) para a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, *ad referendum* da assembleia geral, o montante de R\$ 709.443.596,93 (setecentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos); e

c) retenção do saldo remanescente, no montante de R\$ 791.700.250,30 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos), conforme orçamento de capital aprovado para o exercício de 2020.

(iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato

Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou voto separado. Como os referidos procedimentos de votação podem impactar na fixação do número de membros do conselho, para melhor compreensão da dinâmica da eleição dos membros do Conselho de Administração, detalhamos a seguir os seus respectivos funcionamentos. Ao final, apresentamos a recomendação da administração quanto ao número de assentos a serem fixados para o próximo mandato do Conselho de Administração da Companhia.

Votação Majoritária

O procedimento padrão para a eleição dos membros do Conselho de Administração é a votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. Para permitir a maior participação dos acionistas, o presidente da Assembleia colocará em votação o nome de cada candidato ao Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador ou pelos acionistas minoritários da companhia.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

O artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da Assembleia são tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Nesse caso, para que um candidato seja considerado eleito, ele precisa receber mais da metade dos votos válidos proferidos em tal eleição. O presidente da mesa da Assembleia colocará em votação os candidatos, considerando-se eleitos os candidatos que receberem a maior quantidade de votos, desconsideradas as abstenções e votos contrários.

Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

O percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) das ações do capital votante, de acordo com a Instrução CVM nº 165/91. Nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

Eleição em Separado

Além da utilização do processo de voto múltiplo, a Lei das S.A. garante o direito de exigir a realização de uma votação em separado para eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de acionistas: (i) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social com direito a voto; e (ii) acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total.

Vale mencionar a decisão da CVM no Processo CVM RJ2005/5664, julgado em 11 de abril de 2006, determinando que, na companhia emissora apenas de ações com direito a voto terão direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações com direito a voto.

Como a Companhia possui somente ações ordinárias emitidas, a referida decisão da CVM deve ser observada na eleição do seu Conselho de Administração. Desse modo, poderão eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia.

Caso a eleição em separado seja realizada e nela concorra um dos candidatos originalmente indicados para concorrer na eleição majoritária, todos os votos a ele conferidos via boletim de voto a distância (item 5 do boletim), por acionistas que tenham requerido a eleição em separado (item 8 do boletim), serão considerados válidos e computados em favor de tal candidato na eleição em separado.

Ressalta-se que, nos termos do artigo 141, § 6º da Lei das S.A., somente poderão exercer o



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia.

Portanto, o acionista que desejar requerer a adoção da eleição em separado de membro do Conselho de Administração, na forma do artigo 141, § 6º da Lei das S.A., tanto em caso de participação virtual nas Assembleias, quanto por meio de boletim de voto a distância, deverá enviar à Companhia, através do endereço eletrônico societario@cielo.com.br, o comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária, emitido pela entidade competente não antes de 21 de julho de 2020, sendo certo que tal comprovação somente será considerada válida se recebida no e-mail acima informado até as 10 horas do dia 23 de julho de 2020.

Número de membros do Conselho de Administração proposto

Tendo em vista as regras para eleição acima mencionadas e o término do prazo de gestão do Conselho de Administração da Companhia, a Administração propõe que o Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia, com mandato unificado até a assembleia geral ordinária que examinar e votar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, seja composto por 11 (onze) membros efetivos.

Dessa forma, caso seja aprovada a proposta da Administração para que o Conselho de Administração seja composto por 11 (onze) membros, na hipótese de ser requerido e aplicável o processo de votação em separado na Assembleia, do total de 11 (onze) conselheiros efetivos, 1 (um) membro efetivo será eleito em separado pelo voto da maioria dos acionistas minoritários presentes à Assembleia geral titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, e os outros 10 (dez) membros serão eleitos por voto majoritário ou, se solicitado e aplicável, por voto múltiplo, nos termos indicados acima.

Vale notar, contudo, que quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. assegura ao acionista titular de mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto, o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que componha o órgão previsto no estatuto social (artigo 141, § 7.º da Lei das S.A.). Nesse caso, o acionista controlador poderá eleger um membro excedente ao número máximo de conselheiros previsto no estatuto social, se necessário.

(iv) Eleger os membros do Conselho de Administração

A tabela abaixo apresenta os candidatos indicados pela Administração da Companhia para comporem o Conselho de Administração em seu próximo mandato, cujas informações detalhadas se encontram no **Anexo IV**, na forma do artigo 10 da ICVM 481/09.

Candidato	Cargo
Aldo Luiz Mendes	Membro Independente do Conselho de Administração



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo	Membro do Conselho de Administração
Carlos Motta dos Santos	Membro do Conselho de Administração
Edson Marcelo Moreto	Membro do Conselho de Administração
Edson Rogério da Costa	Membro do Conselho de Administração
Francisco Augusto da Costa e Silva	Membro Independente do Conselho de Administração
Francisco José Pereira Terra	Membro do Conselho de Administração
Gilberto Mifano	Membro Independente do Conselho de Administração
Marcelo de Araújo Noronha	Membro do Conselho de Administração
Mauro Ribeiro Neto	Membro do Conselho de Administração
Vinícius Urias Favarão	Membro do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, após a análise e recomendação do Comitê de Governança Corporativa, avaliou as indicações e confirmou que (i) todos os candidatos aderem às regras e parâmetros contidos na Política de Indicação e Remuneração de membros dos Órgãos de Governança Corporativa, aprovada em 20 de dezembro de 2019 (“Política de Indicação e Remuneração”); e (ii) todos os candidatos a cargos de conselheiro independente se enquadram nos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e na referida Política de Indicação e Remuneração.

Adicionalmente, o Sr. Luiz Barsi Filho e a Geração Futuro L. Par. FIA indicaram, em conjunto, a Sra. Susana Hanna Stiphan Jabra como candidata para concorrer em eventual eleição em separado para o Conselho de Administração, nos termos do art. 141, §§4 e 5º da Lei das S.A. Cumpre notar, contudo, que a eleição em separado somente ocorrerá caso seja solicitada por acionistas titulares de pelo menos 10% do total de ações de emissão da Companhia, observados os demais requisitos legais, o que não ocorreu até o momento. A indicação e as informações pertinentes à candidata constam do Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia em 26 de março de 2020. Tais acionistas solicitaram ainda a adoção de voto múltiplo para eleição do candidato, porém, como não detêm a participação mínima exigida para tanto³, que no caso da Cielo é de 5% (cinco por cento) do capital social, também não estão preenchidos os requisitos para adoção de tal procedimento até o momento.

(v) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal

O funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia se encerra com a realização da Assembleia, conforme disposto no §5º do artigo 161 da Lei das S.A.. Contudo, o acionista BB Elo Cartões Participações S.A. informou à Companhia que deseja solicitar na Assembleia a instalação do Conselho Fiscal novamente, com funcionamento até a assembleia geral ordinária que examinar e votar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020.

³ Observados os prazos e dispositivos legais aplicáveis, as participações acionárias desses acionistas poderão ser agregadas a de outros que eventualmente apresentem solicitações válidas para adoção de voto múltiplo.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(vi) Fixar o número de membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato

Nos termos do artigo 25, § 1º, do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. No item (viii) abaixo seguem as informações dos 5 (cinco) candidatos a membros efetivos, bem como seus respectivos suplentes, para eleição do Conselho Fiscal em seu próximo mandato.

Eleição em Separado

Ressaltamos ainda que o artigo 161, § 4º, alínea 'a', da Lei das S.A. assegura a eleição em separado de 1 (um) membro titular do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente aos acionistas (i) titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito; e (ii) minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Tendo em vista que a Companhia somente possui ações ordinárias emitidas, é assegurado aos seus acionistas minoritários o direito de eleger um membro titular do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente em separado, caso assim o desejem. A Companhia ressalta, entretanto, que a referida eleição em separado somente ocorrerá, em qualquer cenário, caso os acionistas minoritários efetivamente apresentem ao menos 1 (um) candidato e seu respectivo suplente para a vaga, em conformidade com os requisitos e impedimentos previstos no artigo 162 da Lei das S.A.

Caso a eleição em separado seja realizada e nela concorra um dos candidatos originalmente indicados para concorrer na eleição majoritária, todos os votos a ele conferidos via boletim de voto a distância (item 11 do boletim), por acionistas que tenham requerido a eleição em separado (item 12 do boletim), serão considerados válidos e computados em favor de tal candidato na eleição em separado.

Número de membros do Conselho Fiscal proposto

A administração propõe que, caso seja efetivamente instalado, o Conselho Fiscal continue sendo composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, tal como atualmente.

(vii) Eleger os membros do Conselho Fiscal

Segue abaixo a lista dos candidatos à eleição do Conselho Fiscal, cujas informações detalhadas se encontram no **Anexo V**, na forma do artigo 10 da ICVM 481/09:

Candidato	Cargo
Marcos Aparecido Galende	Membro Titular do Conselho Fiscal
Carlos Roberto Mendonça da Silva	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Herculano Aníbal Alves	Membro Titular do Conselho Fiscal
Fabiana Pinto Fonseca	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Felipe Guimarães Geissler Prince	Membro Titular do Conselho Fiscal



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Adelar Valetim Dias	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Júlio César Rodrigues da Silva	Membro Titular do Conselho Fiscal
Raimundo Moreira	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Haroldo Reginaldo Levy Neto	Membro Titular Independente do Conselho Fiscal
Milton Luiz Milioni	Membro Suplente Independente do Conselho Fiscal

O Conselho de Administração da Companhia, após a análise e recomendação do Comitê de Governança Corporativa, avaliou as indicações e confirmou que (i) todos os candidatos ao Conselho Fiscal aderem às regras e parâmetros contidos na Política de Indicação e Remuneração e (ii) todos os candidatos a cargos de conselheiro fiscal independente se enquadram nos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e na Política.

Adicionalmente, o Sr. Luiz Barsi Filho e a Geração Futuro L. Par. FIA indicaram, em conjunto, o Sr. Andriei José Beber e a Sra. Doris Beatriz França Wilhelm como para concorrerem às vagas de membros titular e suplente, respectivamente, do Conselho Fiscal da Companhia, em eventual eleição em separado, nos termos do art. 161, §4º, alínea “a”, da Lei das S.A. A indicação e as informações pertinentes aos candidatos constam do Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia em 26 de março de 2020.

(viii) Deliberar sobre a proposta de remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais para o exercício social de 2020

Para o exercício social de 2020, a Administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação da remuneração global de até R\$ 52.307.040,61 (cinquenta e dois milhões, trezentos e sete mil, quarenta reais e sessenta e um centavos), dos quais (i) até R\$ 676.694,07 (seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sete centavos) destinados à remuneração dos Conselheiros Fiscais, e (ii) até R\$ 51.630.346,54 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) destinados à remuneração dos Administradores da Companhia, devendo o Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, inciso “IX”, do Estatuto Social da Companhia, fixar e ratear as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria, dentro do limite ora proposto, se aprovado.

O valor da remuneração global ora proposto compreende a remuneração da Diretoria da Companhia, de seu Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos administradores que compõem os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração no período de janeiro a dezembro de 2020, e inclui remuneração fixa e variável (esta considerando o patamar que a Companhia espera que seja atingido), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza e os montantes a serem arcados pela Companhia em decorrência da outorga de ações restritas.

A Administração propõe a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal de, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, é atribuída a cada Diretor da Companhia, excluídos deste cálculo os encargos, bonificações e 13º salário, e observado o limite da remuneração global dos administradores ora aprovada. Os membros do Conselho Fiscal receberão 12 (doze) salários mensais e não haverá benefícios, verbas de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

representação e participação nos resultados.

A título informacional, esclarecemos que a remuneração global ora proposta reflete uma diferença de R\$ 3.307.040,61 (três milhões, trezentos e sete mil, quarenta reais e sessenta e um centavos) em relação à remuneração global aprovada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais), sendo tal aumento motivado principalmente pela inclusão de um membro adicional na composição da Diretoria Estatutária.

Ademais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o valor da remuneração global efetivamente realizada foi de R\$ 46.601.697,27 (quarenta e seis milhões, seiscentos e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), isto é, 4,9% (quatro vírgula nove por cento) inferior ao limite global aprovado para tal período, sendo tal diferença resultante de R\$ 2.398.302,73 (dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e dois reais e setenta e três centavos).

Informações adicionais sobre a remuneração prevista para o exercício de 2020 se encontram disponíveis no **Anexo VI**, elaborado em conformidade com o artigo 12, inciso II, da ICVM 481/09.

2. Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) **Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social, de modo (a) complementar o artigo 2º com dois itens na descrição do objeto social, nos termos da Proposta da Administração; e (b) ajustar duas referências nos artigos 35 e 36, sem efeitos materiais.**

A administração da Companhia propõe a complementação do artigo 2º do seu Estatuto Social, visando a agregar ao objeto social da Companhia os seguintes itens: (i) do comércio varejista especializado de equipamentos de pontos de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares utilizados para a captura e processamento de dados relativos às transações realizadas nos pontos de venda; e (ii) da atuação como instituição de pagamento na modalidade emissora de moeda eletrônica, bem como a prestação de serviços correlatos a tais atividades. Tal adição visa a equalizar as atividades da Companhia aos movimentos de mercado da indústria de pagamentos e, caso aprovada, não ensejará direito de retirada aos acionistas dissidentes.

Além disso, propõe também que sejam corrigidas duas referências cruzadas contidas nos artigos 35 e 36, sem efeitos materiais.

Nesse sentido, em conformidade com o artigo 11 da ICVM 481/09, o **Anexo VII** apresenta um quadro comparativo entre a redação atual do Estatuto Social da Companhia e a nova redação proposta pela administração, detalhando a origem, justificativa e efeitos da alteração proposta.

- (ii) **Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia**

Caso a alteração estatutária descrita no item (i) acima seja aprovada, a Administração recomenda a aprovação da nova versão consolidada do Estatuto Social, conforme reproduzida no **Anexo VIII**.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo I

Pareceres do Conselho Fiscal e Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras e sobre a Destinação do Lucro e Orçamento de Capital

“PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme aplicável, e Relatório da Administração referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 27 de janeiro de 2020.”

“PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO E DE ORÇAMENTO DE CAPITAL”

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as propostas da administração a serem encaminhada à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, concluíram favoravelmente às propostas de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (“Exercício 2019”), no montante de R\$ 1.580.151.418,14 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e dezoito Reais e quatorze centavos) e de orçamento de capital para o exercício de 2020, opinando que as referidas propostas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos abaixo descritos:

- a) para a conta de reserva legal: R\$ 79.007.570,91 (setenta e nove milhões, sete mil, quinhentos e setenta Reais e noventa e um centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia relativo ao Exercício de 2019, limitado a 20% (vinte por cento) do seu capital social;*
- b) para a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (“Proventos”), ad referendum da Assembleia Geral: R\$ 709.443.596,93 (setecentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e seis Reais e noventa e três centavos). A Companhia*



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

esclarece que para tanto foi utilizado 47,3% (quarenta e sete vírgula três por cento) do lucro líquido do Exercício de 2019, após as deduções legais.

Tais Proventos foram distribuídos conforme o cronograma abaixo:

(i) Proventos referentes ao 1º trimestre de 2019, pagos em 27 de junho de 2019, no montante de (a) R\$ 147.800.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e oitocentos mil Reais), a título de JCP e (b) R\$ 216.973.214,40 (duzentos e dezesseis milhões, novecentos e setenta e três mil, duzentos e quatorze Reais e quarenta centavos), a título de dividendos, ambos individualizados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 20 de março de 2019 e 23 de abril de 2019, respectivamente;

(ii) Proventos referentes ao 2º trimestre de 2019, pagos em 27 de setembro de 2019, no montante de (a) R\$ 134.100.000,00 (cento e trinta e quatro milhões e cem mil Reais), a título de JCP, individualizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2019 e (b) R\$ 9.193.599,51 (nove milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove Reais e cinquenta e um centavos), sendo (b.1) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais), a título de JCP e (b.2) R\$ 7.193.599,51 (sete milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove Reais e cinquenta e um centavos), a título de dividendos, ambos individualizados em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2019;

(iii) Proventos referentes ao 3º trimestre de 2019, pagos em 18 de novembro de 2019, no montante de (a) R\$ 78.100.000,00 (setenta e oito milhões e cem mil Reais), a título de JCP e (b) R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de Reais), a título de juros de capital próprios, ambos individualizados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de setembro de 2019 e em 29 de outubro de 2019, respectivamente;

(iv) Proventos referentes ao 4º trimestre de 2019, a serem pagos em 13 de fevereiro de 2020, no montante de (a) R\$ 57.100.000,00 (cinquenta e sete milhões e cem mil Reais), a título de JCP e (b) R\$ 24.176.783,02 (vinte e quatro milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e três Reais e dois centavos), a título de JCP, o primeiro individualizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2019 e segundo em reunião do Conselho de Administração realizada na presente data.

c) para o orçamento de capital para o exercício social de 2020: R\$ 2.616.425.501,27 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e um Reais e vinte e sete centavos), o qual compreende: (i) a retenção e destinação de 52,7% (cinquenta e dois vírgula sete por cento) do lucro líquido do Exercício de 2019, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$ 791.700.250,30 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta Reais e trinta centavos); e (ii) valor remanescente da reserva de lucros constituída no exercício passado, no importe R\$ 1.824.725.250,97 (um bilhão, oitocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta Reais e noventa e sete centavos).

O orçamento de capital garantirá maior robustez e estabilidade financeira à Companhia, com vistas (a) ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(“ARV”) e o crescimento do produto “Pagamento em 2 dias”; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567.

O prazo de duração do orçamento de capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 27 de janeiro de 2020.”

“RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2019

1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração, com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia, com a atribuição de: (a) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia; (b) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (d) discutir, recomendar e acompanhar a execução dos planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; (e) zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 19 de junho de 2013, o Comitê é composto por 03 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que pelo menos 1 (um) deles, deverá ser Conselheiro de Administração Independente e coordenador do Comitê. Os atuais membros têm mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2019.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. No exercício de 2019, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 08 (oito) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de auditoria interna, auditores independentes, controles internos, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia. Em todas as reuniões do Comitê foram realizadas sessões reservadas entre seus membros e com o líder da auditoria interna, além de, trimestralmente, com os auditores externos e duas com o CEO da Companhia. Também foi realizada reunião conjunta, com o Conselho Fiscal para troca de informações e experiências.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê e o programa de trabalho da Auditoria Interna.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2019, cabe destacar as seguintes: (a) recomendação para a contratação de auditoria independente; (b) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais; (c) acompanhamento periódico de ofícios/comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia; (d) aprovação do plano anual de Auditoria Interna para a Companhia e de suas controladas, bem como do seu orçamento e deste Comitê; (e) acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia, bem como o sistemático acompanhamento do status das ações corretivas; (f) acompanhamento dos trabalhos de controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; (g) acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, conglomerado prudencial, bem como das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia; (h) recomendação acerca das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e conglomerado prudencial, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes emitidos; (i) recomendação acerca das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas dos relatórios de Revisão de Informações Trimestrais - ITR emitidos pela Auditoria Independente; (j) acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, bem como das recomendações de melhoria/aprimoramento dos controles internos; (l) acompanhamento do canal de denúncias; (m) acompanhamento da implementação das ações necessárias decorrentes dos resultados do diagnóstico de aderência da Companhia quanto à regulação do setor de meios de pagamento e LGPD; (n) a avaliação semestral acerca dos principais aspectos dos Relatórios Semestrais da Ouvidoria; (o) análise do Relatório dos Auditores Independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares, elaborados em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nos termos da Circular nº 3.467/09, bem como acompanhamento da execução do plano de ações decorrentes dos últimos relatórios emitidos; (p) acompanhamento do reporte periódico acerca das coligadas, com foco em (1) resultados; (2) visão dos negócios; (3) riscos identificados; (4) governança atual; (q) recomendação acerca de ajustes às políticas institucionais da Companhia de competências deste Comitê; (r) realização de avaliação formal do desempenho deste Comitê pelos seus membros, bem como discussão dos resultados e aprovação do plano de ação para 2019.

2. Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício de 2019 e Demonstrações Financeiras Semestrais referentes ao 2º Semestre de 2019

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas dos Relatórios dos Auditores Independentes e dos Relatórios da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2019”) e 2º Semestre de 2019



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras Semestrais do 2º Semestre de 2019”).

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2019, os Srs. membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras Anuais de 2019 e Demonstrações Financeiras Semestrais do 2º Semestre de 2019 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri, 23 de janeiro de 2020.”



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo II

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

(Item 10 do formulário de referência, em conformidade com o art. 9º, inciso III, da ICVM 481/09)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas neste documento são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo S.A. (“Cielo”, “Controladora” ou “Companhia”), de suas controladas (diretas e indiretas), das controladas em conjunto (doravante também denominadas “joint ventures”), e dos fundos de investimentos, todas designadas em conjunto como “Grupo”. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados das controladas e das controladas em conjunto durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir estão demonstradas as principais métricas de liquidez e financeira para avaliar os negócios da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ mil, exceto índice)	2019	2018	2017
Patrimônio líquido	15.064.943	14.870.096	15.360.945
Ativo circulante	76.675.484	65.967.300	71.933.612
Ativo não circulante	16.746.824	16.595.791	16.413.569
Passivo circulante	67.951.849	56.802.838	62.597.366
Passivo não circulante	10.405.516	10.890.157	10.388.870
Índice de endividamento (1)	5,20	4,55	4,75
Índice de liquidez corrente (2)	1,13	1,16	1,15



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Índice de liquidez geral (3)	1,19	1,22	1,21
-------------------------------------	-------------	-------------	-------------

(1) O índice de endividamento corresponde à soma do passivo circulante e não circulante, dividido pelo patrimônio líquido.

(2) O índice de liquidez corrente corresponde ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(3) O índice de liquidez geral corresponde ao total do ativo dividido pelo total do passivo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(Em R\$ mil, exceto %)	2019	2018	2017
Lucro Líquido	1.789.558	3.559.435	4.264.429
EBITDA (1)	3.012.985	4.637.453	5.277.864
% Margem EBITDA (2)	26,06%	39,68%	45,50%

(1) O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores. A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia e suas controladas, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Para mais informações sobre o EBITDA, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

(2) A Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida. Para mais informações sobre a Margem EBITDA, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

A administração entende que a Companhia apresentou, ao longo dos três últimos exercícios sociais, condições financeiras e patrimoniais suficientes para manter seu plano de negócios, desenvolver suas atividades e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

A estrutura atual de capital de giro e o caixa gerado nas operações da Companhia são suficientes para atender às atuais exigências, ao financiamento de suas atividades e também fomentar suas atividades de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de liquidez (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) era de 1,13, 1,16 e 1,15, respectivamente. No período, o índice de liquidez corrente se manteve estável devido à variação proporcional do ativo circulante em relação ao passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de endividamento (representado pela divisão do resultado da soma dos passivos circulante e não circulante pelo patrimônio líquido) era de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

5,20, 4,55 e 4,75, respectivamente. Essa variação é reflexo do aumento de contas a pagar a clientes, pelo aumento nas transações com cartão de crédito no exercício, bem como aumento do endividamento para fomento das operações de aquisição de recebíveis e do crescimento do produto pagamento em dois dias.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia apresentou a seguinte estrutura de capital em suas demonstrações financeiras:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Capital de Terceiros (passivo circulante e não circulante)	78.357.365	67.692.995	72.986.236
Capital Próprio (patrimônio líquido)	15.064.943	14.870.096	15.360.945
Capital total (terceiros + próprio)	93.422.308	82.563.091	88.347.181
Parcela de capital de terceiros	84%	82%	83%
Parcela de capital próprio	16%	18%	17%

Os recursos próprios apresentados pela Companhia dividem-se em: (i) capital social, totalmente integralizado; (ii) reserva de capital; (iii) transações de capital; (iv) ações em tesouraria; (v) reservas de lucros (legal, orçamento de capital, dividendos adicionais propostos); e (vi) resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 15.064,9 milhões (representando um aumento de 1,3% em relação a 2018); em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 14.879,1 milhões (representando uma redução de 3,2% em relação a 2017); e em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$ 15.360,9 milhões.

A variação entre os períodos de 2019, 2018 e 2017 é devida basicamente aos resultados dos exercícios líquidos das distribuições de proventos (dividendos e juros sobre o capital próprio). Os recursos de terceiros da Companhia decorrentes de empréstimos e financiamentos estão descritos no item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência.

A estrutura de capital de terceiros da Companhia conta ainda com obrigações passivas de contas a pagar a clientes, fornecedores, impostos e contribuições a recolher, provisão para riscos (cíveis, trabalhistas e tributários), entre outros.

Desta forma, a administração da Companhia entende que a estrutura de capital em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, considerando o caixa gerado nas operações, apresentou níveis



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

moderados de alavancagem financeira, adequados para o cenário do negócio e diante das circunstâncias de mercado.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o passivo circulante da Companhia era de R\$ 67.951,9 milhões, R\$ 56.802,8 milhões e R\$ 62.597,4 milhões, respectivamente, valores estes inferiores ao ativo circulante, que nos mesmos exercícios sociais, eram de R\$ 76.675,5 milhões, R\$ 65.967,3 milhões e R\$ 71.933,6 milhões, respectivamente.

Os diretores da Companhia, com base na análise de seus indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições de honrar suas obrigações existentes, bem como continuar a desenvolver e expandir suas operações.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Com relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o capital de giro da Companhia e investimentos em ativos não circulantes foram financiados pelo caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de financiamentos de terceiros representados pelas emissões de debêntures, bonds, empréstimos em moeda estrangeira, entre outras linhas de crédito, conforme descritas no item 10.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ mil, exceto índice)	2019	2018	2017
Passivo não circulante	10.405.516	10.890.157	10.338.870
Passivo circulante	67.951.849	56.802.838	62.597.366
Soma do passivo circulante e não circulante	78.357.365	67.692.995	72.986.236
Patrimônio líquido	15.064.943	14.870.096	15.360.945



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Índice de endividamento (1) 5,20 4,55 4,75

(1) O índice de endividamento corresponde ao resultado da soma do passivo circulante e não circulante, dividido pelo patrimônio líquido.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Debêntures Privadas	3.402.483	3.414.717	3.429.566
Debêntures Públicas	2.878.841	-	1.556.418
Capital de Giro	350.064	-	-
Financiamento de Longo Prazo – “Ten Years Bonds”	2.018.414	3.388.832	2.889.665
Empréstimo em moeda estrangeira - “Operação 4.131”	483.420	925.379	1.042.779
Financiamento de P&D	112.413	134.049	156.647
FINAME	-	-	170.278

Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do DI, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Emissão	Quantidade de debêntures	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$ 122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de covenants impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

emissão das Debêntures Privadas.

Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000,0 milhões com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da Companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures possuem covenants que obrigam a Companhia a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3 vezes, mensurados trimestralmente. EBITDA Ajustado Consolidado corresponde ao EBITDA somado à receita do ARV.

Capital de Giro

A partir de março de 2019, a Companhia iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo com taxas que variaram entre 104,3% e 108,6% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto foi de R\$ 350 milhões.

Financiamentos de longo prazo - *Ten Years Bonds*

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Companhia, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses bonds (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de covenants impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de bonds.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Em junho de 2019, a Companhia anunciou uma tender offer para recompra parcial dos bonds da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente, após a recompra, de US\$ 97 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4.131

Em 22 de dezembro de 2016, foi contratada operação junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - BTMU ("Operação 4.131") no valor de US\$ 297,3 milhões, equivalente a R\$ 1.000,0 milhões, que contemplou juros remuneratórios pré-fixados de 1,78% ao ano para o período inicial até 22 de março de 2017 e 1,88% ao ano para período remanescente até o vencimento do contrato em 22 de junho de 2017. Adicionalmente, a Companhia contratou swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 101,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados foram pagos em 22 de março de 2017 e 22 de junho de 2017, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Em 1º de setembro de 2017, foi contratada nova Operação 4.131 junto ao MUFG Bank, LTD no valor de US\$ 316,3 milhões, equivalente a R\$ 1.000,0 milhões que contemplou juros remuneratórios pré-fixados de 1,96% ao ano para o período de 01 de setembro de 2017 a 01 de março de 2018 e 2,07% ao ano para período de 01 de março de 2018 até vencimento do contrato em 31 de agosto de 2018. Adicionalmente, a Companhia contratou swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 100,2% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados foram pagos em 28 de fevereiro de 2018, 31 de maio de 2018 e 31 de agosto de 2018, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Em 31 de agosto de 2018, a Operação 4.131 acima foi renovada junto ao MUFG Bank, LTD, tendo seu valor alterado para US\$ 239.166, equivalente a R\$ 1.000 milhões que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 3,3897% ao ano para o período de 31 de agosto de 2018 à 28 de fevereiro de 2019 e 3,5040% ao ano para período de 28 de fevereiro de 2019 até vencimento do contrato em 30 de agosto de 2019. Adicionalmente, a Companhia contratou swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 99,85% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

e as liquidações do instrumento financeiro contratados foram pagos em 28 de fevereiro de 2019, 31 de maio de 2019 e 30 de agosto de 2019, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada novamente a Operação 4.131 junto ao MUFG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504,3 milhões, que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30 de agosto de 2019 à 27 de fevereiro de 2020 e 2,235% ao ano para período de 28 de fevereiro de 2020 até vencimento do contrato em 27 de agosto de 2020. Adicionalmente, a Companhia contratou swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27 de novembro de 2019, 27 de fevereiro de 2020, 27 de maio de 2020 e 27 de agosto de 2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

A Operação 4.131 acima possui covenants que obrigam a Companhia a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior a 3 vezes, mensurados trimestralmente. EBITDA Ajustado Consolidado correspondente ao EBITDA somado à receita do ARV.

FINEP

A Companhia foi beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa às operações de repasse de FINEP, destinada a financiar projetos de inovação para desenvolvimento ou melhoria de novos produtos ou serviços. Referidos repasses ocorreram por meio da concessão de crédito à Companhia, gerando direitos de recebimento por parte das instituições financeiras credenciadas como agente financeiro, que contratam com a Companhia as referidas operações de financiamento. Os contratos acima mencionados foram firmados entre junho de 2015 e julho de 2017, com vencimentos previstos para até dezembro de 2024. Tais contratos possuíam o valor agregado histórico aproximado de R\$ 112,4 milhões.

FINAME

A Companhia foi beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa às operações de repasse de FINAME, destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. Referidos repasses ocorreram por meio da concessão de crédito à Companhia, gerando direitos de recebimento por parte das instituições financeiras credenciadas como agente financeiro, que contratam com a Companhia as referidas operações de financiamento. Os contratos acima mencionados foram firmados entre abril de 2011 e dezembro de 2017, com vencimentos previstos para até junho de 2020, porém, na data de 15



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

de fevereiro de 2018 a operação foi totalmente liquidada. Tais contratos possuíam o valor agregado histórico aproximado de R\$ 1,1 bilhão e tinham como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos por meio do FINAME.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía em seu passivo não circulante outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Note-se ainda que, em eventual falência da Companhia, a classificação dos créditos será definida de acordo com as disposições da Lei nº 11.101/05, a saber: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidente de trabalho; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo, excetuadas as multas tributárias; (iv) créditos com privilégio especial, tais como definidos em lei; (v) créditos com privilégio geral, tais como definidos em lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas contratuais; e (viii) créditos subordinados, tais como definidos em lei.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Algumas restrições foram impostas à Companhia no âmbito das operações contratadas, conforme descrição disponível no item 10.1(f)(i) acima.

Dentre essas operações, a emissão de bonds pela Companhia e pela sua controlada Cielo USA estabeleceu termos restritivos (i) à contratação de novas dívidas que tenham grau de subordinação superior ao dos referidos títulos, (ii) à constituição de gravame ou ônus sobre as propriedades da Companhia e de suas subsidiárias relevantes em garantia de outro endividamento, (iii) a transações superiores a três anos e com terceiros relativa à venda e recompra (sale and lease-back) de propriedades da Companhia e de suas subsidiárias relevantes, (iv) ao endividamento com gravame ou transações de venda e recompra que excederem a 20%



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do ativo imobilizado líquido, (v) à realização de operações específicas de fusões ou combinações de negócio e alienação de ativos, e (vi) à manutenção da existência da Companhia, de seus ativos, da conformidade com as leis aplicáveis, dos registros junto aos órgãos governamentais regulamentadores, do pagamento de impostos e outros.

As Debêntures Públicas e a Operação 4.131 possuem covenants que obrigam a Companhia a manter o índice de endividamento, definido como Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado, igual ou inferior à 3 vezes, mensurados trimestralmente.

A Operação 4.131, as Debêntures Públicas, os bonds e o FINEP possuem cláusula de vencimento antecipado no caso de alteração de controle direto ou indireto da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as restrições e índices financeiros estabelecidos nos contratos financeiros, inclusive nas escrituras das debêntures de emissão da Companhia.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía junto à FINEP, uma linha de crédito aprovada para fomento à ciência, tecnologia e inovação no valor total de R\$ 159,8 milhões, já totalmente utilizada, sendo o saldo passivo em aberto na referida data de R\$ 112,4 milhões.

Em relação a 2018, a Companhia possuía contratos de financiamento destinados a financiar a aquisição nacional de máquinas e equipamentos novos de captura (point-of-sale), junto à FINAME, cujo crédito total histórico, aprovado na data-base, foi de R\$ 1.324,3 milhões tendo sido integralmente utilizado e liquidado em 15 de fevereiro de 2018.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as quais foram elaboradas de acordo com o IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que convergem com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

2018

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(Em R\$ mil, exceto %)	2019	AV (%)	2018	AV (%)	AH (%)
RECEITA LÍQUIDA	11.347.305	100,00%	11.685.850	100,00%	-2,90%
Custo dos serviços prestados	(7.252.208)	-63,91%	(6.242.672)	-53,42%	16,17%
LUCRO BRUTO	4.095.097	36,09%	5.443.178	46,58%	-24,77%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(717.126)	-6,32%	(571.626)	-4,89%	25,45%
Gerais e administrativas	(425.440)	-3,75%	(334.340)	-2,86%	27,25%
Vendas e marketing	(540.200)	-4,76%	(518.559)	-4,44%	4,17%
Equivalência patrimonial	9.206	0,08%	9.199	0,08%	0,08%
Outras despesas operacionais, líquidas	(462.926)	-4,08%	(322.455)	-2,76%	43,56%
LUCRO OPERACIONAL	1.958.611	17,26%	3.705.397	31,71%	-47,14%
RESULTADO FINANCEIRO	559.276	4,93%	1.244.109	10,65%	-55,05%
Receitas financeiras	181.785	1,60%	348.252	2,98%	-47,80%
Despesas financeiras	(742.114)	-6,54%	(638.904)	-5,47%	16,15%
Resultado com aquisição de recebíveis	1.123.014	9,90%	1.532.787	13,12%	-26,73%
Variação cambial, líquida	(3.409)	-0,03%	1.974	0,02%	-272,7%
LUCRO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.517.887	22,19%	4.949.506	42,35%	-49,13%
IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(728.328)	-6,42%	(1.390.071)	-11,90%	-47,60%
Correntes	(772.343)	-6,81%	(1.484.978)	-12,71%	-47,99%
Diferidos	44.015	0,39%	94.907	0,81%	-53,62%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.789.559	15,77%	3.559.435	30,46%	-49,72%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.347,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 338,5 milhões ou 2,9%, quando comparada com R\$ 11.685,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A diminuição da receita líquida é proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como na



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

receita de aluguel de equipamentos, deve-se substancialmente à pressão no preço médio decorrente do ambiente competitivo, efeitos parcialmente compensados pelo crescimento da receita relacionada ao produto pagamento em dois dias, pela expansão dos negócios na M4U, Stelo e Cateno, pela valorização do dólar sobre as receitas da operação americana (Me-S) e pelo início de consolidação da Stelo a partir do quarto trimestre de 2018 (após aquisição do controle).

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 7.252,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 1.009,5 milhões, ou 16,2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O acréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento líquido de R\$ 247,3 milhões em custos relacionados à transação na Cielo e Stelo, correspondente substancialmente ao incremento nos gastos com remuneração das bandeiras e processamento de transações, decorrentes do aumento no volume capturado e quantidade de transações, respectivamente, e maiores gastos com centrais de atendimento, bem como da consolidação da Stelo a partir do quarto trimestre de 2018, já líquidos do aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins) realizados durante o exercício social de 2019;
- (ii) Os custos vinculados aos equipamentos e outros da Cielo e da Stelo tiveram aumento de R\$ 97,2 milhões, substancialmente devido à expansão dos negócios da Stelo, com impacto nos gastos com amortização de subsídio de terminais, bem como pelo aumento nos investimentos em projetos de TI, parcialmente compensado pela redução nos custos de depreciação devido à mudança na estimativa de vida útil dos equipamentos de captura de três para cinco anos e pela redução nos custos com manutenção de terminais, ambos na Cielo;
- (iii) Aumento líquido de R\$ 482,5 milhões nos custos com serviços prestados na controlada M4U, diretamente relacionado ao crescimento dos negócios na revenda de recarga de celular, em especial, na modalidade virtual;
- (iv) Aumento líquido de R\$ 94,7 milhões nos custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno, na maior parte relacionado ao aumento nos gastos de remuneração de bandeiras e centrais de atendimento, devido ao aumento na volumetria no exercício; e
- (v) Aumento de R\$ 91,2 milhões nos custos dos serviços prestados na controlada americana Me-S, impacto principalmente pela apreciação do dólar médio no exercício.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.136,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$ 398,7 milhões ou 22,9%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$ 145,5 milhões ou 25,5%, para R\$ 717,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparados com os R\$ 571,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento decorre substancialmente pela contratação de colaboradores para reforço do time comercial em 2019, do reajuste anual sobre salários e do programa de retenção de colaboradores e executivos, parcialmente compensados pelos menores gastos com plano de ações restritas (remuneração baseada em ações) no quarto trimestre de 2019.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$91,1 milhões ou 27,2%, para R\$ 425,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas com os R\$ 334,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O acréscimo está substancialmente relacionado ao aumento nas despesas da controlada Me-S, incluindo o efeito da apreciação do dólar, bem como acréscimos nos gastos com serviços profissionais e despesas administrativas das controladas Cateno, M4U e Stelo (efeito da Stelo também impactado pelo início da consolidação a partir do quarto trimestre de 2018).

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$ 21,6 milhões ou 4,2%, para R\$ 540,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas com os R\$ 518,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento decorre substancialmente da manutenção das campanhas de marketing e renovação da identidade visual da Companhia, bem como ao aumento de ações comerciais junto a parceiros e bancos.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 140,5 milhões ou 43,6%, para R\$ 462,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas com os R\$ 322,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O acréscimo está relacionado principalmente ao aumento na expectativa de perdas com créditos incobráveis e contestações a clientes, bem como incremento das provisões para riscos tributários.

Equivalência Patrimonial – A receita de equivalência patrimonial manteve-se estável em R\$ 9,2



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas com os R\$ 9,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 559,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 55,0% ou R\$384,8 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que obteve um resultado de R\$ 1.244,1 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 166,5 milhões ou 47,8%, para R\$ 181,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas com os R\$ 348,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O decréscimo das receitas financeiras está substancialmente relacionado à redução do saldo médio aplicado, devido à utilização do caixa para fomento da operação de aquisição de recebíveis e do produto pagamento em dois dias, bem como pela redução da taxa média DI.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$ 103,2 milhões ou 16,2%, para R\$ 742,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas com os R\$ 638,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento está relacionado com o aumento do nível de endividamento, cujos recursos são alocados substancialmente no fomento das operações de aquisição de recebíveis e do produto pagamento em dois dias.

Aquisição de recebíveis líquido ("ARV") – A aquisição de recebíveis, líquida dos tributos, totalizou R\$ 1.123,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$ 409,8 milhões ou 26,7%, quando comparada com os R\$ 1.532,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do spread e da taxa média DI, concomitante ao aumento na concentração de clientes do segmento grandes contas, parcialmente compensado pelo aumento do volume adquirido.

Variação cambial, líquida – A variação cambial, líquida, totalizou R\$ 3,4 milhões de perda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma variação de R\$ 5,4 milhões, quando comparada com os R\$ 2,0 milhões de ganho no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

A Companhia apurou uma queda no imposto de renda e na contribuição social correntes de R\$



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

712,6 milhões, ou 47,99%, totalizando R\$ 772,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com os R\$ 1.484,9 milhões contabilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução na despesa de imposto de renda e contribuição social correntes decorre substancialmente da queda do lucro antes dos impostos.

Adicionalmente, a Companhia apurou uma queda na constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 50,9 milhões, ou 53,62%, totalizando R\$ 44,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com os R\$ 94,9 milhões contabilizados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Este resultado decorre do efeito sobre diferenças temporárias, representado substancialmente por provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, provisão para despesas diversas e provisão para perdas com equipamentos de captura e com créditos incobráveis, bem como ao reconhecimento dos efeitos da reforma tributária americana nas controladas Me-S e Cielo USA em 2018. Essas provisões são indedutíveis ou não tributadas temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(Em milhares de reais - R\$)	2018	AV (%)	2017	AV (%)	AH (%)
RECEITA LÍQUIDA	11.685.850	100,00%	11.600.341	100,00%	0,74%
Custo dos serviços prestados	(6.242.672)	-53,42%	(5.773.721)	-49,77%	8,12%
LUCRO BRUTO	5.443.178	46,58%	5.826.620	50,23%	-6,58%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(571.626)	-4,89%	(522.484)	-4,50%	9,41%
Gerais e administrativas	(334.340)	-2,86%	(355.930)	-3,07%	-6,07%
Vendas e marketing	(518.559)	-4,44%	(397.815)	-3,43%	30,35%
Equivalência patrimonial	9.199	0,08%	6.410	0,06%	43,51%
Outras despesas operacionais, líquidas	(322.455)	-2,76%	(225.952)	-1,95%	42,71%
LUCRO OPERACIONAL	3.705.397	31,71%	4.330.849	37,33%	-14,44%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	348.252	2,98%	410.883	3,54%	-15,24%
Despesas financeiras	(638.904)	-5,47%	(947.566)	-8,17%	-32,57%
Resultado com aquisição de recebíveis	1.532.787	13,12%	2.291.844	19,769%	-33,12%
Variação cambial, líquida	1.974	0,02%	(201)	-0,00%	-1082,09%



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

LUCRO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.949.506	42,35%	6.085.809	52,46%	-18,67%
IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.390.071)	-11,90%	(1.821.180)	-15,70%	-23,67%
Correntes	(1.484.978)	-12,71%	(1.893.749)	-16,32%	-21,59%
Diferidos	94.907	0,81%	72.569	0,63%	30,78%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.559.435	30,46%	4.264.629	36,76%	-16,54%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 11.685,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 85,5 milhões ou 0,7%, quando comparada com a receita líquida de R\$ 11.600,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O aumento da receita líquida é resultado do crescimento nas receitas da controlada Cateno relacionado ao aumento de volume transacionado, à expansão dos negócios dos serviços de recarga online da controlada Multidisplay, apreciação do dólar nas receitas de comissão na controlada Me-S, aumento nas receitas da Cielo substancialmente relacionadas ao Receba Rápido, além do crescimento devido à expansão nos negócios da Stelo, a qual passou a ser controlada indireta da Companhia a partir do 3T18. Adicionalmente, em contrapartida, o aumento da receita líquida foi parcialmente compensado pela maior pressão sobre as receitas de aluguel de equipamentos de captura (queda do parque cobrado) e redução das receitas de comissão impactadas pelo aumento da participação de clientes do segmento Grandes Contas e de um ambiente mais competitivo no âmbito de atuação da Companhia.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 6.242,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 469,0 milhões ou 8,1% em comparação aos R\$ 5.773,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 217,3 milhões ou 16,4% nos custos das controladas no exterior (Cielo USA e Me-S), relacionado principalmente à apreciação do dólar médio em 2018;
- (ii) Aumento líquido de R\$ 117,7 milhões, ou 11,1% nos custos da Companhia, relacionado substancialmente ao aumento nos custos com fees de bandeiras em decorrência da



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional a partir de 3T17 (resultante da migração completa para o modelo de interoperabilidade) e do início do pagamento de fees para as bandeiras Amex e Hiper no 4T17, compensado parcialmente pelo aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/COFINS) capturados em 2018, e pela redução nos custos com bancos e serviços aos estabelecimentos;

- (iii) Aumento de R\$ 101,7 milhões ou 20,3% nos custos com serviços prestados da controlada Multidisplay, que se referem substancialmente aos custos relacionados às novas receitas de serviços em 2018, devido à expansão dos negócios e a novas linhas de receita pelos canais de recarga online;
- (iv) Aumento de R\$ 13,7 milhões nos custos vinculados substancialmente às atividades de aquisição da controlada Stelo, em comparação a 2017, tendo em vista que passou a ser controlada indireta da Companhia a partir do 3T18, além da própria expansão dos negócios da Stelo; e
- (v) Aumento de R\$ 6,9 milhões ou 0,4% nos custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, substancialmente pelo aumento em remuneração de bandeiras, em virtude do crescimento do volume e quantidade de transações capturadas em 2018, parcialmente compensado por ações de eficiência operacional nas linhas de custos com impressão e postagem de faturas e documentos e central de atendimento.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas/receitas operacionais totalizaram R\$ 1.737,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de R\$ 260,3 milhões ou 17,6%, em relação ao exercício social anterior. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal: As despesas de pessoal tiveram aumento de R\$ 49,1 milhões ou 9,4%, as quais totalizaram R\$ 571,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 522,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre substancialmente de reajuste médio definido em convenção coletiva sobre salários e apreciação do dólar médio no período, impactando as despesas da controlada Me-S; e

Despesas gerais e administrativas: Redução de R\$ 21,6 milhões ou 6,1% nas despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, as quais totalizaram R\$ 334,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 355,9 milhões no exercício social



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução está substancialmente relacionada com redução dos serviços profissionais contratados, compensada parcialmente por maiores gastos administrativos.

Despesas de vendas e marketing: Aumento de R\$ 120,7 milhões ou 30,3%, as quais totalizaram R\$ 518,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 397,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre principalmente das novas campanhas de marketing, do lançamento de novos produtos e de ações comerciais na Companhia em 2018.

Outras despesas operacionais líquidas: Aumento de R\$ 96,5 milhões ou 42,7%, as quais totalizaram R\$ 322,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 226,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento está relacionado principalmente ao aumento nas expectativas de perdas com créditos incobráveis, do incremento das despesas com contingências e de perdas com equipamentos de captura (point-of-sale) na Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 1.244,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 29,1% ou R\$ 510,9 milhões em relação ao exercício social anterior, no qual foi registrado um resultado de R\$ 1.755,0 milhões. A redução ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras: Redução de R\$ 62,6 milhões ou 15,2%, as quais totalizaram R\$ 348,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 410,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução das receitas financeiras está substancialmente relacionada ao menor saldo médio aplicado, devido à alteração na política de pagamento de dividendos que passou a ser trimestral em 2018 e à liquidação das debêntures públicas no 2T18.

Despesas financeiras: Redução de R\$ 308,7 milhões ou 32,6%, as quais totalizaram R\$ 638,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 947,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução está relacionada à redução do endividamento médio com terceiros, em virtude da amortização das debêntures públicas e liquidação antecipada do FINAME.

Aquisição de recebíveis: A aquisição de recebíveis, líquida dos tributos, totalizou R\$ 1.532,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de R\$ 759,0 milhões ou 33,1%, quando comparado com os R\$ 2.291,8 milhões no exercício social



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução está substancialmente relacionada à redução do volume adquirido no período, bem como ao aumento da concentração em clientes do segmento grandes contas.

Variação cambial: A variação cambial, líquida, totalizou R\$ 2,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de R\$ 2,2 milhões, quando comparado com os R\$ 0,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento está substancialmente relacionado à apreciação do dólar médio no período, bem como maior contratação de dívida em dólar no exercício social de 2018, tendo impacto de variação cambial nos juros da operação.

IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

A Companhia apurou uma queda no imposto de renda e na contribuição social correntes de R\$ 408,8 milhões, ou 21,59%, totalizando R\$ 1.485,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 1.893,7 milhões contabilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução na despesa de imposto de renda e contribuição social correntes decorre substancialmente da queda do lucro antes dos impostos.

Adicionalmente, apurou-se aumento na constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 22,3 milhões, ou 30,8%, totalizando R\$ 94,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com os R\$ 72,6 milhões contabilizados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Este resultado decorre do efeito sobre diferenças temporárias, representado substancialmente por provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, provisão para despesas diversas e provisão para perdas com equipamentos de captura e com créditos incobráveis. Essas provisões são indedutíveis ou não tributadas temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

BALANÇO PATRIMONIAL

PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de				
	2019	AV (%)	2018	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.206.857	3,43%	2.874.424	3,48%	11,57%
Contas a receber operacionais	73.044.285	78,19%	62.936.111	76,23%	16,06%
Impostos antecipados e a recuperar	14.638	0,02%	7.052	0,01%	107,57%
Despesas pagas antecipadamente	103.230	0,11%	65.532	0,08%	57,53%
Instrumentos financeiros derivativos	48.580	0,05%	-	n/a	100,0%
Outros valores a receber	257.894	0,28%	84.181	0,10%	206,36%
Total do ativo circulante	76.675.484	82,07%	65.967.300	79,90%	16,23%
NÃO CIRCULANTE					
IR e contribuição social diferidos	1.134.911	1,21%	1.123.322	1,36%	1,03%
Depósitos judiciais	1.596.454	1,71%	1.637.377	1,98%	-2,50%
Outros valores a receber	27.808	0,03%	48.948	0,06%	-43,19%
Investimento	136.371	0,15%	129.197	0,16%	5,55%
Imobilizado	961.084	1,03%	580.794	0,70%	65,48%
Intangível	12.890.196	13,80%	13.076.153	15,84%	-1,42%
Total do ativo não circulante	16.746.824	17,93%	16.595.791	20,10%	0,91%
TOTAL DO ATIVO	93.422.308	100,00%	82.563.091	100,00%	13,15%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Contas a pagar a clientes	63.409.112	67,87%	53.772.843	65,13%	17,92%
Empréstimos e financiamentos	918.337	0,98%	1.033.618	1,25%	-11,15%
Fornecedores	566.601	0,61%	670.140	0,81%	-15,45%
Impostos e contribuições a recolher	82.532	0,09%	412.777	0,50%	-80,01%
Dividendos a pagar	72.183	0,08%	140.687	0,17%	-48,69%
Instrumentos financeiros derivativos	47.513	0,05%	75.692	0,09%	-37,23%
Obrigações com cotas de fundo de investimento	2.000.351	2,14%	-	-	100,0%
Outras obrigações	855.220	0,92%	697.081	0,84%	22,69%
Total do passivo circulante	67.951.849	72,74%	56.802.838	68,80%	19,63%



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Em 31 de dezembro de					
(Em milhares de reais)	2019	AV (%)	2018	AV (%)	AH (%)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	8.327.298	8,91%	6.829.359	8,27%	21,93%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.833.071	1,96%	1.782.197	2,16%	2,85%
Obrigações com cotas de fundos de investimento	53.243	0,06%	2.135.129	2,59%	97,51%
IR e contribuição social diferidos	70.747	0,08%	115.246	0,14%	-38,61%
Outras obrigações	121.157	0,13%	28.226	0,03%	329,24%
Total do passivo não circulante	10.405.516	13,20%	10.890.157	13,19%	-4,45%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	5.700.000	6,10%	5.700.000	6,90%	0,00%
Reserva de capital	69.285	0,07%	74.882	0,09%	-7,47%
Transações de capital entre sócios	(82.284)	-0,09%	(82.284)	-0,10%	0,00%
Ações em tesouraria	(56.198)	-0,06%	(50.578)	-0,06%	11,11%
Resultados abrangentes	45.693	0,05%	6.948	0,01%	557,64%
Reservas de lucros	5.716.122	6,12%	5.555.124	6,73%	2,90%
Atribuído aos acionistas controladores	11.392.618	12,19%	11.204.092	13,57%	1,68%
Acionistas que não a Cielo	3.672.325	3,93%	3.666.004	4,44%	0,17%
Total do patrimônio líquido	15.064.943	16,13%	14.870.096	18,01%	1,31%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93.422.308	100,00%	82.563.091	100,00%	13,15%

ATIVO

CIRCULANTE

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 3.206,9 milhões, 11,6% maior que o saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 2.874,4 milhões. O aumento decorre substancialmente dos recursos gerados como resultado operacional da Cateno e daqueles oriundos da operação ARV, parcialmente compensado pela redução das disponibilidades relacionada ao caixa da controlada Me-S, decorrente da oscilação operacional do business americano.

CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber operacionais totalizou R\$ 73.044,3 milhões, 16,1% superior ao montante de 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 62.936,1 milhões. O aumento decorre do acréscimo do volume de transações feitas pelos portadores de cartões.

NÃO CIRCULANTE

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$ 1.134,9 milhões, 1,0% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 1.123,3 milhões. Este resultado decorre do efeito sobre diferenças temporárias, representado substancialmente por provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, provisão para despesas diversas e provisão para perdas com equipamentos de captura e com créditos incobráveis. Essas provisões são indedutíveis ou não tributadas temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do imobilizado totalizou R\$ 961,1 milhões, 65,5% superior ao total de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 580,8 milhões. O aumento refere-se substancialmente a aquisições de imobilizado no montante de R\$ 629,1 milhões, principalmente de equipamentos de captura (POS), compensadas parcialmente pelas depreciações no exercício.

INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do intangível totalizou R\$ 12.890,2 milhões, 1,4% ou R\$ 186,0 milhões inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 13.076,2 milhões. A redução decorre das amortizações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em R\$836,6 milhões, com destaque para amortização do Direito de Exploração do Arranjo Ourocard, software e de subsídio na venda de máquinas, compensada parcialmente pelas adições no montante de R\$ 565,3 milhões, principalmente referente ao subsídio pago na venda de máquinas e aquisição de software, e pelo efeito da variação cambial de R\$ 90,4 milhões sobre os ativos intangíveis das empresas americanas Me-S e Cielo USA.

PASSIVO



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

CIRCULANTE

CONTAS A PAGAR A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a pagar a clientes totalizou R\$ 63.409,1 milhões, R\$ 9.636,3 milhões ou 17,9% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 53.772,8 milhões. O aumento é decorrente da oscilação operacional do business da Cielo e da Me-S (posição a pagar aos clientes do volume de transações capturadas).

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 9.245,6 milhões, R\$ 1.382,7 milhões ou 17,6% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2018, que foi R\$ 7.863,0 milhões. O aumento decorre principalmente da nova captação de debêntures públicas em R\$ 3,0 bilhões e linhas de crédito a prazo, bem como da variação cambial sobre os bonds e operação 4131, compensado pela amortização do principal e dos juros das linhas de crédito de curto prazo, bonds, operação 4131 e FINEP.

NÃO CIRCULANTE

PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁVEIS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão para riscos foi de R\$ 1.833,1 milhões, 2,9% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$ 1.782,2 milhões. O aumento é primordialmente resultante do incremento da provisão para riscos tributários relacionado aos tributos com exigibilidade suspensa, e ao complemento da provisão para riscos cíveis representado por novos processos, bem como por mudanças nas avaliações realizadas pelos assessores jurídicos sobre o risco de perda dos processos.

OBRIGAÇÕES COM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações com cotas de fundos de investimento foi reclassificado do longo prazo para curto prazo, em função da data de resgate das cotas ser em julho de 2020.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido aumentou R\$ 194,8 milhões, ou 1,3%, totalizando R\$ 15.064,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado com o montante de R\$ 14.870,1 milhões registrado em 31



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

de dezembro de 2018. O aumento decorreu principalmente em decorrência das seguintes variações:

- (i) Aumento de R\$ 1.789,6 milhões relacionado ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Distribuição de proventos (dividendos e juros sobre o capital próprio) dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 no montante de R\$ 709,4 milhões e R\$ 709,5 milhões, respectivamente;
- (iii) Distribuição de proventos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas no montante de R\$ 199,4 milhões; e
- (iv) Outras movimentações no montante de R\$ 23,6 milhões referentes à aquisição de ações em tesouraria, exercício de plano de ações restritas, variação cambial sobre investimento no exterior, resultado com instrumentos de hedge e ajuste de cálculo atuarial sobre benefício pós emprego.

PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em 31 de dezembro de					
(Em milhares de reais)	2018	AV (%)	2017	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.874.424	3,48%	6.024.197	6,82%	-52,29%
Contas a receber operacionais	62.936.111	76,23%	65.773.345	74,45%	-4,31%
Impostos antecipados e a recuperar	7.052	0,01%	11.957	0,01%	-41,02%
Despesas pagas antecipadamente	65.532	0,08%	43.728	0,05%	49,86%
Instrumentos financeiros derivativos	-	n/a	39.465	0,04%	-100%
Outros valores a receber	84.181	0,10%	40.920	0,05%	105,72%
Total do ativo circulante	65.967.300	79,90%	71.933.612	81,42%	-8,29%
NÃO CIRCULANTE					
IR e contribuição social diferidos	1.123.322	1,36%	1.011.232	1,14%	11,08%
Depósitos judiciais	1.637.377	1,98%	1.621.861	1,84%	0,96%
Outros valores a receber	48.948	0,06%	43.984	0,05%	11,29%
Investimento	129.197	0,16%	120.500	0,14%	7,22%
Imobilizado	580.794	0,70%	512.596	0,58%	13,30%



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Em 31 de dezembro de					
(Em milhares de reais)	2018	AV (%)	2017	AV (%)	AH (%)
Intangível	13.076.153	15,84%	13.103.396	14,83%	-0,21%
Total do ativo não circulante	16.595.791	20,10%	16.413.569	18,58%	1,11%
TOTAL DO ATIVO	82.563.091	100,00%	88.347.181	100,00%	-6,55%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Contas a pagar a clientes	53.772.843	65,13%	57.796.536	65,42%	-6,96%
Empréstimos e financiamentos	1.033.618	1,25%	2.827.719	3,20%	-63,45%
Fornecedores	670.140	0,81%	756.336	0,86%	-11,40%
Impostos e contribuições a recolher	412.777	0,50%	286.954	0,32%	43,85%
Dividendos a pagar	140.687	0,17%	270.470	0,31%	-47,98%
Instrumentos financeiros derivativos	75.692	0,09%	-	n/a	n/a
Outras obrigações	697.081	0,84%	659.351	0,75%	5,72%
Total do passivo circulante	56.802.838	68,80%	62.597.366	70,85%	-9,26%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	6.829.359	8,27%	6.417.634	7,26%	6,42%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.782.197	2,16%	1.741.317	1,97%	2,35%
Obrigações com cotas de fundos de investimento	2.135.129	2,59%	2.000.545	2,26%	6,73%
IR e contribuição social diferidos	115.246	0,14%	194.512	0,22%	-40,75%
Outras obrigações	28.226	0,03%	34.862	0,04%	-19,04%
Total do passivo não circulante	10.890.157	13,19%	10.388.870	11,76%	4,83%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	5.700.000	6,90%	4.700.000	5,32%	21,28%
Reserva de capital	74.882	0,09%	66.247	0,07%	13,03%
Transações de capital entre sócios	(82.284)	-0,10%	(82.284)	-0,09%	0,00%
Ações em tesouraria	(50.578)	-0,06%	(53.925)	-0,06%	-6,21%
Resultados abrangentes	6.948	0,01%	8.814	0,01%	-21,17%
Reservas de lucros	5.555.124	6,73%	7.062.500	7,99%	-21,34%
Atribuído aos acionistas controladores	11.204.092	13,57%	11.701.352	13,24%	-4,25%
Acionistas que não a Cielo	3.666.004	4,44%	3.659.593	4,14%	0,18%
Total do patrimônio líquido	14.870.096	18,01%	15.360.945	17,39%	-3,20%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.563.091	100,00%	88.347.181	100,00%	-6,55%



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ATIVO

CIRCULANTE

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 2.874,4 milhões, R\$ 3.149,8 milhões ou 52,3% menor que o saldo de 31 de dezembro de 2017, de R\$ 6.024,2 milhões. A redução decorre substancialmente ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio comparado ao mesmo período de 2017 e ao pagamento do principal das debêntures públicas.

CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber operacionais totalizou R\$ 62.936,1 milhões, 4,3% inferior ao montante de 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 65.773,3 milhões. A redução decorre da diminuição do volume de transações feitas pelos portadores de cartões.

NÃO CIRCULANTE

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$ 1.123,3 milhões, 11,08% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 1.011,2 milhões. A variação é composta basicamente pelo efeito do ativo fiscal diferido da controlada Stelo, no montante de R\$90 milhões, que a partir de setembro de 2018 passou a compor a consolidação da Companhia.

IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do imobilizado totalizou R\$580,8 milhões, 13,3% superior ao total de 31 de dezembro de 2017, de R\$ 512,6 milhões. O aumento refere-se substancialmente ao aumento de aquisições de R\$ 332,6 milhões, compensados pela depreciação de R\$ 295,4 milhões e baixas efetuadas de R\$ 11,9 milhões.

INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do intangível totalizou R\$ 13.076,2 milhões, 0,2% ou R\$ 27,2 milhões inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2017, de R\$ 13.103,4 milhões. A redução decorre das amortizações no exercício em R\$ 637,1 milhões, com destaque para amortização do



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Direito de Exploração do Arranjo Ourocard e de software, bem como as baixas no exercício de R\$ 19,8 milhões, compensada parcialmente pelas adições no montante de R\$ 272,2 milhões, principalmente referente aquisição de software e desenvolvimento de projetos, e pelo efeito da variação cambial de R\$ 361,4 milhões sobre os intangíveis das empresas Me-S e Cielo USA.

PASSIVO

CIRCULANTE

CONTAS A PAGAR CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a pagar a clientes totalizou R\$ 53.772,8 milhões, R\$ 4.023,7 milhões ou 6,96% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 57.796,5 milhões. A redução é decorrente do menor volume de transações em 2018 por conta da maior concorrência no mercado de adquirência.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 7.863,0 milhões, 14,9% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2017, que foi R\$ 9.245,4 milhões. A redução decorre principalmente da amortização do principal e dos juros das debêntures públicas em R\$ 1,5 bilhão e da operação de FINAME de R\$ 170,3 milhões, compensada pela variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira, no montante de R\$ 699,7 milhões.

NÃO CIRCULANTE

PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁVEIS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão para riscos foi de R\$ 1.782,2 milhões, 2,4% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$ 1.741,3 milhões. O acréscimo é resultante principalmente do aumento da provisão para riscos tributários referente a tributos com exigibilidade suspensa e ao complemento das provisões de risco trabalhistas representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido reduziu R\$ 490,8 milhões, ou 3,2%, totalizando R\$ 14.870,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado com o montante de R\$ 15.360,9 milhões registrado em 31 de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

dezembro de 2017. A redução ocorreu principalmente em decorrência das seguintes variações:

- (i) Aumento de R\$ 3.559,4 milhões relacionado ao lucro líquido de exercício social findo em 31 de dezembro de 2018;
- (ii) Distribuição de proventos (dividendos e juros sobre o capital próprio) referentes ao lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 no montante de R\$ 2.790,5 milhões e R\$ 1.058,8 milhões, respectivamente;
- (iii) Distribuição de proventos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas no montante de R\$211,1 milhões;
- (iv) Outras movimentações no montante de R\$ 10,1 milhões, principalmente referentes a vendas/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações, outorga de ações restritas e aquisições de ações em tesouraria.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AH (%)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	1.989.442	3.575.185	-44,35%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.192.580)	(711.258)	67,67%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(419.376)	(6.130.180)	-93,16%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	(45.053)	116.480	-138,68%
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	332.433	(3.149.773)	-110,55%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 332,4 milhões, passando de R\$ 2.874,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.206,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A variação do caixa e equivalentes no exercício anterior foi uma redução de R\$ 3.149,8 milhões, saindo de R\$ 6.024,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.874,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

de 2018.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 apresentou uma redução de R\$ 1.585,7 milhões ou 44,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, passando de R\$ 3.575,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.989,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação ocorreu, principalmente, por (i) redução da receita líquida proveniente da pressão de preços sobre as receitas de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como sobre a receita de aluguel de equipamentos, decorrente do ambiente competitivo, sendo essas reduções parcialmente compensadas pelo crescimento da receita relacionada ao produto Pagamento em dois dias e pela expansão dos negócios na M4U, Stelo e Catenio; (ii) aumento dos custos dos serviços prestados, substancialmente relacionados aos custos de revenda de recarga de celular na controlada M4U e vinculados à transação, devido ao maior volume capturado, (iii) aumento nas despesas operacionais, decorrente da contratação de colaboradores para reforço do time comercial no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (iv) redução do resultado financeiro, em decorrência da redução do saldo médio aplicado e do aumento do endividamento médio da Companhia, ambos vinculados ao fomento das operações de aquisição de recebíveis e do produto Pagamento em dois dias, bem como redução das receitas de aquisição de recebíveis, devido redução de spread e taxa média DI.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 apresentou um aumento de R\$ 481,3 milhões ou 67,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, passando de R\$ 711,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.192,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento de investimentos em ativos imobilizados e intangíveis, relacionado à aquisição de equipamentos de captura e ao subsídio na venda de terminais.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos no exercício social findo em 31 de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

dezembro de 2019 apresentou uma redução de R\$ 5.710,8 milhões ou 93,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, passando de R\$ 6.130,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 419,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência de (i) decréscimo dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no período, relacionado à redução na política de pagamento de proventos (payout) da Companhia entre os exercícios sociais encerrados em 2018 e 2019 e à diminuição do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício social anterior; (ii) aumento do endividamento médio, como resultado líquido da emissão de debêntures públicas em junho de 2019, à captação líquida de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito de curto prazo, à recompra parcial dos bonds e à liquidação parcial do empréstimo em moeda estrangeira.

Comparação entre os fluxos de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017	AH (%)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	3.575.185	5.520.233	-35,23%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(711.258)	(472.217)	50,62%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(6.130.180)	(1.715.738)	257,29%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	116.480	32.963	253,37%
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.149.773)	3.365.241	- 193,60%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, houve uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 3.149,8 milhões, passando de R\$ 6.024,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.874,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A variação do caixa e equivalentes no exercício anterior foi um aumento de R\$ 3.365,2 milhões, saindo de R\$ 2.659,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 6.024,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 apresentou uma redução de R\$ 1.945,0 milhões ou 35,2% em relação ao o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$ 5.520,2 milhões no



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.575,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação deu-se, principalmente, por (i) aumento das liquidações aos clientes relacionadas às transações de cartão de crédito e débito capturadas pelo sistema Cielo em proporção superior ao fluxo dos valores recebidos dos bancos emissores em 31 de dezembro de 2018 em relação à mesma data do ano anterior, (ii) aumento dos custos dos serviços prestados, substancialmente relacionados aos custos de revenda de recarga de celular na controlada M4U e vinculados à transação, devido à mudança no modelo de remuneração das bandeiras; (iii) aumento nas despesas operacionais, com destaque para os investimentos em vendas e marketing devido à novas campanhas, lançamento de novos produtos e ações comerciais na Controladora; e (iv) redução do resultado financeiro, decorrente da redução das receitas de aquisição de recebíveis devido à redução do volume adquirido.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 apresentou um aumento de R\$ 239,0 milhões ou 50,62% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$ 472,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 711,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essa variação se deu, principalmente, em decorrência do aumento de aquisições de ativos imobilizado e intangível, relacionado em sua maioria à aquisição de terminais de captura, e da compra de 30% de participação da controlada Stelo.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 apresentou um aumento de R\$ 4.414,4 milhões ou 257,29% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$ 1.715,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.130,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Essa variação ocorreu, substancialmente, por (i) aumento nos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no exercício social de 2018, (ii) redução das aplicações de terceiros no FIDC Plus, e (iii) redução do endividamento médio, impactado pela liquidação das debentures públicas em abril de 2018, devido vencimento dessa operação.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é substancialmente impactada por: (i) volume e quantidade de transações efetuadas com cartões de crédito e de débito; (ii) número de estabelecimentos credenciados que utilizam os equipamentos de captura da Companhia; e (iii) negociações de taxas de administração com estabelecimentos comerciais credenciados à Companhia.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as principais fontes de receitas da Companhia foram decorrentes de: (i) serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito (receita de comissões); (ii) aluguel de equipamentos de captura (receita de aluguel de equipamentos); (iii) aquisição de recebíveis dos estabelecimentos comerciais (receita de aquisição de recebíveis); (iv) prestação de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos; e (v) receita de prestação de serviços e vendas de recarga de crédito de telefonia móvel.

Receita de comissões

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a principal fonte de receita da Companhia decorreu dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações efetuadas com cartões de crédito e de débito.

A receita de comissões é calculada mediante a aplicação de um percentual negociado com os estabelecimentos comerciais, fornecedores de bens e/ou prestadores de serviços, credenciados pela Companhia, incidente sobre o valor da transação efetuada pelos portadores de cartões de crédito e de débito nos estabelecimentos em questão (“**Taxa de Administração**”).

Nas transações com cartões de débito ou de crédito com pagamento à vista e nas transações com cartão de crédito com pagamento parcelado, as receitas são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento da respectiva transação, líquidas do valor da taxa de intercâmbio devida aos bancos emissores.

No que diz respeito ao pagamento aos estabelecimentos comerciais dos valores de transações com o uso de cartão de crédito com pagamento parcelado, estes são realizados (i) em 30 (trinta) dias, em média, após a data do processamento de cada parcela; (ii) no prazo de 30 (trinta) dias, em média, para crédito à vista; e (iii) em um dia para transações com cartão de débito. As liquidações de transações de crédito à vista ou parcelado, quando acordados previamente com o cliente, são realizadas em prazo inferior, geralmente em dois dias após a transação. No caso da controlada Me-S, esta assume responsabilidades do banco adquirente no âmbito dos seus acordos com os bancos, sendo, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

benefícios dos acordos. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia-a-dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e a taxa de intercâmbio é reconhecida como custo dos serviços prestados.

Receita de aluguel de equipamentos

A Companhia também auferir receita do aluguel dos equipamentos de captura. Os valores de aluguel dos equipamentos de captura variam de acordo com a tecnologia empregada em cada tipo de equipamento.

A cobrança do aluguel de equipamentos de captura é realizada por meio de desconto do valor correspondente quando a Companhia faz o pagamento dos valores das transações ao estabelecimento comercial ou cobrado por meio de débito na conta corrente do estabelecimento.

Receita de aquisição de recebíveis dos estabelecimentos comerciais

Esta receita decorre da taxa de desconto comercial obtida nas operações de aquisição de recebíveis realizadas pelo FIDC ou FIDC Plus de estabelecimentos comerciais interessados em antecipar o recebimento correspondente às transações com cartões de crédito antes do prazo de pagamento originalmente avençado. A receita é apropriada ao resultado “*pro rata temporis*” de acordo com o prazo de vencimento das transações.

Os recursos financeiros utilizados para a liquidação das operações de aquisição de recebíveis são oriundos de recursos próprios da Companhia ou do FIDC, de empréstimos obtidos com as instituições financeiras ou de recursos obtidos com os bancos emissores, mediante o pré-recebimento do valor de transações a serem pagas para os estabelecimentos. A despesa financeira relativa ao pré-recebimento do fluxo de recebíveis com os bancos emissores é contabilizada “*pro rata temporis*” de acordo com os prazos negociados.

Serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos

Esta receita, exclusiva da controlada Cateno, se refere à operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos e de bandeiras privadas (não incluindo a administração de cartões de crédito). A receita é calculada por meio da aplicação de um percentual sobre o volume de transações realizadas nos cartões de crédito e débito no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, e é apropriada ao resultado na data de captura/processamento da respectiva transação.

Serviços de prestação de serviços e revenda de crédito de telefonia móvel

Esta receita, exclusiva da controlada M4U, consiste na prestação de serviço de transmissão de dados e revenda de recarga de créditos de telefonia móvel. A receita é calculada por meio da aplicação de um percentual sobre o volume de recargas realizadas nos cartões de crédito e



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

débito, e é apropriada ao resultado na data em que a contraparte (cliente) apura, reconhece, aceita e informa a base de transações (através do relatório financeiro).

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Administração apresenta abaixo os principais fatores que afetaram materialmente os seus resultados operacionais:

Concorrência

Diante do cenário de novos entrantes e maior concorrência no setor de adquirência, a precificação das taxas de administração cobradas pelos adquirentes, inclusive pela Companhia, passou a sofrer maior pressão competitiva, uma vez que o estabelecimento comercial pôde buscar melhores preços em razão da pluralidade de adquirentes ofertando as principais bandeiras de cartões de crédito e débito.

Diversas ofertas mais agressivas da competição, impactaram as linhas de receita da Companhia, a qual teve que reprecificar seus produtos para continuar competitiva frente a seus concorrentes.

A pressão na taxa de administração, geralmente mais intensa nas negociações com os grandes estabelecimentos, em razão do grande volume de transações com cartões de crédito e débito negociadas, também vem sendo fortemente pressionada nos médios estabelecimentos devido ao aumento de competição das adquirentes.

Já a pressão no aluguel é mais frequente entre os médios e pequenos estabelecimentos, visando ao menor custo com o terminal de captura. Um único terminal de um único adquirente pode processar transações de uma multiplicidade de bandeiras de cartões de crédito e débito, permitindo aos estabelecimentos comerciais optar por trabalhar apenas com um adquirente.

Além disso, o modelo de venda vem ganhando força no mercado, principalmente entre os clientes de pequeno porte, o que também pressiona a receita de aluguel. Acompanhando o mercado, a Companhia também intensificou sua venda de equipamentos e subsídios para garantir sua relevância no mercado de clientes de pequeno porte.

Cenário macroeconômico brasileiro

A administração acredita que a situação financeira da Companhia e o resultado das operações são influenciados, inclusive, por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, a inadimplência e os níveis de média salarial.

Todos esses fatores afetam, direta ou indiretamente, o consumo das famílias brasileiras (componente da despesa interna que é utilizado para o cálculo do PIB nacional e que designa as despesas das famílias brasileiras em bens de consumo, tais como: alimentos, vestuário, lazer, educação, saúde, entre outros; não estão inclusas as despesas em bens duradouros, tais como: aquisição de habitação).



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Eventual diminuição da taxa de desemprego, redução da disponibilidade de crédito e/ou melhora nos níveis de média salarial afetam, diretamente, a propensão de consumo das famílias brasileiras e indiretamente, o resultado da Companhia.

Em 2019, a taxa de desemprego apresentou queda em relação ao ano de 2018. Em dezembro de 2019, a taxa chegou a 11,0% (em comparação a 11,6% em dezembro de 2018), representando 11,6 milhões de desempregados, conforme a PNAD/IBGE. A renda média real do trabalhador apresentou alta de 4,1% no último trimestre do ano em comparação ao último trimestre de 2018 (PNAD/IBGE), e o total de crédito no sistema financeiro aumentou em percentual do PIB (de 47,7% em dezembro de 2018 para 48,0% em dezembro de 2019, conforme SFN/BACEN).

Considerando que os fatores macroeconômicos influenciam o poder de compra do consumidor, a melhora desses fatores deve impactar positivamente o volume e valor das transações com cartões de crédito e débito – e, por consequência, pode impactar diretamente a receita de comissões da Companhia.

Mudanças regulatórias no setor de pagamentos

Os resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser afetados diretamente pelas mudanças legais e regulatórias no setor de pagamentos. Destacamos abaixo as medidas regulatórias mais relevantes para a indústria durante o ano de 2019:

Em 08 de abril de 2019, entrou em vigor a regulamentação transitória relacionada à utilização de recebíveis de cartões de arranjo de pagamento (recebíveis) em garantia de operações de crédito (Resolução nº 4.707/18, Circular nº 3.924/18 e Carta Circular nº 3.934). A Cielo participou ativamente das discussões destas regras com o mercado e realizou os ajustes necessários em seus sistemas para cumprimento da regulamentação, sendo importante ressaltar que, tendo em vista que a Cielo já era integrante do Sistema de Controle de Garantias (“SCG”), a Companhia já respeitava a então chamada “trava de recebíveis”, consistente no depósito dos recebíveis de seus clientes na conta da instituição financeira que havia realizado operações de crédito garantidas por tais recebíveis.

Ainda sobre este tema, em 27 de junho de 2019, o Banco Central editou a Resolução nº 4.734 e a Circular nº 3.952, as quais estabelecem condições e procedimentos para a realização de operações de desconto de recebíveis e de operações de crédito garantidas por esses recebíveis e seus respectivos registros. A Cielo está realizando as adaptações necessárias para se adequar a estes novos requisitos que entrarão em vigor no dia 03 de agosto de 2020.

Em agosto de 2019, houve a publicação pelo Banco Central do Comunicado nº 34.085, o qual divulga atualizações relativas aos requisitos fundamentais (divulgados em 2018) para o ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro, que terá a base de dados desenvolvida e administrada pelo próprio órgão regulador. A base de dados de endereçamento permitirá a realização de pagamentos de maneira intuitiva e simplificada, utilizando, de forma segura, informações de fácil conhecimento, como número de telefone ou conta de e-mail. A rede de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

pagamentos instantâneos permitirá a transferência de recursos entre indivíduos em tempo real, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana.

No final do ano de 2019, o Banco Central reformulou o normativo sobre autorizações de débito em conta, cujo objetivo, que começa a valer em maio de 2020, é aumentar a transparência nas autorizações fornecidas pelos clientes, evitando autorizações genéricas e de amplos poderes.

Com a nova regulamentação, as autorizações de débito em conta, além de serem formalizadas por meio das instituições financeiras, também poderão ser encaminhadas pelas instituições de pagamento e por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, todas denominadas “instituição destinatária”.

O Banco Central continua atuando ativamente para aperfeiçoar a regulamentação aplicável à indústria de pagamentos, dessa forma, o regulador divulgou duas consultas públicas que tratam dos seguintes importantes temas, (i) implementação no País do Sistema Financeiro Aberto (*Open Banking*) e (ii) implementação do Ambiente Controlado de Testes para Inovações Financeiras e de Pagamento (*Sandbox* Regulatório). A Cielo vem acompanhando e participando das discussões conduzidas com o mercado para o desenvolvimento do setor.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia foram impactadas principalmente por modificação de preços, alterações de volumes e crescimento de novos produtos e serviços nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em decorrência de estratégia da Companhia de readequação de preços a fim de continuar competitiva frente a seus concorrentes.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia foram impactados por inflação e variação de preços dos principais insumos e produtos nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, parcialmente compensado pela atuação em projetos de eficiência e negociações de preços junto aos fornecedores. A Companhia opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela administração. Os potenciais impactos que podem afetar materialmente o resultado operacional e financeiro da Companhia como um todo estão listados no item 10.2(a)(ii) acima.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades da Companhia, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo

Em 28 de julho de 2017, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“**FIDC Plus**”) iniciou suas operações com R\$ 5,0 bilhões representativos de cotas sênior, mezanino e subordinada, sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado, com propósito específico de concentrar a operação de aquisição de recebíveis operacionalizadas no sistema de adquirência da Cielo e demais ativos financeiros.

O FIDC Plus foi criado com o objetivo primordial de fomentar a operação de aquisição de recebíveis utilizando um instrumento de mercado de capitais regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de patrimônio foi composta por R\$ 7.803 milhões em cotas detidas pela Cielo e R\$ 2.000 milhões em cotas detidas por investidores terceiros.

Stelo S.A.

Em 18 de janeiro de 2018, a Cielo, por meio de sua controlada Aliança, assinou o contrato de compra e venda com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (“**CBSS**”) para aquisição de 70% de participação no capital social da Stelo S.A. (“**Stelo**”), passando a deter 100% (cem por cento) do capital social da empresa. O valor de compra estabelecido foi de R\$ 87,5 milhões.

Em linha com o objetivo da Companhia de diversificar a oferta de soluções e serviços, a aquisição da Stelo permitiu explorar novas iniciativas comerciais, como a venda de terminais de captura, por meio de uma marca própria e de uma estrutura independente, e de aprimorar a estratégia comercial a fim de atender as mais variadas demandas de seus clientes.

Em 14 de setembro de 2018, após a conclusão do processo de análise e aprovação da transação por parte dos órgãos reguladores, houve a conclusão do processo de aquisição de participação na Stelo pela Aliança por meio da realização do pagamento e da transferência do controle das ações em questão.

Conforme definido no contrato, o valor de compra foi atualizado pela variação da taxa CDI



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

acumulada entre a data de assinatura e a efetiva data de conclusão da operação, sendo liquidado pelo montante de R\$ 91,2 milhões.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, além dos eventos mencionados no item 10.3(b) acima.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis aplicáveis a Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 2018, foram adotadas as normas IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos.

Em 2019, a Companhia adotou a IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 01 de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, sendo reconhecido um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia optou pela aplicação da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em relação à adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a Companhia não identificou mudanças significativas quanto a classificação de seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia não identificou efeitos significativos da adoção da IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na auferição do benefício do próprio serviço.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Por fim, a adoção da IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019 resultou no reconhecimento do ativo de direito de uso no montante de R\$ 68.836 e do passivo de arrendamento no montante de R\$ 88.159 em 31 de dezembro de 2019, sem impactos significativos no resultado do período, relativos aos contratos de aluguel de imóveis da Cielo e suas controladas.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve quaisquer ressalvas e ênfases nos pareceres dos auditores independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável) e provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

A administração entende que práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração da Companhia, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive com relação às variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram incluídos comentários referentes a cada prática contábil crítica com base nas normas IFRS, conforme descrito a seguir:

Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida *pro rata temporis*, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes introduziu novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços a partir de 1º de janeiro de 2018. Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da transação.

Perda ("impairment") na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio resultante de uma combinação de negócios, são demonstrados ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável (*impairment test*), o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente à teste de redução no valor recuperável ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer

ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Controladas em conjunto (Joint Ventures)

Joint ventures são entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Companhia e por um ou mais sócios. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido.

Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Plano de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet, plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um *hedge* de valor justo, o objeto e o instrumento de *hedge* são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* ou caracterizados com *hedge* de valor justo são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao último exercício social.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As atividades operacionais da Companhia demandam investimentos expressivos em equipamentos de captura, principalmente em virtude da extensa base de estabelecimentos credenciados e da reposição do parque de *point-of-sale* em uso, incluindo os custos de manutenção e melhoria da segurança na captura das transações. Os equipamentos de captura adquiridos pela Companhia são distribuídos conforme a demanda dos estabelecimentos credenciados por todo o país.

Os demais ativos imobilizados são equipamentos de informática, máquinas, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e veículos, utilizados na sede da Companhia e nas sedes e filiais de suas Controladas.

Os investimentos em ativos intangíveis são representados, substancialmente, por subsídio pago na venda de soluções de captura e por licenças de softwares utilizadas pela Companhia e suas Controladas, bem como gastos com desenvolvimento de novos produtos e projetos, os quais visam o incremento de receitas e melhorias operacionais. Além disso, também são registrados no ativo intangível direitos de exploração, gastos com acordos de não competição e relacionamento com clientes, gerados substancialmente em processos de aquisição ou constituição de controladas em períodos anteriores.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os principais investimentos da Companhia e de suas Controladas foram realizados visando a expansão de suas atividades, de modo que, de um montante total de R\$ 1.194,6 milhões, (i) R\$ 484,8 milhões foram referentes a equipamentos de captura; (ii) R\$ 144,7 foram referentes a outros ativos imobilizados; (iii) R\$ 168,9 milhões foram referentes a softwares; (iv) R\$ 382,4 milhões foram referentes aos subsídios pagos na venda de soluções de captura; e (v) R\$ 13,8 milhões foram referentes ao desenvolvimento de projetos.

A Companhia pretende continuar realizando investimentos em sua estrutura atual, incluindo investimentos em equipamentos de captura, novos produtos, equipamentos de informática, máquinas, equipamentos, instalações e móveis.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia acredita que as suas fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade. Além disso, a Companhia possui linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, destinados para o desenvolvimento de projetos de tecnologia e inovação.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, pois a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Além dos produtos e serviços tradicionalmente oferecidos no mercado de meios eletrônicos de pagamento, a Companhia tem histórico em oferecer soluções inovadoras em segmentos que tenham sinergia com suas atividades e desenvolve novos produtos e serviços para atender as mais diversas necessidades de seus variados clientes, sendo pioneira na oferta de *smart terminal* do mercado brasileiro, a Cielo Lio, iniciando sua jornada para se tornar o primeiro canal de interação entre clientes (Cielo Open Platform), seguindo tendência global de adoção de plataformas abertas para o desenvolvimento de soluções de varejo.

A solução conta com mais de 150 aplicativos (apps) homologados até o momento e prontos para integração via *Cielo Store – marketplace Cielo* à disposição do usuário para download de aplicativos que auxiliam os lojistas na gestão do seu negócio.

A Companhia também investiu em diversificação de produtos, ampliando portfólio e modelos de negócios. Nos últimos três anos, por exemplo, podemos destacar as seguintes inovações:

- Cielo Lio+: a primeira máquina de cartão que o cliente compra e vem com um celular. Ela é tudo em um só lugar. A Cielo LIO+ é um smartphone de última geração, que pode ser utilizado para baixar aplicativos, tirar fotos, fazer e receber ligações, além de todas as funções tradicionais de um aparelho celular. Além disso, para realizar uma venda, basta conectar o módulo de pagamentos com apenas um clique e a Cielo LIO+ transforma-se em uma máquina de cartão.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- Pagamento com QR Code: solução que permite melhorar a experiência de compra do consumidor e proporcionar pagamento com celular para qualquer smartphone com câmera, independente das tecnologias de pagamento por aproximação ou contato. A solução já nasceu com importantes parceiros: Bradesco, Agibank, Banco Original, PicPay e Next.
- Conta Digital: opção que chegou para facilitar a vida de clientes desbancarizados ou clientes que preferem receber suas vendas realizadas nas máquinas Cielo diretamente em um cartão, sem necessidade de conta bancária. A conta digital Cielo é uma conta de pagamento emitida pela controlada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.
- Venda de soluções de captura: para atender à demanda crescente de micro e pequenos empreendedores que desejam ser proprietários de suas máquinas e não ter compromisso de aluguéis mensais. A iniciativa trouxe aos nossos clientes uma opção de escolha adicional sobre qual o melhor modelo para o seu negócio, uma vez que expandimos nosso portfólio, possibilitando o aluguel ou venda de terminais.
- Cielo super link: Opção que permite nossos clientes oferecer mais praticidade para quem está comprando sem a necessidade de obtenção da máquina física, com apenas um *link* para agilizar seus recebimentos facilitando a gestão das suas vendas.
- Crediário: Uma nova forma de pagamento em que o cliente pode parcelar a compra em até 36 (trinta e seis) vezes, de acordo com as condições do banco emissor do cartão. O serviço permite a simulação dos juros e a quantidade de parcelas, assim o cliente pode escolher a melhor condição para ele. As parcelas são cobradas mensalmente na fatura do cartão de crédito do seu cliente. Você recebe o valor total das vendas no Crediário em até uma hora ou dois dias úteis.
- Parcelado Cliente: Opção de pagamento em que o estabelecimento pode parcelar a compra em até doze vezes, recebendo o valor total das vendas de uma única vez em até uma hora ou dois dias úteis e diferenciando o valor do valor final da compra conforme modalidade de parcelas escolhida pelo cliente. A diferenciação do valor final da compra é simulada automaticamente pela Cielo, facilitando o processo de pagamento entre estabelecimento e cliente.
- Recebimento na mesma hora: produto em que o estabelecimento realiza as vendas diretamente na maquininha da Cielo e recebe em até uma hora na Conta Digital.
- Solução de transporte: solução que viabiliza pagar passagens de metrô e ônibus com cartões de crédito e débito de forma simples e rápida, por aproximação.
- Pagamento Parcial: solução que auxilia na venda de nossos clientes, com mais uma opção de forma de pagamento pelo comprador, demonstrando no ato da venda o saldo disponível no cartão do cliente, caso não tenha saldo suficiente no cartão de crédito.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nesse momento o comprador tem a opção de pagar o saldo parcial pelo cartão de crédito e o restante com outra forma de pagamento que desejar.

A Companhia acredita que a diversidade do portfólio de seus produtos e serviços é resultado de esforços constantes na identificação de novos ramos de negócios que possam maximizar e otimizar o uso de sua rede e seus ativos.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia investiu, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 192,7 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços (R\$ 42,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 118,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017).

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimentos já divulgados.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme informado no item (ii) acima, a Companhia investiu, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 192,7 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços (R\$ 134,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 118,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017).

10.9 - Outras informações relevantes

Em 27 de abril de 2017, a Companhia obteve a autorização do Banco Central do Brasil ("Banco Central") para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no regramento contábil do Banco Central ("COSIF").

Nesse sentido, as informações financeiras oficiais da Companhia para fins societários, tributários, entre outros, passaram a refletir as regras contábeis definidas no COSIF.

Em atendimento às regras do Banco Central e da CVM e com o intuito de proporcionar comparabilidade dos resultados em relação aos períodos anteriores, a Companhia manteve a divulgação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS, simultaneamente à publicação das demonstrações financeiras conforme as regras do COSIF.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Dentre as principais diferenças entre as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação ao COSIF, destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pela IFRS, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros (*goodwill*) deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Adicionalmente, no COSIF, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* foi reconhecida no resultado do exercício, diferentemente dos demonstrativos contábeis em IFRS, cujo impacto foi em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido, até julho de 2019.

Apresentamos a seguir a reconciliação dos saldos comparativos de resultado e do patrimônio líquido referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, entre IFRS e COSIF:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Em R\$ Milhões	Consolidado		
Lucro Líquido IFRS	1.790	3.559	4.265
(-) Amort. Ágio (a)	(17)	(26)	(186)
Var. cambial líquida bonds (b)	12	(176)	(15)
Arrendamento Mercantil (c)	1	-	-
Lucro Líquido COSIF	1.786	3.357	4.063

- a) Referente à amortização de ágios originados na aquisição do controle da Multidisplay e na aquisição da Me-S.
- b) A variação cambial sobre os *Ten Years Bonds*, líquido dos tributos, emitidos pela Cielo, é reconhecida no resultado do exercício em COSIF. De forma diversa, até julho de 2019, no IFRS, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* impactou a rubrica de “Outros Resultados Abrangentes”, diretamente no Patrimônio Líquido, em decorrência da efetividade do hedge accounting designado entre o investimento em dólar na controlada americana Cielo USA e o endividamento em dólar (bonds). Com a liquidação parcial dos bonds em julho de 2019, a variação cambial passou a ser reconhecida no resultado financeiro também em IFRS.
- c) Refere-se à amortização do direito de uso pelo prazo do contrato e apropriação de juros decorrente do passivo de operações de arrendamento mercantil.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo III
Proposta de Destinação do Lucro Líquido
(Em conformidade com o anexo 9-1-ii da ICVM 481/09)

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício:

De acordo com os critérios e as regras contábeis definidos no COSIF, o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.580.151.418,14 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e quatorze centavos).

2. Informar o Montante Global e o Valor por Ação dos Dividendos, incluindo Dividendos Antecipados e Juros sobre Capital Próprio já declarados:

O montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio declarados no exercício social de 2019, foi de R\$ 709.443.596,93 (setecentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos), sendo R\$ 224.166.813,91 (duzentos e vinte e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e treze reais e noventa e um centavos) a título de dividendos ("Dividendos") e R\$ 485.276.783,02 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e três reais e dois centavos) a título de juros sobre capital próprio ("Juros Sobre Capital Próprio"), resultando em um valor bruto por ação de R\$ 0,2614, sendo R\$ 0,0826 a título de Dividendos e R\$ 0,1789 a título de Juros Sobre Capital Próprio.

3. Informar o Percentual do Lucro Líquido do Exercício Distribuído:

O percentual do lucro líquido distribuído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de 47,3% (quarenta e sete vírgula três por cento) após as deduções legais.

4. Informar o Montante Global e o Valor por Ação de Dividendos Distribuídos com base em Lucro de Exercícios Anteriores:

Não há.

5. Informar, deduzidos os Dividendos Antecipados e Juros sobre Capital Próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não aplicável, uma vez que após dedução dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, não há proventos a serem declarados. Para maiores informações verificar o item 6 abaixo.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável, uma vez que após dedução dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, não há proventos a serem declarados e não há proventos a serem pagos. Para maiores informações verificar o item 6 abaixo.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Não aplicável, uma vez que após dedução dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, não há proventos a serem declarados.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Não aplicável, uma vez que após dedução dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, não há proventos a serem declarados.

6. Caso tenha havido declaração de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio com base em Lucros apurados em Balanços Semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio já declarados;

O Conselho de Administração aprovou *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de Dividendos intercalares e Juros Sobre Capital Próprio no montante total de R\$ 709.443.596,93 (setecentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos) (denominados em conjunto como “Proventos”), os quais foram declarados e pagos aos acionistas nas proporções de suas participações no capital social da Companhia da seguinte forma:

- (i) Proventos referentes ao 1º trimestre de 2019, pagos em 27 de junho de 2019, no montante de (a) R\$ 147.800.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e oitocentos mil reais), a título de Juros sobre Capital Próprio e (b) R\$ 216.973.214,40 (duzentos e dezesseis milhões, novecentos e setenta e três mil, duzentos e quatorze reais e quarenta centavos), a título de Dividendos, individualizados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 20 de março de 2019 e 23 de abril de 2019, respectivamente;
- (ii) Proventos referentes ao 2º trimestre de 2019, pagos em 27 de setembro de 2019, no montante de (a) R\$ 134.100.000,00 (cento e trinta e quatro milhões e cem mil reais), a título de Juros sobre Capital Próprio, individualizados em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2019 e (b) R\$ 9.193.599,51 (nove milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), sendo (b.1) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a título de Juros sobre Capital Próprio e (b.2) R\$ 7.193.599,51 (sete milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), a título de Dividendos, ambos individualizados em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2019;
- (iii) Proventos referentes ao 3º trimestre de 2019, pagos em 18 de novembro de 2019, no montante de (a) R\$ 78.100.000,00 (setenta e oito milhões e cem mil reais), a título de Juros sobre Capital Próprio e (b) R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), a título de Juros sobre Capital Próprio, individualizados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de setembro de 2019 e em 29 de outubro de 2019, respectivamente; e
- (iv) Proventos referentes ao 4º trimestre de 2019, pagos em 13 de fevereiro de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

2020, no montante de (a) R\$ 57.100.000,00 (cinquenta e sete milhões e cem mil reais), a título de Juros sobre Capital Próprio e (b) R\$ 24.176.783,02 (vinte e quatro milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e três reais e dois centavos), a título de Juros sobre Capital Próprio, sendo os primeiros individualizados em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2019 e os segundos em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de janeiro de 2020.

b) Informar a Data dos Respectivos Pagamentos;

As datas dos pagamentos de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio foram informadas no item (a) acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores;

(R\$)	2019	2018	2017
Lucro líquido	1.580.151.418,14	3.140.102.630,36	3.854.807.225,07
Dividendos/Juros sobre o capital próprio distribuídos	709.443.596,93	3.500.000.000,00	2.704.336.358,86
Valor por ação (bruto)	R\$ 0,26	R\$ 1,29	R\$ 0,99

8. Havendo Destinação de Lucros à Reserva Legal:

a) Identificar o Montante destinado à Reserva Legal;

O montante R\$ 79.007.570,91 (setenta e nove milhões, sete mil e quinhentos e setenta reais e noventa e um centavos) foi destinado à reserva legal, o qual equivale a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A reserva legal representa 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada exercício, calculada em conformidade com o artigo 193 da Lei das S.A.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:
(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais emitidas.

10. Em relação ao Dividendo Obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto;

De acordo com o artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e com as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2019, a administração apresenta à assembleia geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º desse artigo, ajustado para os fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

(i) 5% (cinco por cento) do lucro do exercício para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o §1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no § 1º do artigo 30 do Estatuto Social que dispõe que aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do § 1º do artigo 30 do Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital, a qual será formada com até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e

(vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela assembleia geral, observadas as prescrições legais.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

b) Informar se ele está sendo pago integralmente;

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido;

Não aplicável, uma vez que não há retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, uma vez que não há retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar porque a perda foi considerada provável; (d) Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) Identificar o montante destinado à reserva; (c) Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo Retenção de Lucros prevista em Orçamento de Capital:

a) Identificar o montante da retenção;

R\$ 791.700.250,30 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

“Prezados Acionistas,



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

O Conselho de Administração da CIELO S.A. (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de abril de 2020, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2020 (“Orçamento de Capital”):

Em razão da expectativa de crescimento do volume do negócio da Companhia, das projeções realizadas para o corrente ano e do cenário macroeconômico do País, o Orçamento de Capital compreende o valor total de R\$ 2.616.425.501,27 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e um reais e vinte e sete centavos), a ser formado por: (a) retenção de 52,7% do Lucro Líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$ 791.700.250,30 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos); e (b) o valor remanescente da reserva de lucros constituída no exercício passado, no montante de R\$ 1.824.725.250,97 (um bilhão, oitocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta Reais e noventa e sete centavos).

A administração entende que a retenção de recursos ora proposta, com base no Orçamento de Capital, garantirá maior robustez e estabilidade financeira à Companhia, com vistas (a) ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”) e o crescimento do produto “Pagamento em 2 dias”; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567.

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020. Por fim, a Companhia informa que a destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 27 de janeiro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A.”

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: (a) Informar o montante destinado à reserva; (b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, visto que não haverá destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo IV

Informações sobre os Candidatos ao Conselho de Administração
(Itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, em conformidade com o art. 10, inciso I, da ICVM 481/09)

Nome	ALDO LUIZ MENDES
Data de nascimento	13.10.1958
Profissão	Economista
CPF	210.530.301-34
Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro e Coordenador do Comitê de Finanças; Membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa; Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia; Membro e Coordenador do Comitê de Riscos; Membro e Coordenador do Fórum de Inovação.
Eleito pelo controlador	Não
Membro independente	Membro independente, em razão do não enquadramento em quaisquer das situações previstas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme itens a seguir: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.
Número de mandatos consecutivos	3

12.5. “m” - Informações sobre: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro e Coordenador do Comitê de Finanças; Membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa; Membro e Coordenador do Comitê de Riscos; Membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia; Membro e Coordenador do Fórum de Inovação.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Original S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Executivo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Central do Brasil
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor de Política Monetária
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Ambev S.A.
Setor de atividade	Bebidas e Fumo
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Votorantim S.A.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Comitê de Riscos e Capital
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Membro Independente do Conselho de Administração da Cielo S.A.;• Membro e Coordenador do Comitê de Finanças da Cielo S.A.;• Membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa da Cielo S.A.;• Membro e Coordenador do Comitê de Riscos da Cielo S.A.;• Membro do Comitê de Sustentabilidade da Cielo S.A.;• Membro e Coordenador do Fórum de Inovação da Cielo S.A.;• Membro do Conselho Fiscal da Ambev S.A.• Membro do Comitê de Riscos e Capital do Banco Votorantim S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Aldo Luiz Mendes não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.461, de 24 de julho de 2009, art. 4º, §2º, II, c.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

97,8% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício social de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Aldo Luiz Mendes é (a) membro e coordenador do Comitê de Finanças, (b) membro “ad hoc”



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do Comitê de Governança Corporativa, **(c)** membro e Coordenador do Comitê de Riscos, **(d)** membro do Comitê de Sustentabilidade e **(e)** membro e coordenador do Fórum de Inovação da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Finanças realizadas no exercício social de 2019.
100% de participação nas reuniões do Comitê de Governança Corporativa *Ad Hoc* realizadas no exercício social de 2019.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Riscos realizadas no exercício social de 2019.

75% de participação nas reuniões do Comitê de Sustentabilidade realizadas no exercício social de 2019.

100% de participação nas reuniões do Fórum de Inovação realizadas no exercício social de 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

a. administradores do emissor: não há.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.

c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.

d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO
Data de nascimento	04.08.1964
Profissão	Bancário
CPF	223.794.793-72
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração da Companhia
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	1

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores; Membro do CORIS - Comitê de Riscos e de Capital; Vice-Presidente de Serviços, Infraestrutura e Operações
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	BB Seguridade Participações S.A.
Setor de atividade	Holding da área de seguros, previdência aberta e capitalização



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Rio Minas Energia Participações S.A.
Sector de atividade	Holding da área de energia
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Neonergia S.A.
Sector de atividade	Geração, distribuição e transmissão de energia
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Ministério da Economia
Sector de atividade	Órgão federativo
Cargo	Secretário de Política Econômica
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Central do Brasil S.A.
Sector de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor de Política Econômica; Diretor de Assuntos Internacionais
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Eldorado Brasil Celulose S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Setor de atividade	Papel e celulose
Cargo	Diretor de Planejamento e Estratégia
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Votorantim S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM")
Setor de atividade	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BB MAPFRE SH1 Participações S.A. ("BB Mapfre SH1")
Setor de atividade	Holdings de instituições não-financeiras
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões")
Setor de atividade	Holdings de instituições não-financeiras
Cargo	Membro do Conselho de Administração e Membro da Diretoria-Executiva
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	Fundação Getúlio Vargas
Setor de atividade	Educação superior - graduação e pós-graduação
Cargo	Membro do Conselho Curador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Nome da empresa	BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro da Diretoria-Executiva
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BB Leasing Arrendamento Mercantil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro da Diretoria-Executiva
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Elo Participações Ltda.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação direta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do Banco do Brasil S.A.; • Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Membro do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A.; • Membro do Conselho de Administração da BB Mapfre SH1;



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	<ul style="list-style-type: none">• Membro da Diretoria-Executiva da BB Elo Cartões;• Membro da Diretoria-Executiva da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.;• Membro da Diretoria-Executiva da BB Leasing Arrendamento Mercantil S.A.;• Membro do Conselho de Administração da Elo Participações Ltda.;• Membro do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas.
--	---

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.461, de 24 de julho de 2009, art. 4º, §2º, II, c.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

95,2% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas entre 14.03.19 (data da posse, considerando a autorização concedida pelo Bacen) até 31.07.19 (data da renúncia).

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo não é membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo não é membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. **Exercício social:** 2017, 2018 e 2019
- b. **Pessoa Relacionada:** não aplicável
- c. **Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:** Banco do Brasil S.A.
- d. **Tipo de pessoa:** Jurídica
- e. **CNPJ:** 00.00.000/0001-91
- f. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores (de 2019 até hoje); Membro do CORIS - Comitê de Riscos e de Capital (2018-2019); Vice-Presidente de Serviços, Infraestrutura e Operações (2016-2018)
- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- i. **Observações:** nenhuma

- a. **Exercício social:** 2019
- b. **Pessoa Relacionada:** não aplicável
- c. **Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:** BB Elo Cartões Participações S.A.
- d. **Tipo de pessoa:** Jurídica
- e. **CNPJ:** 05.105.802/0001-80.
- f. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Membro do Conselho de Administração (de 2019 até hoje)
- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador direto
- i. **Observações:** nenhuma
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	CARLOS MOTTA DOS SANTOS
Data de nascimento	03.09.1970
Profissão	Bancário
CPF	933.876.287-49
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	1

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Vice-Presidente de Negócios de Varejo; Gerente Geral de Unidade Estratégica (Unidade de Negócios Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Agro); Superintendente Estadual do Estado da Bahia; Gerente Executivo da Diretoria de Estratégia Organizacional; Gerente Executivo da Diretoria de Distribuição de Varejo.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	BB Seguridade S.A.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Vice-Presidente de Negócios de Varejo no Banco do Brasil S.A.;• Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A.;• Membro do Conselho de Administração da BB Seguridades S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Carlos Motta dos Santos não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.461, de 24 de julho de 2009, art. 4º, §2º, II, c.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

89,3% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas entre 01.04.2019 (data da posse, considerando a autorização concedida pelo Bacen) até 31.12.2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Carlos Motta dos Santos não é membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Carlos Motta dos Santos não é membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. **Exercício social:** 2017, 2018 e 2019
- b. **Pessoa Relacionada:** não aplicável
- c. **Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:** Banco do Brasil S.A.
- d. **Tipo de pessoa:** Jurídica
- e. **CNPJ:** 00.00.000/0001-91
- f. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Vice-Presidente de Negócios de Varejo (de 18.01.2019 até hoje); Gerente Geral de Unidade Estratégica - Unidade de Negócios Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Agro (de 03.01.2019 até 17.01.2019); Superintendente da Super Varejo Governo Bahia (19.01.2017 até 30.04.2017) Gerente Executivo da Diretoria de Estratégia e Organização (de 25.10.2017 até 18.01.2017); Gerente Executivo da Diretoria de Distribuição de Varejo (de 27.07.2015 até 24.10.2016);
- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- i. **Observações:** nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	EDSON ROGÉRIO DA COSTA
Data de nascimento	29.12.1970
Profissão	Bancário
CPF	510.309.260-34
Cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Sustentabilidade Membro do Fórum de Inovação
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não aplicável
Número de mandatos consecutivos	1

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração Membro do Comitê de Sustentabilidade Membro do Fórum de Inovação
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor de Meio de Pagamento
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Grupo Segurador BB Mapfre – SH1 e SH2 Participações S. A.
Setor de atividade	Seguridade
Cargo	Membro do Comitê de Auditoria
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BBTUR Viagens e Turismo Ltda.
Setor de atividade	Turismo
Cargo	Membro do Conselho Consultivo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Elo Participações Ltda.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação direta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Patagônia S. A.
Setor de atividade	Financeira
Cargo	Director Suplente (Conselheiro Suplente) do Directorio
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Parati S.A. Participações em Ativos de energia Elétrica
Setor de atividade	Financeira
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Luce Empreendimentos e Participações S.A. – LEPSA;
Setor de atividade	Energia
Cargo	Membro do Conselho de Administração



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Light S.A.
Setor de atividade	Energia
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Nome da empresa	Light Serviços de Eletricidade S.A (“ <u>Light SESA</u> ”)
Setor de atividade	Energia
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Light Energia S.A.
Setor de atividade	Energia
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	BB Banco de Investimento S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BB Securities Limited
Setor de atividade	Financeiro



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco do Brasil Securities LLC.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BB Securities Asia Pte. Ltd.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Alelo S.A.
Setor de Atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação direta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Elo Serviços S.A.
Setor de Atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	BB Elo Cartões Participações S.A.
Setor de Atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro da Diretoria Executiva
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A.;• Membro do Fórum de Inovação da Cielo S.A.;• Membro do Comitê de Sustentabilidade da Cielo S.A.;• Membro do Conselho de Administração da Alelo S.A.;• Diretor de Meios de Pagamento do Banco do Brasil S.A.;• Membro da Diretoria-Executiva da BB Elo Cartões Participações S.A.;• Membro do Conselho de Administração da Elo Serviços S.A.;• Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica;• Membro do Conselho de Administração da Luce Empreendimentos e Participações S.A. – LEPSA;• Membro Suplente do Conselho de Administração Light S. A.;• Membro Suplente do Conselho de Administração Light Energia S.A.;• Membro Suplente do Conselho de Administração Light SESA.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Edson Rogério da Costa não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.461, de 24 de julho de 2009, art. 4º, §2º, II, c.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas entre 02.10.2019



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(data da posse, considerando a autorização concedida pelo Bacen) até 31.12.2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Edson Rogério Costa é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Sustentabilidade realizadas entre 04.12.2019 até 31.12.2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2017, 2018 e 2019
 - b. Pessoa Relacionada: não aplicável
 - c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco do Brasil S.A.
 - d. Tipo de pessoa: Jurídica
 - e. CNPJ: 00.00.000/0001-91
 - f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Diretor – Diretoria de Meio de Pagamentos (15/04/2019 a data atual); Diretor – Diretoria de Varejo (18/01/2019 a 14/04/2019) e Diretor – Diretor de Distribuição do Sudoeste (17/10/2016 a 17/01/2019).
 - g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
 - h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
 - i. Observações: nenhuma
-
- a. Exercício social: 2019
 - b. Pessoa Relacionada: não aplicável
 - c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: BB Elo Cartões Participações S.A.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 05.105.802/0001-80.
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: membro da Diretoria-Executiva (de 2019 até hoje)
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador direto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	MAURO RIBEIRO NETO
Data de nascimento	13.03.1988
Profissão	Advogado
CPF	096.002.066-78
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não aplicável
Número de mandatos consecutivos	1

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Vice-presidente Corporativo; Membro do Comitê Executivo de Pessoas e Cultura Organizacional (CEPES); Membro do Comitê Executivo Administrativo Operacional (CEAO); Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade; Assessor da Presidência.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Neoenergia S.A
Setor de atividade	Geração, distribuição e transmissão de energia

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Ministério da Economia – Governo Federal
Sector de atividade	Governamental
Cargo	Diretor de Governança e Avaliação de Empresas Estatais
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Ministério da Economia
Sector de atividade	Governamental
Cargo	Procurador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A. • Vice-Presidente Corporativo do Banco do Brasil S.A. • Membro do Comitê Executivo de Pessoas e Cultura Organizacional (CEPES) do Banco do Brasil S.A.; • Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional (CEAO) do Banco do Brasil S.A.; • Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade do Banco do Brasil S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Mauro Ribeiro Neto não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e é considerado pessoa politicamente exposta, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.461, de 24 de julho de 2009, art. 4º, §2º, II, c.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas entre 02.10.2019 (data da posse, considerando a autorização concedida pelo Bacen) até 31.12.2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Mauro Ribeiro Neto não é membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Mauro Ribeiro Neto não é membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2019 e 2020
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco do Brasil S.A.
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 00.00.000/0001-91
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Vice-Presidente Corporativo (eleição em 19.12.2019 e posse 06.01.2020 até hoje), Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (eleição em 19.12.2019 e posse 06.01.2020 até hoje); Membro do Comitê Executivo de Pessoas e Cultura Organizacional (CEPES) (eleição em 19.12.2019 e



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

posse 06.01.2020 até hoje); Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional (CEAO) (eleição em 19.12.2019 e posse 06.01.2020 até hoje); Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (eleição em 19.12.2019 e posse 06.01.2020 até hoje) e Assessor Especial do Presidente (de 24.01.2019 até 05.01.2020).

- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- i. **Observações:** nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	FRANCISCO JOSÉ PEREIRA TERRA
Data de nascimento	25.05.1969
Profissão	Bancário
CPF	111.112.668-24
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração da Companhia
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Finanças Membro do Comitê de Sustentabilidade
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	2

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração Membro do Comitê de Finanças Membro do Comitê de Sustentabilidade
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Bradesco Cartões S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Estatutário
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Crediar S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor e Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Aquarius Participações S.A.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Chain Serviços e Contact Center S.A.
Setor de atividade	Atividades de teleatendimento
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Alelo S.A.
Setor de atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	BBC Processadora S.A.
Setor de atividade	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Livelo S.A.
Setor de atividade	Fidelidade
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Banco Digio SA.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Associação Brasileira das Empresas de Cartões de

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	Crédito e Serviços (“ABECS”)
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho de Ética e Autorregulação e Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Membro do Comitê de Finanças da Cielo S.A.; • Membro do Comitê de Sustentabilidade da Cielo S.A.; • Membro do Conselho de Ética e Autorregulação da ABECS; • Membro Suplente do Conselho Fiscal da ABECS; • Membro do Conselho de Administração da Alelo S.A.; • Diretor no Banco Bradesco S.A. • Diretor da Crediare S.A.; • Diretor da BradesCard S.A.; • Membro do Conselho de Administração do Banco Digio S.A.; • Diretor da BradesCard S.A.; • Diretor da BBC Processadora S.A.; • Membro do Conselho de Administração da Livel S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Francisco José Pereira Neto não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

92,7% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Francisco José Pereira Neto é (a) membro do Comitê de Finanças e (b) membro do Comitê de Sustentabilidade.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

78,6% de participação nas reuniões do Conselho de Finanças realizadas no exercício de 2019.

33,3% de participação nas reuniões do Conselho de Sustentabilidade realizadas no exercício de 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

a. administradores do emissor: não há.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.

c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.

d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:.

a. Exercício social: 2020

b. Pessoa Relacionada: não aplicável

c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco Bradesco S.A.

d. Tipo de pessoa: Jurídica

e. CNPJ: 60.746.948/0001-12

f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Diretor (desde 11.03.2020 até hoje)

g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação

h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto

i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	MARCELO DE ARAÚJO NORONHA
Data de nascimento	10.08.1965
Profissão	Bancário
CPF	360.668.504-15
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Fórum de Inovação
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	5

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Presidente e Membro do Conselho de Administração Membro do Fórum de Inovação
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Vice-Presidente Executivo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Nome da empresa	BBD Participações S.A.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta	Não.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Nome da empresa	Nova Cidade de Deus Participações S.A
Setor de atividade	Holding
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Nome da empresa	Fundação Bradesco
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não.
Nome da empresa	Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil
Setor de atividade	Arrendamento Mercantil
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	NCF Participações S.A.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista	Não.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Nome da empresa	Banco Bradescard S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco BBI S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Geral
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco BERJ S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco Cartões S.A (incorporado pelo Banco Bradesco S.A. em 30/08/2019)
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Gerente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco Europa S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro e Presidente do Conselho de Administração



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Gerente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Digio S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Setor de atividade	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Bradescard Elo Participações S.A.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Setor de atividade	Holding
Cargo	Diretor Gerente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Setor de atividade	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Bradesco Securities Hong Kong Limited.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro e Presidente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Bradesco Securities UK Limited
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro e Presidente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Alelo S.A.
Setor de atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação direta superior a 5% de ações de emissão



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	da Companhia
Nome da empresa	Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Vice- Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Elo Participações Ltda.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro e Presidente do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Membro do Fórum de Inovação da Cielo S.A.; • Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Alelo S.A.; • Diretor Vice-Presidente do Banco Bradescard S.A.; • Diretor Vice-Presidente da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; • Diretor Geral do Banco Bradesco BBI S.A.; • Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BERJ S.A.; • Diretor Gerente do Banco Bradesco Financiamentos S.A.; • Membro e Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco Europa S.A.; • Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A.; • Membro do Conselho de Administração BBD Participações S.A.; • Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Digio S.A.; • Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.; • Diretor Vice-Presidente do Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	<ul style="list-style-type: none"> • Membro e Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities Hong Kong Limited.; • Membro e Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities UK Limited; • Membro do Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações; • Membro do Conselho de Administração da Elo Participações Ltda.; • Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; • Diretor Vice-Presidente do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo; • Diretor Vice-Presidente da Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo; • Diretor da Nova Cidade de Deus Participações S.A..
--	---

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Marcelo de Araújo Noronha não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. acima e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício social de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Marcelo de Araújo Noronha é membro Fórum de Inovação da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

0% de participação nas reuniões do Fórum de Inovação realizadas no exercício social de 2019,



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

sendo certo que, em 2019, houve somente uma reunião.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2017, 2018 e 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco Bradesco S.A
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 60.746.948/0001-12.
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Diretor Vice-Presidente Executivo (de 10/03/2015 até hoje)
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	VINÍCIUS URIAS FAVARÃO
Data de Nascimento	20.11.1974
Profissão	Bancário
CPF	177.975.708-50
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração da Companhia
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração.
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	3

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Departamental
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Bradesco Financiamentos S.A..
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradescard S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradesco Cartões S.A. (incorporado pelo Banco Bradesco S.A. em 30/08/2019)
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Elo Serviços S.A.
Setor de atividade	Setor Meio Eletrônico de Pagamento;
Cargo	Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Elo Participações Ltda.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Banco Digio S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Alelo S.A.
Setor de atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (“ABECS”)
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Diretor Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Livelo S.A.
Setor de atividade	Fidelidade
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do emissor	participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Aquarius Participações S.A.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Chain Serviços e Contact Center S.A.
Setor de atividade	Atividades de teleatendimento
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração da Cielo S.A.; • Membro do Conselho de Administração da Alelo S.A.; • Diretor Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços ("ABECS"); • Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A.; • Diretor do Banco Bradescard S.A.; • Membro do Conselho de Administração do Banco Digo S.A.; • Membro do Conselho de Administração da Crediaré S.A. Crédito, Financiamento e Investimento; • Diretor-Presidente da Elo Participações Ltda.; • Membro do Conselho de Administração da Elo Participações Ltda.; • Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Elo Serviços S.A.; • Membro do Conselho de Administração da Livel S.A.

12.5. "n" - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Vinícius Urias Favarão não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

90,20% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Vinícius Urias Favarão é membro do Comitê de Pessoas e Remuneração.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Pessoas e Remuneração realizadas no exercício de 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco Bradesco S.A
- d. Tipo de pessoa: Jurídica



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- e. **CNPJ:** 60.746.948/0001-12.
- f. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Diretor Departamental (de 09.10.19 até hoje)
- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- i. **Observações:** nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	EDSON MARCELO MORETO
Data de nascimento	16.01.1970
Profissão	Bancário
CPF	091.302.478-37
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração da Companhia
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	1

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Executivo Adjunto
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Bradesco Cartões S.A. (incorporado pelo Banco Bradesco S.A. em 30.08.19)
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Adjunto
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	emissão da Companhia.
Nome da empresa	Elo Serviços S.A.
Setor de atividade	Setor Meio Eletrônico de Pagamento;
Cargo	Membro do Comitê de Crédito
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Banco Bradescard S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Bankpar Brasil Ltda.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	BBC Processadora S.A.
Setor de atividade	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Fundação Bradesco
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro da Mesa Regedora



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada
Setor de atividade	Financeira
Cargo	Membro do Conselho de Gerente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Gestora de Inteligência de Crédito S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro Suplente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações da Companhia.
Nome da empresa	MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.
Setor de atividade	Prestadora de serviços de processamento de cartões de crédito
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	RCB Investimentos S.A.
Setor de atividade	Gestão e recuperação de créditos
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	RFS Human Management, Sociedad de Responsabilidad



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	Limitada
Setor de atividade	Subsidiária no exterior
Cargo	Membro do Conselho de Gerentes
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Tempo Serviços Ltda.
Setor de atividade	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente.
Cargo	Diretor
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Diretor Setorial e Membro Titular da Comissão Executiva de Ambiente de Crédito
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Diretor do Banco Bradescard S.A.; • Diretor Executivo Adjunto do Banco Bradesco S.A.; • Diretor da BBC Processadora S.A.; • Membro do Conselho de Gerente Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada; • Diretor da Bankpar Brasil Ltda.; • Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco; • Diretor Setorial e Membro Titular da Comissão Executiva de Ambiente de Crédito da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos; • Membro do Comitê de Crédito da Elo Serviços S.A.; • Membro Suplente do Conselho de Administração da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.; • Diretor da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.; • Membro do Conselho da Administração da RCB

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	<p>Investimentos S.A.;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Gerentes da RFS Human Management, Sociedad de Responsabilidad Limitada; • Diretor da Tempo Serviços Ltda..
--	--

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Edson Marcelo Moreto não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Edson Marcelo Moreto não atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Edson Marcelo Moreto não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Edson Marcelo Moreto não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- administradores do emissor: não há.
- administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco Bradesco S.A
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 60.746.948/0001-12.
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Diretor Executivo Adjunto (de 28.01.2019 até hoje)
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	GILBERTO MIFANO
Data de nascimento	11.11.1949
Profissão	Administrador
CPF	566.164.738-72
Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria; Membro do Comitê de Finanças; Membro “Ad Hoc” do Comitê de Governança Corporativa; Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração; Membro do Comitê de Riscos.
Eleito pelo controlador	Não
Membro independente	Membro independente, em razão do não enquadramento em quaisquer das situações previstas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme itens a seguir: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.
Número de mandatos consecutivos	6

12.5. “m” - Informações sobre: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração da Cielo S.A.; Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria; Membro do Comitê de Finanças; Membro “Ad Hoc” do Comitê de Governança Corporativa; Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração; Membro do Comitê de Riscos.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Pragma Gestão de Patrimônio Ltda.
Setor de atividade	Prestação de Serviços Financeiros
Cargo	Membro do Conselho Consultivo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Totvs S.A.
Setor de atividade	Tecnologia da Informação
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração, Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Natura S.A.
Setor de atividade	Cosméticos
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Não

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Nome da empresa	Instituto Natura
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira
Setor de atividade	Educação
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Fundo Patrimonial Amigos da Poli
Setor de atividade	Educação
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho Fiscal e posteriormente Membro do Conselho Diretivo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista	Não

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Nome da empresa	Pacaembu Construtora S/A.
Setor de atividade	Habitação
Cargo	Membro do Conselho Consultivo e, posteriormente, do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Âmbar S.A.
Setor de atividade	Construção Civil
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro independente do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria da Cielo S.A.; • Membro do Comitê de Finanças da Cielo S.A.; • Membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa da Cielo S.A.; • Membro do Comitê de Pessoas e Remuneração da Cielo S.A.; • Membro do Comitê de Riscos da Cielo S.A.; • Membro do Conselho Fiscal da CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira; • Membro do Conselho Fiscal do Fundo Patrimonial Amigos da Poli; • Membro do Conselho Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; • Membro Independente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura S.A.; • Membro Independente do Conselho de Administração, Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação da Totvs S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da Pacaembu Construtora S/A.; • Membro do Conselho Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda.; • Membro do Conselho Deliberativo da RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade.
--	--

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Gilberto Mifano não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

93,3% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício social de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Gilberto Mifano é **(a)** membro e coordenador do Comitê de Auditoria, **(b)** membro do Comitê de Finanças, **(c)** membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa, **(d)** membro do Comitê de Pessoas e Remuneração e **(e)** membro do Comitê de Risco.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Auditoria realizadas no exercício social de 2019.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Finanças realizadas no exercício social de 2019.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Governança Corporativa *Ad Hoc* realizadas no exercício social de 2019.

90% de participação nas reuniões do Comitê de Pessoas e Remuneração realizadas no exercício social de 2019.

83,3% de participação nas reuniões do Comitê de Riscos realizadas no exercício social de 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA E SILVA
Data de nascimento	06.09.1948
Profissão	Advogado
CPF	092.297.957-04
Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	A posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	2 anos (até a AGO de 2022)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro e Coordenador do Comitê de Governança Corporativa; Membro e Coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração; Membro e Coordenador do Comitê de Sustentabilidade.
Eleito pelo controlador	Não
Membro independente	Membro independente, em razão do não enquadramento em quaisquer das situações previstas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme itens a seguir: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.
Número de mandatos consecutivos	6

12.5. “m” - Informações sobre: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração; Membro e Coordenador e membro do Comitê de Governança Corporativa; Membro e Coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração; Membro e Coordenador do Comitê de Sustentabilidade.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Bocater Camargo, Costa e Silva, Rodrigues Advogados.
Setor de atividade	Advocacia
Cargo	Sócio Administrador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	USIMINAS S.A.
Setor de atividade	Siderúrgica
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Setor de atividade	Educacional
Cargo	Membro do Conselho de Desenvolvimento
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	COPPEAD – UFRJ (Instituto Coppead de Administração)
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho Consultivo



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	RB 110 Participações Ltda
Setor de atividade	Imobiliário
Cargo	Sócio Administrador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	FBCS Consultoria e Participações LTDA.
Setor de atividade	Consultoria e Investimentos
Cargo	Sócio Administrador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro Independente do Conselho de Administração da Cielo S.A.; • Membro e Coordenador do Comitê de Governança Corporativa da Cielo S.A.; • Membro e Coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração da Cielo S.A.; • Membro e Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Cielo S.A.; • Sócio administrador do escritório Bocater Camargo, Costa e Silva, Rodrigues Advogados; • Membro do Conselho Consultivo da COPPEAD – UFRJ (Instituto Coppead de Administração); • Sócio Administrador da FBCS Consultoria e Participações LTDA.; • Membro do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; • Sócio Administrador da RB 110 Participações Ltda.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Francisco Augusto da Costa e Silva não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício social de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Francisco Augusto da Costa e Silva é **(a)** membro e coordenador do Comitê de Governança Corporativa, **(b)** membro e coordenador do Comitê de Pessoas e Remuneração e **(c)** membro e coordenador do Comitê de Sustentabilidade.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Governança Corporativa realizadas no exercício social de 2019.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Pessoas e Remuneração realizadas no exercício social de 2019.

100% de participação nas reuniões do Comitê de Sustentabilidade realizadas no exercício social de 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

a. administradores do emissor: não há.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.

c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.

d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo V

Informações sobre os Candidatos ao Conselho Fiscal

(Itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, em conformidade com o art. 10, inciso I, da ICVM 481/09)

Nome	HAROLDO REGINALDO LEVY NETO
Data de nascimento	25.10.1957
Profissão	Economista
CPF	014.508.808-19
Cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.04.2020
Data da posse	24.04.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Não
Membro independente	Membro independente, em razão do não enquadramento em quaisquer das situações previstas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme itens a seguir: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.
Número de mandatos consecutivos	12

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	CODIM - Comitê de Orientação para Divulgação de informações ao Mercado
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Coordenador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado ("CBARI")
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	ACI - Institute Brasil - KPMG
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> Membro Titular do Conselho Fiscal da Cielo S.A. Coordenador do CODIM - Comitê de Orientação para Divulgação de informações ao Mercado.

12.5. "n" - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Haroldo Reginaldo Levy Neto não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Conselho Fiscal da Companhia realizadas no exercício de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Haroldo Reginaldo Levy não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Haroldo Reginaldo Levy não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	CARLOS ROBERTO MENDONÇA DA SILVA
Data de nascimento	16.11.1962
Profissão	Advogado
CPF	775.753.607-53
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal.
Data de eleição	24.04.2020
Data da posse	24.04.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Governança Corporativa
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	5

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal Membro do Comitê de Governança Corporativa
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Gerente Chefe da Auditoria Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Elo Participações Ltda.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Alelo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cielo S.A.;• Membro do Comitê de Governança Corporativa da Cielo S.A.;• Membro Suplente do Conselho Fiscal da Elo Participações Ltda.;• Membro Suplente do Conselho Fiscal da Alelo S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Carlos Roberto Mendonça da Silva não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Carlos Roberto Mendonça da Silva não atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

O Sr. Carlos Roberto Mendonça da Silva é membro do Comitê de Governança Corporativa da Companhia.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

75% de participação nas reuniões do Comitê de Governança Corporativa realizadas no exercício de 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2017, 2018 e 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Banco Bradesco S.A.
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 60.746.948/0001-12
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Gerente Chefe da Auditoria Fiscal (de janeiro de 2018 até hoje).
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	MILTON LUIZ MILIONI
Data de Nascimento	29.10.1955
Profissão	Administrador
CPF	954.833.738-04
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente Independente do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Não
Membro independente	Membro independente, em razão do não enquadramento em quaisquer das situações previstas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme itens a seguir: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.
Número de mandatos consecutivos	6

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Junior Chamber International Brasil
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro Sênior
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Coopercotia Atlético Clube.
Setor de atividade	Clube Esportivo
Cargo	Primeiro Vice-Presidente
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	M.M. Milioni Consultoria e Assessoria S/C Ltda. – ME.
Setor de atividade	Prestação de serviços
Cargo	Sócio Administrador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome da empresa	FIESP
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro do Conselho Superior de Economia
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Presidente do Conselho de Supervisão do Analista de Valores Mobiliários
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cielo S.A.; • Sócio Administrador da M.M. Milioni Consultoria e Assessoria S/C Ltda. – ME.; • Membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA; • Membro Sênior da Junior Chamber International Brasil; • Primeiro Vice-Presidente do Coopercotia Atlético Clube Sociedade Civil; • Presidente do Conselho de Supervisão do Analista de Valores Mobiliários da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC; • Membro do Conselho Superior de Economia da FIESP.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Milton Luiz Milioni não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Milton Luiz Milioni não atuou como membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Milton Luiz Milioni não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Milton Luiz Milioni não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

Nome	ADELAR VALETIM DIAS
Data de nascimento	07.10.1959
Profissão	Bancário
CPF	296.062.179-49
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	1

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Gerente Executivo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Elo Participações Ltda.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por estar sob o controle comum de acionistas, sendo eles, indiretamente, o Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia e Banco do Brasil S.A., que detém participação direta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cielo S.A.; • Membro Suplente do Conselho Fiscal da Elo Participações Ltda.
--	--

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Adelar Valentim Dias não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Adelar Valentim Dias não atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Adelar Valentim Dias não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Adelar Valentim Dias não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- administradores do emissor: não há.
- administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

- a. Exercício social: 2017, 2018 e 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco do Brasil S.A.
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 00.000.000/0001-91
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Gerente Executivo (13.12.2010 até hoje).
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	RAIMUNDO MOREIRA
Data de nascimento	17.07.1967
Profissão	Bancário
CPF	313.377.591-04
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Gerente Executivo na Diretoria Governança de Entidades Ligadas (Direg); Gerente de Soluções na Diretoria Governança de Entidades Ligadas (Direg); Gerente Soluções no Projeto Banco Postal (Correios).
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cielo S.A.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Raimundo Moreira não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Raimundo Moreira não atuou como membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Raimundo Moreira não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Raimundo Moreira não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

- j. **Exercício social:** 2017, 2018 e 2019
- k. **Pessoa Relacionada:** não aplicável
- l. **Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:** Banco do Brasil S.A.
- m. **Tipo de pessoa:** Jurídica
- n. **CNPJ:** 00.000.000/0001-91
- o. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Gerente Executivo na Diretoria Governança de Entidades Ligadas (Direg) - (de 02/05/2019 até hoje); Gerente de Soluções na Diretoria Governança de Entidades Ligadas (Direg) – (de 09/12/2016 até 01/05/2019).
- p. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- q. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- r. **Observações:** nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	HERCULANO ANÍBAL ALVES
Data de nascimento	27.02.1953
Profissão	Economista
CPF	463.463.178-49
Cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	5

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Bradesco Asset Management S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro do Comitê de Investimentos; Membro do Comitê de Alocação de ativos; Membro do Comitê mensal; Consultor de Renda Variável; Diretor de Renda Variável.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Marfrig Global Foods S.A.
Setor de atividade	Alimentício



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Cargo	Membro do Conselho de Administração e Membro e Presidente do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	TIM Participações S.A.
Sector de atividade	Telecomunicações
Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração, Membro e Presidente do Comitê de Controle e Riscos, Membro do Comitê de Auditoria Estatutária e Especialista financeiro do referido Comitê
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Grendene S.A.
Sector de atividade	Industrial
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Gerdau S.A.
Sector de atividade	Siderúrgico
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Sector de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Vice-Presidente da Comissão de Fundos de Ações
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Não



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Nome da empresa	Fundo de Private Equity da 2B Capital
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.
Nome da empresa	Barigui Gestora de Recursos Ltda.
Setor de atividade	Administração de Recursos
Cargo	Sócio Administrador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Araxá Asset Investimentos e Participação Ltda.
Setor de atividade	Prestação de Serviços
Cargo	Sócio Administrador
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Grupo Fleury
Setor de atividade	Prestação de Serviços
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
Setor de atividade	Prestação de Serviços
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Não

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro Titular do Conselho Fiscal da Cielo S.A. • Membro Independente do Conselho de Administração da Tim S.A. • Membro do Comitê de Auditoria Estatutária e Especialista financeiro do referido Comitê da Tim S.A.; • Membro e Presidente do Comitê de Controle e Riscos da Tim S.A.; • Membro Titular do Conselho Fiscal da Grendene S.A.; • Membro Titular do Conselho Fiscal Gerdau S.A.; • Membro do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A.; • Membro e Presidente do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Marfrig Global Foods S.A.; • Sócio Administrador da Barigui Gestora de Recursos Ltda.; • Sócio Administrador da Araxá Asset Investimentos e Participações Ltda.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Herculano Aníbal Alves não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

100% de participação nas reuniões do Conselho Fiscal da Companhia realizadas no exercício de 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Herculano Aníbal Alves não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Herculano Aníbal Alves não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	FELIPE GUIMARÃES GEISSLER PRINCE
Data de nascimento	25.05.1978
Profissão	Bancário
CPF	036.345.856-50
Cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor de Crédito; Gerente Executivo na Diretoria de Crédito; Gerente de Soluções na Diretoria de Crédito
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Membro Titular do Conselho Fiscal da Cielo S.A.;• Diretor de Crédito do Banco Banco do Brasil S.A.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Felipe Guimarães Geissler Prince não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e é considerado pessoa politicamente exposta conforme disposto na Circular Bacen nº 3.461, de 24 de julho de 2009, art. 4º, §2º, II, c.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Felipe Guimarães Geissler Prince não atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Felipe Guimarães Geissler Prince não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Felipe Guimarães Geissler Prince não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há..
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há..
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

- a. **Exercício social:** 2017, 2018 e 2019
- b. **Pessoa Relacionada:** não aplicável
- c. **Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:** Banco do Brasil S.A.
- d. **Tipo de pessoa:** Jurídica
- e. **CNPJ:** 00.000.000/0001-91
- f. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Diretor de Crédito (de 22/01/2020 até hoje); Gerente Executivo na Diretoria de Crédito (de 16/05/2016 até 21/01/2020; Gerente de Soluções na Diretoria de Crédito (de 18/08/2010 até 27/04/2016).
- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- i. **Observações:** nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	JÚLIO CÉSAR RODRIGUES DA SILVA
Data de nascimento	09.09.1970
Profissão	Bancário
CPF	424.473.131-87
Cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de pagamento
Cargo	Membro do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco do Brasil S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Comercial Varejo; Gerente Geral na Unidade Negócios Varejo e Setor Público; Superintendente Estadual na Super Varejo Governo SP Norte; Gerente Executivo nas Diretorias de Distribuição e de Distribuição Sudeste; Superintendente Regional na Super Varejo e Governo MG;
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	BB Previdência - Fundo de pensão Banco do Brasil



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Setor de atividade	Fundo de pensão
Cargo	Membro do Conselho Deliberativo
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii), ou seja, é controlada diretamente pelo Banco do Brasil S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da companhia.
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Membro Titular do Conselho Fiscal da Cielo S.A.;• Diretor Comercial Varejo do Banco do Brasil S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Júlio César Rodrigues da Silva não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Júlio César Rodrigues da Silva não atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Júlio César Rodrigues da Silva não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Júlio César Rodrigues da Silva não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

- a. **Exercício social:** 2017, 2018 e 2019
- b. **Pessoa Relacionada:** não aplicável
- c. **Nome/nome empresarial da pessoa relacionada:** Banco do Brasil S.A.
- d. **Tipo de pessoa:** Jurídica
- e. **CNPJ:** 00.000.000/0001-91
- f. **Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada:** Diretor Comercial Varejo (de 22/01/2020 até hoje); Gerente Geral na Unidade Negócios Varejo e Setor Público do Banco do Brasil S.A. (de 02/01/2019 até 21/01/2019); Superintendente Estadual na Super Varejo Governo SP Norte (de 16/01/2018 até 01/01/2019); Gerente Executivo nas Diretorias de Distribuição e de Distribuição Sudeste (de 16/05/2016 até 15/01/2018);
- g. **Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada:** subordinação
- h. **Tipo de Pessoa Relacionada:** controlador indireto
- i. **Observações:** nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nome	FABIANA PINTO FONSECA
Data de nascimento	27.07.1975
Profissão	Contadora
CPF	148.985.728-12
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Gerente Contábil
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Bradesco Cartões S.A. (incorporado pelo Banco Bradesco S.A. em 30/08/2019)
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Gerente Contábil
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none">• Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cielo S.A.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sra. Fabiana Pinto Fonseca não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerada pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sra. Fabiana Pinto Fonseca não atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sra. Fabiana Pinto Fonseca não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sra. Fabiana Pinto Fonseca não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2017, 2018 e 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco Bradesco S.A.
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 60.746.948/0001-12
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Gerente Contábil (de 01.03.2009 até hoje).
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há

Nome	MARCOS APARECIDOS GALENDE
Data de nascimento	09.05.1967
Profissão	Bancário
CPF	089.419.738-05
Cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	24.07.2020
Data da posse	24.07.2020
Prazo do mandato	1 ano (até a AGO 2021)



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0

12.5. “m” - Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (a) nome e setor de atividade da empresa; cargo; (b) se a empresa integra (b.i) o grupo econômico do emissor ou (b.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome da empresa	Cielo S.A.
Setor de atividade	Meio de Pagamento
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	A empresa é o emissor
Nome da empresa	Banco Bradesco S.A.
Setor de atividade	Financeiro
Cargo	Diretor Departamental; Membro do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade.
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
Nome da empresa	Instituto Kirton Solidarietà
Setor de atividade	Associação de Defesa de Direitos Sociais
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social
Setor de atividade	Terceiro Setor
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	Aquarius Participações S.A.
Setor de atividade	Holding
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
Nome da empresa	BBC Processadora S.A.
Setor de atividade	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
Cargo	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa se enquadra no item (ii) por ser controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém participação indireta superior a 5% de ações de emissão da Companhia
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Membro Titular do Conselho Fiscal da Cielo S.A.; • Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A.; • Membro Titular do Conselho Fiscal do Instituto Kirton Solidariedade; • Membro Titular do Conselho Fiscal do Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; iv. declaração pessoa politicamente exposta.

O Sr. Marcos Aparecido Galende não está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. e nem é considerado pessoa politicamente exposta.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Marcos Aparecido Galende não atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia em 2019.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Marcos Aparecido Galende não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, tendo em vista que o Sr. Marcos Aparecido Galende não atuou como membro dos Comitês de Assessoramento da Companhia em 2019.

12.9 - Favor descrever, se aplicável, qualquer conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Candidato e:

- a. administradores do emissor: não há.
- b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

12.10 - Favor descrever, se aplicável, quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o Candidato e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social: não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

- a. Exercício social: 2017, 2018 e 2019
- b. Pessoa Relacionada: não aplicável
- c. Nome/nome empresarial da pessoa relacionada: Banco Bradesco S.A.
- d. Tipo de pessoa: Jurídica
- e. CNPJ: 60.746.948/0001-12
- f. Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Diretor (de 02.08.2010 até hoje).
- g. Tipo de Relação do administrador na pessoa relacionada: subordinação
- h. Tipo de Pessoa Relacionada: controlador indireto
- i. Observações: nenhuma

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo VI

Informações sobre a Proposta de Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

(Item 13 do formulário de referência, em conformidade com o art. 12, inciso II, da ICVM 481/09)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração de membros dos Órgãos de Governança Corporativa formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de dezembro de 2019, que estabelece, entre outras coisas, a política de remuneração da Cielo para seus membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“**Política de Remuneração**”), podendo ser consultada no website de relações com investidores da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

Nesse sentido, a Política de Remuneração tem por objetivo atrair, incentivar, reconhecer e reter profissionais qualificados, conforme os interesses estratégicos da Companhia e melhores práticas de mercado, guiando-se pelos seguintes princípios: (a) o programa de remuneração da Companhia é instrumento de atração, reconhecimento, incentivo e retenção de talentos, tendo como base a meritocracia; (b) o programa de remuneração da Companhia considera o desempenho individual, o desempenho organizacional, como também os indicadores de crescimento sustentável, além da viabilidade com base em resultados financeiros; (c) o programa de remuneração da Companhia deve ser diferenciado e competitivo em relação às companhias que atuam no mesmo mercado em que se insere a Companhia e sempre alinhado às melhores práticas de mercado; (d) as remunerações fixa e variável devem ser definidas levando-se em consideração as atribuições, responsabilidades, experiência dos membros dos órgãos de governança e mercado de trabalho, como também deve incentivar o atingimento de resultados, ser compatível com a Política de Gestão de Riscos da Companhia e formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em sua Declaração de Apetite a Risco nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela Companhia e incentivar a tomada de decisão de forma diligente pelos membros dos órgãos de governança; e (e) o programa de remuneração deve considerar o alinhamento aos interesses dos acionistas, com foco na perenidade e na criação de valor sustentável e de longo prazo, bem como o propósito, missão e valores da Companhia.

A Companhia procura manter a sua prática de remuneração dos membros dos seus órgãos de governança corporativa atualizada e competitiva. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras

empresas de referência no mercado. Eventualmente, são realizadas pesquisas específicas para determinados cargos visando tornar ainda mais precisas as análises.

O Comitê de Pessoas e Remuneração e o Comitê de Governança Corporativa são responsáveis por analisar as pesquisas de mercado e fazer eventuais recomendações a serem encaminhadas ao Conselho de Administração, bem como analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca da estratégia, das políticas e das práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia em relação à remuneração dos órgãos de governança da Companhia. No caso da Diretoria Estatutária, a análise e emissão de recomendações compete ao Comitê de Pessoas e Remuneração.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia é composta por elemento fixo mensal, não atrelado à sua participação nas reuniões realizadas pelo referido órgão, com o objetivo de compensar adequadamente os conselheiros pelos serviços prestados de forma compatível com as suas atribuições, responsabilidades e tempo de dedicação às suas funções. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a qualquer remuneração variável, mas são reembolsados pela Companhia de todas as despesas de locomoção, de estadia, bem como outras despesas eventualmente incorridas para o desempenho de suas funções.

Por fim, esclarecemos que a remuneração dos membros do Conselho de Administração reflete as práticas de mercado, verificadas por meio de pesquisas de remuneração periódicas, realizadas por consultorias especializadas, a fim de alinhar a remuneração paga aos membros do Conselho de Administração com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estratégia de remuneração da Companhia.

Adicionalmente, os Conselheiros Independentes que compõem os Comitês de Assessoramento da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa mensal, para cada Comitê de Assessoramento, com objetivo de remunerá-los pelos serviços prestados de forma compatível com as suas atribuições, responsabilidades e tempo de dedicação às suas funções.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária da Companhia é composta por elementos fixos, variáveis e benefícios diretos e indiretos, bem como incentivos de retenção e contratação. A remuneração da Diretoria Estatutária é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração fixa: composto de 12 (doze) pagamentos mensais, tendo por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados e reconhecer e refletir as responsabilidades atribuídas à posição, em linha com as práticas de mercado, bem como com as qualificações individuais, experiência, formação e conhecimento do executivo em questão;
- Remuneração variável:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- *Incentivo de curto prazo materializado pelo Bônus Anual*: tem por objetivo recompensar o alcance e a superação de metas individuais e da Companhia, bem como alinhar os administradores ao planejamento estratégico, resultados e objetivos de curto e médio prazo da Companhia;
- *Incentivo de longo prazo materializado pelo Plano de Concessão de Ações Restritas (“Plano”)*: tem por objetivo fortalecer e renovar o comprometimento de longo prazo do corpo executivo dando força à sustentabilidade do negócio. O Plano é concedido mediante desempenho individual, fomentando a proposta de valor da Companhia pautada pela meritocracia. O Plano é baseado em ações restritas da Companhia e no ano corrente segue a distribuição em três anos, sendo 1/3 (um terço) a cada ano, se as regras do plano forem cumpridas. As características gerais do Plano estão pormenorizadas no item 13.4 abaixo; e
- *Incentivo de retenção materializado pelo programa Sócio Cielo*: tem como objetivo garantir a competitividade da Companhia frente ao mercado e fortalecer a estratégia de alinhamento e retenção de longo prazo para executivos considerados profissionais diferenciados para o negócio. O programa Sócio Cielo estimula os executivos elegíveis a vincular parte ou a totalidade de sua remuneração variável de curto prazo à aquisição de ações restritas da Companhia, a critério do executivo, com uma contrapartida correspondente da Companhia no prazo de quatro anos, mediante a manutenção das ações próprias e respeitando as regras programa e do Plano vigente. As características gerais e regras do programa Sócio Cielo estão pormenorizadas no item 13.4 abaixo.

Em relação à remuneração variável de longo prazo, anualmente, ou em periodicidade que julgar conveniente, o Conselho de Administração, com base na recomendação do Comitê de Pessoas e Remuneração da Companhia, determinará o número de ações restritas que serão concedidas, o valor de cada ação concedida, bem como os prazos e quaisquer outras condições relativas a tais ações, nos termos do Plano. O montante da remuneração variável está alinhado aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, devendo ser calculada considerando os resultados esperados nos planos estratégicos e de negócios da Companhia, conforme aprovado por tal órgão.

- Incentivos de retenção e contratação: os incentivos de retenção têm como objetivo garantir a competitividade da Companhia frente ao mercado e fortalecer a estratégia de retenção de longo prazo para executivos considerados profissionais diferenciados para o negócio. Os incentivos de retenção são materializados por meio da concessão de valores pontuais aos executivos da Companhia, em contrapartida à permanência pelo período mínimo estabelecido em contrato individual. Caso o executivo deixe a Companhia antes deste período, deverá restituir o montante estabelecido de acordo com a regra do contrato individual celebrado. Por fim, a Companhia eventualmente paga valores a título de *hiring bonus* no contexto da contratação de executivos.
- Benefícios: A concessão de benefícios visa garantir a competitividade das práticas de remuneração, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo para reter diretores em posições chaves e que seja compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes. Os benefícios concedidos são: assistência médica, odontológica, *check-up*, previdência (pós-emprego), complemento médico,



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

seguro de vida, auxílio refeição, veículo, estacionamento e telefone celular. Ademais, em caso de término do contrato por iniciativa do membro da Diretoria Estatutária, vencimento de mandato ou destituição, o Diretor estatutário receberá, de acordo com cláusula do contrato de prestação de serviços, o valor acordado com a Companhia, em contrapartida à obrigação de não concorrência, pela qual o mesmo se compromete e se obriga, dentre outras coisas, a não concorrer com a Cielo e a não prestar serviços a seus concorrentes pelo prazo ajustado.

Alta Liderança

A política de remuneração e reconhecimento da Companhia para a Alta Liderança, que é composta pelos executivos de alto escalão da Companhia que não são diretores estatutários, tem os mesmos objetivos da política desenhada para a Diretoria Estatutária, dividida nos seguintes componentes:

- Remuneração fixa: composto de 13 (treze) pagamentos mensais, tendo por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados e reconhecer e refletir as responsabilidades atribuídas à posição, em linha com as práticas de mercado, bem como com as qualificações individuais, experiência, formação e conhecimento do executivo em questão;
- Remuneração variável:
 - *Incentivo de curto prazo materializado pelo Programa de Participação nos Resultados (PPR)*: tem por objetivo recompensar o alcance e a superação de metas individuais e da Companhia, bem como alinhar a alta liderança ao planejamento estratégico, resultados e objetivos de curto e médio prazo da Companhia;
 - *Incentivo de longo prazo materializado pelo Plano*: tem por objetivo fortalecer e renovar o comprometimento de longo prazo da alta liderança dando força à sustentabilidade do negócio. O Plano é concedido mediante desempenho individual, fomentando a proposta de valor da Companhia pautada pela meritocracia e atualmente segue a distribuição em três anos, sendo 1/3 (um terço) a cada ano, se as regras do plano forem cumpridas. As características gerais do Plano estão pormenorizadas no item 13.4 abaixo; e
 - *Incentivo de retenção materializado pelo programa Sócio Cielo*: tem como objetivo garantir a competitividade da Companhia frente ao mercado e fortalecer a estratégia de alinhamento e retenção de longo prazo para executivos considerados profissionais diferenciados para o negócio. O programa Sócio Cielo está baseado em vincular parte ou a totalidade da remuneração variável de curto prazo à aquisição de ações restritas da Companhia, a critério do executivo, com a contrapartida correspondente da Companhia no prazo de quatro anos, mediante a manutenção das ações próprias e respeitando as regras do plano vigente. As características gerais e regras do programa Sócio Cielo estão pormenorizadas no item 13.4 abaixo.
- Incentivos de retenção e contratação: os incentivos de retenção têm como objetivo garantir a competitividade da Companhia frente ao mercado e fortalecer a estratégia de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

retenção de longo prazo para executivos considerados profissionais diferenciados para o negócio. Os incentivos de retenção são materializados por meio da concessão de valores pontuais aos executivos da Companhia, em contrapartida à permanência pelo período mínimo estabelecido em contrato individual. Caso o executivo deixe a Companhia antes deste período, deverá restituir o montante estabelecido de acordo com a regra do contrato individual celebrado.

Por fim, a Companhia eventualmente paga valores a título de *hiring bonus* no contexto da contratação de executivos.

- **Benefícios:** A concessão de benefícios visa garantir a competitividade das práticas de remuneração, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo para reter diretores em posições chaves e que seja compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes. Os benefícios concedidos são: assistência médica, odontológica, *check-up*, previdência (pós-emprego), seguro de vida, auxílio refeição, estacionamento e telefone celular.

Comitês de Assessoramento

Os Conselheiros Independentes que compõem os Comitês de Assessoramento da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa mensal, para cada Comitê de Assessoramento com objetivo de remunerá-los pelos serviços prestados de forma compatível com as suas atribuições, responsabilidades e tempo de dedicação às suas funções.

Os demais membros dos Comitês de Assessoramento não fazem jus a qualquer remuneração, com exceção dos membros do Comitê de Auditoria em razão de suas atribuições, responsabilidades e tempo de dedicação ao Comitê de Auditoria.

Os membros dos Comitês de Assessoramentos serão reembolsados pela Companhia de todas as despesas de locomoção, de estadia, bem como outras despesas eventualmente incorridas para o desempenho de suas funções.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida pela assembleia, composta por honorários fixos mensais, sem nenhum benefício direto ou indireto. A remuneração mensal do Conselho Fiscal, conforme prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, é estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. O componente fixo tem por objetivo compensar adequadamente os conselheiros pela sua participação nas reuniões e pelas suas contribuições à Companhia.

Os membros do Conselho de Fiscal são reembolsados pela Companhia de todas as despesas de locomoção, de estadia, bem como outras despesas eventualmente incorridas para o desempenho de suas funções.

- (ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Órgão	Ano	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Incentivos de Retenção e Contratação	Benefícios	Total
Conselho de Administração	2017	100%	0%	0%	0%	100%
	2018	100%	0%	0%	0%	100%
	2019	100%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	2017	100%	0%	0%	0%	100%
	2018	100%	0%	0%	0%	100%
	2019	100%	0%	0%	0%	100%
Comitês de assessoramento	2017	100%	0%	0%	0%	100%
	2018	100%	0%	0%	0%	100%
	2019	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	2017	11%	35%	0%	55%	100%
	2018	23%	69%	0%	8%	100%
	2019	23%	58%	5%	14%	100%
Alta Liderança ⁽¹⁾	2017	NA	NA	NA	NA	NA
	2018	NA	NA	NA	NA	NA
	2019	35%	54%	6%	5%	100%

⁽¹⁾ A Alta Liderança passou a ser considerada como um grupo de executivos separado somente em 2019, motivo pelo qual a sua remuneração passou a ser reportada somente em referido ano, não havendo informações a serem divulgadas referentes aos anos de 2018 e 2017.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A competitividade da remuneração praticada é monitorada por meio de comparações periódicas com o mercado de referência, que é definido com consultorias especializadas no tema, considerando empresas que tem um patamar de negócio comparável com o da Companhia e que empregam profissionais com perfil semelhante aos que a Companhia precisa. Nesse caso podem ser enquadradas: concorrentes do segmento de atuação da Companhia, bancos, empresas com força comercial com capilaridade nacional, de tecnologia da informação e de telecomunicação.

Primeiramente são apresentadas ao Comitê de Pessoas e Remuneração e ao Comitê de Governança Corporativa a análise e a proposta feitas pela consultoria e pela área de remuneração. Após examinar o tema, o Comitê de Pessoas e Remuneração e o Comitê de Governança Corporativa emitem sua recomendação e submetem a proposta ao Conselho de Administração, que pode aprová-la ou não mediante análise de impacto financeiro e aderência ao mercado.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa analisa, em conjunto com o Comitê de Pessoas e Remuneração, as pesquisas e as propostas em relação à remuneração dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e do



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Conselho Fiscal, sendo que a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, compete exclusivamente ao Comitê de Pessoas e Remuneração.

Por fim, destacamos ainda que a remuneração variável da Diretoria Estatutária deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, bem como respeitar os princípios previstos na Política de Remuneração, sendo calculada considerando os resultados esperados nos planos estratégicos e de negócios da Companhia, conforme aprovados pelo Conselho Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

No que diz respeito aos órgãos de governança colegiados (Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal), o pagamento da remuneração fixa tem como objetivo remunerar adequadamente os seus membros pelos serviços prestados à Companhia, em conformidade com suas respectivas atribuições, responsabilidades e tempo de dedicação às funções. Nesse sentido, a fixação do montante da remuneração de cada órgão, conforme o caso, deve estar alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia e com a prática de mercado, tornando a Cielo competitiva na atração de profissionais de primeira linha.

No que diz respeito à Diretoria Estatutária e à Alta Liderança, além da remuneração fixa, que se pauta pelas mesmas premissas descritas acima, a atribuição de Remuneração Variável (compostas pelo Bônus Anual/PPR, pelo Plano de Concessão de Ações Restritas e pelo programa Sócio Cielo) assegura o equilíbrio necessário entre a remuneração das Diretorias Estatutária e Alta Liderança e a sustentabilidade do negócio no curto, médio e longo prazo. Além de manter a competitividade e alinhamento com o mercado no qual a Companhia está inserida, assegurando a atração e retenção de executivos de primeiro escalão.

(v) membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

À exceção dos membros do Comitê de Auditoria, que possuem atribuições e responsabilidades específicas, bem como maior frequência de reuniões, e dos Conselheiros Independentes, os demais membros de Comitês de Assessoramento (ainda que o sejam em decorrência de outras posições que ocupem) não são remunerados pela função que exercem nos comitês.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração variável, o indicador de desempenho estabelecido pela Companhia, conforme recomendação do Comitê de Pessoas e Remuneração e aprovado pelo Conselho de Administração, costuma ser composto pela combinação de resultados obtidos de três metas, seguindo o peso para cada uma delas, sendo: (i) crescimento de volume capturado; (ii) satisfação de cliente medido pelo indicador NPS (Net Promoter Score); e (iii) resultado de lucro líquido da Companhia.

Ademais, de modo a fortalecer o vínculo entre a geração de valor em longo prazo e a remuneração da Diretoria Estatutária e Alta Liderança, a Companhia elaborou um plano de concessão de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2019 (“Plano”), o qual estabelece as condições gerais de concessão de ações restritas



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

de emissão da Companhia nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O Plano terá a vigência de 10 (dez) anos, contados da data da primeira concessão de ações restritas aos Beneficiários, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. A Companhia possui como política a valorização da meritocracia, estabelecendo metas específicas para seus colaboradores, as quais devem ser cumpridas em troca da remuneração adicional ao final do período.

Por fim, o programa Sócio Cielo foi criado considerando o aumento da competição no segmento e do risco de perda dos principais executivos da Companhia. Por meio do Sócio Cielo, os Diretores Estatutários e alguns executivos considerados chave para a Cielo, podem investir uma parte ou valor total líquido do seu Bônus Anual/PPR na compra de ações da Companhia que, em troca, realiza uma contrapartida também em ações. No final de um período pré-determinado, o diretor estatutário que tiver permanecido na Companhia, bem como mantido seu investimento em ações da Companhia, receberá a contrapartida feita pela Companhia. O orçamento do programa Sócio Cielo é aprovado pelo Conselho de Administração anualmente.

No que se refere à remuneração variável de longo prazo e ao incentivo de retenção, respectivamente o Plano e o Programa Sócio Cielo, as regras para determinação dos valores a serem distribuídos consideram os seguintes indicadores de desempenho: a avaliação de desempenho individual (contrato de metas), fatores próprios de cada função (como, por exemplo, senioridade da posição ocupada, dificuldade de atração e retenção etc.).

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável, parcela significativa do valor total pago à Diretoria Estatutária, é estabelecida a partir dos resultados obtidos pela Companhia combinados com os indicadores de desempenho informados no item 13.1(c) acima. O Conselho de Administração da Companhia é responsável por estabelecer anualmente os objetivos a serem alcançados pela Companhia, bem como qual patamar de desempenho precisa ser cumprido para que os Diretores façam jus à remuneração variável, assim sendo, o desempenho individual de cada um dos Diretores influencia em sua remuneração variável.

Além disso, o incentivo de longo prazo materializado pelo Plano e o incentivo de retenção materializado pelo programa Sócio Cielo também dependem da aprovação do Conselho de Administração, por delegação da Assembleia Geral, e podem ser feitas anualmente ou na periodicidade em que o Conselho de Administração julgar conveniente.

Já a remuneração fixa e os benefícios, que representam a menor parcela do total da remuneração dos Administradores e alta liderança, não são impactados pelos indicadores de desempenho individuais, porém são compatíveis com o mercado e senioridade do ocupante de cada posição.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento não são elegíveis a remuneração variável, portanto, não há impacto direto com os indicadores de desempenho da Companhia.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A arquitetura de remuneração da Cielo reflete o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio, reter e atrair profissionais de destaque e alinhar a gestão do risco ao longo do tempo, por meio do alcance e superação de metas e objetivos determinados pelo Conselho de Administração que, por sua vez, refletem os resultados buscados pela Companhia (definidos pelo mesmo órgão). Esses objetivos buscam garantir a sustentabilidade do negócio no curto, médio e longo prazo e são conectados às metas e ao desempenho da Diretoria Executiva. Na remuneração variável de curto prazo, caracterizada pelo Bônus Anual/PPR, as metas da Cielo estão direta e indiretamente ligadas à qualidade da atividade da Companhia, bem como, ao desempenho de cada um.

O incentivo de longo prazo materializado pelo Plano e o incentivo de retenção materializado pelo programa Sócio Cielo têm como objetivo garantir a competitividade da Companhia frente ao mercado e fortalecer a estratégia de retenção de longo prazo para executivos considerados profissionais diferenciados para o negócio. E ainda, fortalecer e renovar o comprometimento de longo prazo do corpo executivo dando força à sustentabilidade do negócio.

O Plano é concedido mediante desempenho individual, fomentando a proposta de valor da Companhia pautada pela meritocracia. É baseado em ações restritas da Companhia e segue a distribuição em três anos, sendo 1/3 (um terço) a cada ano, se as regras do plano forem cumpridas.

O programa Sócio Cielo está baseado em vincular parte ou a totalidade da remuneração variável de curto prazo à aquisição de ações restritas da Companhia, a critério do executivo, com a contrapartida correspondente da Companhia, cuja distribuição ocorre durante o período de quatro anos, sendo 1/4 (um quarto) a cada ano, mediante a manutenção das ações próprias e respeitando as regras do programa e política de indicação e remuneração.

Sendo assim, o executivo da Companhia tem o incentivo de cumprir e superar suas metas, assim como de implementar ações de médio e longo prazo que agreguem valor para a Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento não são elegíveis a remuneração variável.

O valor disponibilizado para remunerar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Estatutária são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas anualmente.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O pagamento da remuneração dos Diretores Estatutários, da Alta Liderança, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, relativa às funções desempenhadas na Companhia, é realizado única e exclusivamente pela própria Companhia. Eventuais funções exercidas em empresas subsidiárias, controladas ou controladoras não são remuneradas.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Participam do processo decisório de remuneração da Companhia, os seguintes órgãos: Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Governança Corporativa, Conselho de Administração e Assembleia Geral. O Comitê de Pessoas e Remuneração e o Comitê de Governança Corporativa (este último, exceto em relação à Diretoria Estatutária), têm por competência recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores, nos termos da Política de Remuneração. O Conselho de Administração, nos termos de seu regimento interno e do Estatuto Social da Companhia, tem por competência atribuir entre Conselho de Administração e Diretoria Estatutária a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral e, por fim, a Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei 6.404/76, fixa a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Com a finalidade de manter o pacote de remuneração de seus executivos competitivo frente ao mercado, a Cielo participa anualmente de pesquisas salariais, contando com o auxílio de consultorias especializadas. O mercado de referência, é definido considerando empresas que tem um patamar de negócio comparável com o da Cielo. Nesse caso se enquadram: concorrentes do segmento de serviços financeiros, bancos, empresas com capilaridade nacional, empresas de tecnologia da informação e de telecomunicação.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia procura manter a sua prática de remuneração dos membros dos seus órgãos de governança corporativa atualizada e competitiva. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado. Eventualmente, são realizadas pesquisas específicas para determinados cargos visando tornar ainda mais precisa as análises.

Tais pesquisas de mercado são realizadas a cada dois anos para a remuneração dos conselheiros e anualmente para a Diretoria Estatutária ou, extraordinariamente, sempre que necessário. Posteriormente, são examinadas pelo Comitê de Pessoas e Remuneração e pelo Comitê de Governança Corporativa (este último, exceto em relação à remuneração da Diretoria



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Estatutária), que emitem recomendação e submetem proposta ao Conselho de Administração para deliberação.

Ademais, cabe ao Conselho de Administração alterar a política de Indicação e Remuneração sempre que se fizer necessário.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	9,00	5,00	25,00
Nº de membros remunerados	11,00	9,00	5,00	25,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.556.000,00	9.889.308,69	563.911,73	13.009.220,41
Benefícios direto e indireto	0,00	982.770,47	0,00	982.770,47
Participações em comitês	528.000,00	0,00	0,00	528.000,00
Outros	549.600,00	1.977.861,74	112.782,35	2.640.244,08
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.617.403,79	0,00	10.617.403,79
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8.266.734,24	0,00	8.266.734,24
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor descrito em "Outros" é composto por: (i) R\$ 2.618.055,56 referente aos valores pontuais pagos em virtude de retenção ou contratação (Hiring Bônus) de executivos; e (ii) R\$ 5.648.678,68 de encargos sociais (INSS).		
Pós-emprego	0,00	1.996.197,73	0,00	1.996.197,73
Cessação do cargo	0,00	2.441.790,00	0,00	2.441.790,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.824.679,89	0,00	11.824.679,89
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do programa de retenção de ações com vesting de 48 meses. As ações			



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

	Ofício-Circular SEP nº 02/2020. CVM	Serão outorgadas somente se o Estatutário permanecer na Companhia ao final do período de vesting; e (ii) R\$ 5.418.130,99 do incentivo de longo prazo materializado pelo Plano de Concessão de Ações Restritas. O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	Ofício-Circular SEP nº 02/2020. CVM	
Total da remuneração	3.633.600,00	47.996.746,54	676.694,07	52.307.040,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	7,50	5,00	22,50
Nº de membros remunerados	10,00	7,50	5,00	22,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.348.300,01	8.231.874,97	518.305,28	11.098.480,26
Benefícios direto e indireto	0,00	970.696,03	0,00	970.696,03
Participações em comitês	468.000,00	0,00	0,00	468.000,00
Outros	478.133,34	1.646.374,99	83.077,69	2.207.586,02
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.881.192,05	0,00	9.881.192,05
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.531.136,36	0,00	5.531.136,36
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor descrito em "Outros" é composto por: (i) R\$ 2.326.497,19 referente aos valores pontuais pagos em virtude de retenção ou contratação (Hiring Bônus) de executivos; e (ii) R\$ 3.204.639,17 de encargos sociais		



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

		(INSS).		
Pós-emprego	0,00	1.060.076,43	0,00	1.060.076,43
Cessação do cargo	0,00	3.892.641,00	0,00	3.892.641,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.491.889,12	0,00	11.491.889,12
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	O valor descrito em "Baseado em ações" é composto por: (i) R\$ 7.718.005,11 do programa de retenção - que se refere ao valor em ações com vesting de 48 meses. As ações serão outorgadas somente se o Estatutário permanecer na Companhia ao final do período de vesting; e (ii) R\$ 5.061.927,06 do incentivo de longo prazo materializado pelo Plano de Concessão de Ações Restritas. O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	3.294.433,35	42.705.880,95	601.382,97	46.601.697,27

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,25	7,08	5,00	22,33
Nº de membros remunerados	10,25	7,08	5,00	22,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.967.500,00	6.489.041,31	514.588,80	8.971.130,11
Benefícios direto e indireto	0,00	941.085,38	0,00	941.085,38
Participações em comitês	356.000,00	0,00	0,00	356.000,00
Outros	492.073,33	1.297.808,26	86.393,92	1.876.275,51
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Bônus	0,00	8.065.707,55	0,00	8.065.707,55
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8.955.372,37	0,00	8.955.372,37
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor descrito em "Outros" é composto por: (i) R\$5.088.157,77 do programa de retenção, que se refere ao valor em ações com vesting de 36 meses, sendo que as ações serão outorgadas somente se o Diretor Estatutário permanecer na Companhia ao final do período de vesting ou se tiver o seu contrato rescindido pela Companhia; e (ii) R\$3.867.214,60 de encargos sociais (INSS)		
Pós-emprego	0,00	544.764,42	0,00	544.764,42
Cessação do cargo	0,00	1.228.074,13	0,00	1.228.074,13
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.182.207,70	0,00	6.182.207,70
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.			
	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.			
	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.			
Total da remuneração	2.815.573,33	33.704.061,12	600.982,72	37.120.617,17

Observação: A quantidade de membros da diretoria estatutária indicada para o exercício social de 2018 foi revista e passou a incluir, de forma proporcional, a existência de um membro que ocupou tal cargo durante o período de 6 (seis) meses

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,33	5,92	5,00	21,25
Nº de membros remunerados	10,33	5,92	5,00	21,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.960.600,00	4.447.661,65	514.588,80	6.922.850,45
Benefícios direto e	0,00	1.067.593,96	0,00	1.067.593,96



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Indireto				
Participações em comitês	276.000,00	0,00	0,00	276.000,00
Outros	377.320,00	889.532,32	82.334,40	1.349.186,72
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	Refere-se ao valor de encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.988.693,43	0,00	6.988.693,43
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.076.378,65	0,00	6.076.378,65
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor descrito em "Outros" é composto por: (i) R\$3.319.857,54 do programa de retenção, que se refere ao valor em ações com vesting de 24 meses, sendo que as ações serão outorgadas somente se o Diretor Estatutário permanecer na Companhia ao final do período de vesting ou se tiver o seu contrato rescindido pela Companhia; e (ii) R\$2.756.521,11 de encargos sociais (INSS)		
Pós-emprego	0,00	302.139,38	0,00	302.139,38
Cessação do cargo	0,00	25.609.251,27	0,00	25.609.251,27
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.998.470,31	0,00	3.998.470,31
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	2.613.920,00	49.379.720,97	596.923,20	52.590.564,17

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o Exercício Social corrente 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	9,00	5,00	25,00
Nº de membros remunerados	0,00	9,00	0,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$7.373.494,95	N/A	R\$7.373.494,95
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$14.834.485,29	N/A	R\$14.834.485,29
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$10.617.403,79	N/A	R\$10.617.403,79
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	7,50	5,00	22,50
Nº de membros remunerados	0,00	7,50	0,00	7,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$15.045.060,49	N/A	R\$15.045.060,49
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$9.118.218,48	N/A	R\$9.118.218,48



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$9.881.192,05	N/A	R\$9.881.192,05
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,25	7,08	5,00	22,33
Nº de membros remunerados	0,00	7,08	0,00	7,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$12.418.077,18	N/A	R\$12.418.077,18
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$9.803.155,48	N/A	R\$9.803.155,48
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$8.065.707,54	N/A	R\$8.065.707,54
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nº total de membros	10,33	5,92	5,00	21,25
Nº de membros remunerados	0,00	5,92	0,00	5,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$10.208.999,36	N/A	R\$10.208.999,36
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$8.551.899,26	N/A	R\$8.551.899,26
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$6.988.693,43	N/A	R\$6.988.693,43
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Trata-se de um plano de concessão de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2019 (“**Plano**”), o qual estabelece as condições gerais de concessão de ações restritas de emissão da Companhia nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O Plano tem a vigência de 10 (dez) anos, contados da data da primeira concessão de ações restritas aos Beneficiários (conforme a seguir definido), podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

São elegíveis ao Plano os administradores (estatutários), alta liderança e empregados em posições de gerente sênior, gerente, consultor sênior e demais empregados com desempenho extraordinário reconhecidos pela administração da Companhia, todos eles integrantes de proposta feita e sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia (“**Beneficiários**”).

As ações restritas farão jus aos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia, bem como eventual bonificação de ações, a partir da data da liquidação da concessão das ações restritas, com a transferência da ação para o Participante.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia e suas controladas, sujeito a determinadas condições, recebam ações restritas da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores e empregados da Companhia; e (c) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

As ações são concedidas mediante desempenho individual, fomentando a proposta de valor da Companhia pautada pela meritocracia. É baseado em concessão de ações restritas da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano reforça o direcionamento da Companhia de ter uma remuneração competitiva, que reforce a criação de valor sustentável e que promova a retenção dos executivos e empregados-chave da Companhia. O Plano se insere por meio de dois mecanismos de incentivo, o de longo prazo, materializado pela distribuição de ações restritas, e o de retenção, materializado pelo



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

programa Sócio Cielo, pelo vínculo de parte ou totalidade da remuneração variável de curto prazo à aquisição de ações restritas da Companhia. As características gerais do Plano se encontram descritas no item 13.1 acima.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O incentivo de longo prazo materializado pelo Plano e o incentivo de retenção materializado pelo programa Sócio Cielo têm como objetivo garantir a competitividade da Companhia frente ao mercado e fortalecer a estratégia de retenção de longo prazo para executivos considerados profissionais diferenciados para o negócio. E ainda, fortalecer e renovar o comprometimento de longo prazo do corpo executivo dando força à sustentabilidade do negócio.

Em 2019, os programas eram realizados em quatro anos, sendo 1/4 (um quarto) a cada ano e, em 2020, passaram a ser realizados em três anos, ou seja, 1/3 (um terço) por ano. Sendo assim, o executivo da Companhia tem o incentivo de cumprir e superar suas metas, assim como de implementar ações de médio e longo prazo que agreguem valor para a Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado.

(f) número máximo de ações abrangidas

As ações restritas concedidas nos termos do Plano poderão representar um número de ações que não exceda, por ano e a qualquer tempo durante a vigência do Plano, 0,3% (zero virgula três por cento) por ano do total de ações representativas do capital social da Companhia, computando-se nesse cálculo todas as ações restritas já concedidas ou que serão concedidas em contratos já firmados, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas durante a vigência do Plano esteja sempre dentro do limite de 2,0% (dois por cento) do capital social da Companhia.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano não engloba a outorga de opções, não havendo, portanto, número máximo de opções a serem outorgadas.

(h) condições de aquisição de ações

Anualmente, ou em periodicidade que julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão concedidas as ações restritas nos termos do Plano, e o respectivo número de ações que poderão ser concedidas, o valor de cada ação restrita concedida, bem como, os prazos e quaisquer outras condições relativas a tais ações restritas, inclusive as condições de aquisição das ações.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Caberá ao Conselho de Administração fixar o valor das ações restritas concedidas nos termos do Plano, respeitado o valor mínimo equivalente ao valor médio do preço das ações da Companhia nos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão dos últimos 30 (trinta) pregões.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Anualmente, ou em periodicidade que julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão concedidas as ações restritas nos termos do Plano, e o respectivo número de ações que poderão ser concedidas, o valor de cada ação restrita concedida, bem como, os prazos e quaisquer outras condições relativas a tais ações restritas, incluindo o prazo para a sua aquisição.

(k) forma de liquidação

Para a concessão das ações restritas, a Companhia poderá: (a) transferir ações mantidas em tesouraria; ou (b) em caso de impossibilidade legal da utilização de ações em tesouraria, efetuar o pagamento em dinheiro do valor equivalente à quantidade de ações a serem concedidas.

(l) restrições à transferência das ações

Anualmente, ou em periodicidade que julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão concedidas as ações restritas nos termos do Plano, e o respectivo número de ações que poderão ser concedidas, o valor de cada ação restrita concedida, bem como, os prazos e quaisquer outras condições relativas a tais ações restritas, incluindo eventuais restrições à transferência das ações.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano está estruturado e administrado pelo Conselho de Administração, que terá autonomia na definição dos respectivos termos e condições, podendo rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, assim definidas as disposições contidas nos itens 2, 3, 5, 6, 7 e 8 do Plano.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de concessão de ações restritas, poderá levar à revisão integral do Plano. Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, término de mandato, transferência para outras empresas do mesmo grupo econômico da Companhia (“**Controladas**”), aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 10.2. do Plano.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em contrato, a concessão das ações restritas nos termos do Plano serão extintas automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) após o decurso do prazo de vigência do Contrato de Concessão de Ações Restritas; (b) mediante o distrato do Contrato de Concessão de Ações Restritas; (c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (d) nas hipóteses previstas no item 10.2. do Plano.

Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, término de mandato, transferência para Controladas, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o seguinte:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

- (a) desligar-se da Companhia ou de suas Controladas por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, as concessões das ações restritas com data de transferência futura ficarão automaticamente extintas na data do seu desligamento ou renúncia, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização;
- (b) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, mediante demissão, com ou sem justa causa, destituição do seu cargo de administrador ou não renovação de seu mandato, por qualquer razão, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura ficarão automaticamente extintos na data do seu desligamento ou destituição, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização;
- (c) na hipótese de desligamento da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo como administrador por qualquer razão, na condição de aposentado, comprovada mediante documentos do órgão competente, e informado em até 30 (trinta) dias contados do desligamento, sem violação do código de ética e com avaliação de performance e competências resultante em nota igual ou superior a nota 3 (três) do ano vigente, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura, serão automaticamente antecipados, ocorrendo a transferência em até 90 (noventa) dias contados do seu desligamento ou destituição;
- (d) na hipótese de afastamento das atividades laborais em virtude de invalidez permanente, comprovada mediante laudo específico emitido pelo órgão competente, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura, serão automaticamente antecipados, ocorrendo a transferência em até 90 (noventa) dias contados da suspensão do contrato do funcionário ou administrador;



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- (e) desligar-se ou for destituído da Companhia ou suas Controladas por falecimento, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura, na data do seu falecimento, serão automaticamente antecipados, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário receber o saldo das ações restritas, no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos ficarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização;

Em caso de transferência do funcionário ou administrador para Controladas por iniciativa da Companhia, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura serão automaticamente antecipados, ocorrendo a transferência em até 90 (noventa) dias contados da data da transferência. Na hipótese de transferência por iniciativa do funcionário ou administrador, será aplicada a regra do item (a) acima.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O plano de concessão de ações restritas foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2019. As informações (nº de ações, preço de exercício e valor justo) correspondem aos critérios de bonificação e grupamento das ações da empresa no mercado vigente na outorga de cada ano.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (31/12/2020)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	9,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	7,50



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Nº de membros remunerados	0,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,25	7,08
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas
Valor justo das opções na data da	N/A	Outorga 100% baseada em ações Restritas



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

outorga		Restritas
---------	--	-----------



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia opções em aberto detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia no último exercício social.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	7,50
Nº de membros remunerados	0,00	10,00
Opções Exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações Entregues		
Nº de ações entregues	N/A	374.945
Preço médio ponderado da aquisição	N/A	R\$19,22
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	(R\$3.854.802,79)

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,25	7,08
Nº de membros remunerados	0,00	9,00
Opções Exercidas		
Número de ações		
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Ações Entregues		
Nº de ações entregues	N/A	236.695
Preço médio ponderado da aquisição	N/A	R\$27,22
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	(R\$1.523.232,50)

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Opções Exercidas		
Número de ações	N/A	48.563
Preço médio ponderado do exercício	N/A	R\$18,870
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$256.412,64
Ações Entregues		
Nº de ações entregues	N/A	114.317
Preço médio ponderado da aquisição	N/A	R\$28,90
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	(R\$631.410,81)



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Desde 2015, as outorgas foram feitas somente com a concessão de ações restritas e, para a precificação, considerou-se o modelo binomial para cálculo do valor justo das ações, que correspondeu ao valor médio das ações nos 30 (trinta) pregões que foram realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no período de (12 de maio a 23 de junho de 2017, 7 de maio a 18 de junho de 2018 e 7 de maio a 17 de junho de 2019 para as outorgas de 2017, 2018 e 2019, respectivamente).

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em julho de 2017	Outorga em julho de 2018	Outorga em julho de 2019
Preço médio ponderado das ações	R\$ 23,26	R\$16,77	R\$7,02
Preço de exercício	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada do preço da ação	N/A	N/A	N/A
Prazo de vida da opção	N/A	N/A	N/A
Dividendos esperados	N/A	N/A	N/A
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O valor justo das ações outorgadas é apropriado ao resultado do exercício, com contrapartida na reserva de capital, de forma linear durante o período de carência (*vesting period*) do Plano. Na hipótese de antecipação do exercício, o valor remanescente das ações é apropriado no resultado do exercício no período em que for exercido.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia utiliza a volatilidade histórica anualizada.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características do Plano foram mencionadas nos itens anteriores.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de valores mobiliários diretamente detidos por administradores da Companhia na data de encerramento do último exercício social:

	Conselho Fiscal	Conselho Administração	Diretoria Estatutária
Ações da Companhia	2.539	196	177.790
Ações da Servinet Serviços Ltda.	0	0	1
Total	2.539	196	177.791



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração.

No que se refere ao plano de previdência complementar em vigor e oferecido aos Diretores Estatutários, as condições vigentes são as informadas na tabela abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	10,00
Nome do plano	N/A	Plano de Previdência Complementar PGBL/VGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Está no texto a seguir
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 2.091.307,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 1.006.704,67
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Está no texto a seguir

Os participantes serão elegíveis ao recebimento do benefício de aposentadoria normal, fazendo jus a 100% (cem por cento) do saldo da provisão total do respectivo participante, quando completar, concomitantemente, as seguintes condições: (a) ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade; e (b) ter, no mínimo, 10 (dez) anos de tempo de empresa.

Os participantes serão elegíveis ao recebimento do benefício de aposentadoria antecipada, fazendo jus a 100% (cem por cento) do saldo da provisão total do participante, quando completar, concomitantemente, as seguintes condições: (a) ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; e (b) ter, no mínimo, 10 (dez) anos de tempo de empresa.

Os participantes serão elegíveis ao recebimento do benefício da aposentadoria postergada, fazendo jus a 100% (cem por cento) do saldo da provisão total do participante, quando completar, concomitantemente, as seguintes condições: (a) ter, no mínimo, 61 (sessenta e um) anos de idade; e (b) ter, no mínimo, 10 (dez) anos de tempo de empresa.

O valor do benefício de aposentadoria normal, antecipada ou postergada, será obtido pela divisão da reserva matemática de benefícios a conceder pelo fator de renda (fator atuarial), correspondente aos dados do participante, e ao tipo de renda mensal escolhido, conforme o regulamento do plano.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

O benefício de aposentadoria antecipada, normal ou postergada, será apurado, com base no pedido do participante, na data da solicitação formal à Companhia, observado o efetivo início do recebimento do benefício.

Com o preenchimento destas condições, conforme aplicável, o Diretor Estatutário poderá optar pelo recebimento de renda mensal vitalícia, renda mensal temporária, renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido, renda mensal vitalícia reversível aos beneficiários, ou saque do montante acumulado na conta individual do participante (contribuições da empresa e do participante). Em caso de desligamento, será aplicada a tabela abaixo, para os colaboradores que aderiram ao programa até abril de 2016 conforme tempo de contribuição ao plano de previdência para liberação do saldo da parte empresa:

Tempo de Contribuição (Anos Completos) na data da saída	% de Liberação (destituição por iniciativa da Empresa)	% de Liberação (renúncia por iniciativa do Diretor)
1	20%	0%
2	40%	0%
3	60%	30%
4	80%	50%
5	100%	70%
6	100%	100%

Para os casos de adesão ao plano de previdência após maio de 2016, se aplica a tabela abaixo:

Tempo de Contribuição (Anos Completos) na data da saída	% de Liberação (destituição por iniciativa da Empresa)	% de Liberação (renúncia por iniciativa do Diretor)
1	-	-
2	-	-
3	30%	-
4	50%	30%
5	80%	40%
6	100%	50%
7	100%	100%

Não temos nenhum Diretor Estatutário em condições de aposentadoria, de acordo com as regras do plano vigente.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,50	7,08	5,92	10,00	10,25	10,33	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	7,50	7,08	5,92	10,00	10,25	10,33	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (Reais)	9.113.955,18	4.938.717,56	22.314.894,00	734.400,00	676.800,00	600.000,00	123.501,36	123.501,36	123.501,36
Valor da menor remuneração (Reais)	4.324.985,78	4.464.855,67	3.266.618,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00	102.917,76	102.917,76	102.917,76
Valor médio da remuneração (Reais)	5.694.117,46	4.760.460,61	8.341.169,08	329.443,33	274.690,08	253.041,63	120.276,59	120.196,54	119.384,64

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2019 corresponde a 12 meses.
31/12/2018	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2018 corresponde a 12 meses.
31/12/2017	A maior remuneração reportada no exercício de 2017 compete a um executivo que não atuou ao longo de tal exercício. Trata-se de remuneração por cessação de cargo (antecipação de pagamentos e um adicional de gratificação pela contribuição relevante no período em que atuou como administrador da Companhia).
Conselho de Administração	
31/12/2019	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2019 corresponde a 12 meses.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

31/12/2018	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2018 corresponde a 12 meses.
31/12/2017	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2017 corresponde a 12 meses.
Conselho Fiscal	
31/12/2019	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2019 corresponde a 12 meses.
31/12/2018	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2018 corresponde a 12 meses.
31/12/2017	A maior remuneração indicada no quadro acima de 2017 corresponde a 12 meses.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Apólices de Seguro

Importância segurada no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) referente ao Seguro D&O, cujo prêmio anual é R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) e importância segurada no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) referente ao Seguro de Responsabilidade Civil, cujo prêmio é R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Não concorrência

Em caso de término do contrato por iniciativa de membro da Diretoria Estatutária, vencimento ou destituição, há uma cláusula no contrato de prestação de serviços sobre a obrigação de não concorrência, pela qual o Diretor Estatutário se compromete e se obriga a não concorrer com a Cielo e a não prestar serviços a seus concorrentes pelo prazo acordado, recebendo como contrapartida o valor ajustado. Esse valor será pago em até 30 (trinta) dias após o término do referido contrato.

Remuneração variável de curto prazo

Na hipótese de destituição por iniciativa da Companhia ou não renovação do mandato até a data de pagamento do bônus, sem que haja ofensa ao código de ética da empresa pelo Diretor Estatutário, a Companhia pagará, em até 30 (trinta) dias corridos contados da data da destituição ou do encerramento do mandato, o montante proporcional ao número de meses trabalhados no ano de sua destituição considerando-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias. O valor a receber será calculado considerando o último resultado trimestral acumulado da Companhia divulgado ao mercado e a avaliação individual feita pelo Diretor Presidente conforme as regras de avaliação da Companhia.

Incentivo de longo prazo materializado pelo Plano de Concessão de Ações Restritas e Incentivo de retenção materializado pelo programa Sócio Cielo

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, término de mandato, transferência para Controladas, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o seguinte:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

- (a) desligar-se da Companhia ou de suas Controladas por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, as concessões das ações restritas com data de transferência futura ficarão



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

automaticamente extintas na data do seu desligamento ou renúncia, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização;

- (b) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, mediante demissão, com ou sem justa causa, destituição do seu cargo de administrador ou não renovação de seu mandato, por qualquer razão, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura ficarão automaticamente extintos na data do seu desligamento ou destituição, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização;
- (c) na hipótese de desligamento da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo como administrador por qualquer razão, na condição de aposentado, comprovada mediante documentos do órgão competente, e informado em até 30 (trinta) dias contados do desligamento, sem violação do código de ética e com avaliação de performance e competências resultante em nota igual ou superior a nota 3 (três) do ano vigente, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura, serão automaticamente antecipados, ocorrendo a transferência em até 90 (noventa) dias contados do seu desligamento ou destituição;
- (d) na hipótese de afastamento das atividades laborais em virtude de invalidez permanente, comprovada mediante laudo específico emitido pelo órgão competente, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura, serão automaticamente antecipados, ocorrendo a transferência em até 90 (noventa) dias contados da suspensão do contrato do funcionário ou administrador;
- (e) desligar-se ou for destituído da Companhia ou suas Controladas por falecimento, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura, na data do seu falecimento, serão automaticamente antecipados, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário receber o saldo das ações restritas, no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos ficarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio e sem direito a indenização;
- (f) em caso de transferência do administrador para Controladas por iniciativa da Companhia, todos os seus direitos relativos à concessão das ações restritas com data de transferência futura serão automaticamente antecipados, ocorrendo a transferência em até 90 (noventa) dias contados da data da transferência. Na hipótese de transferência por iniciativa do administrador, será aplicada a regra do item (a) acima.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	37%	35%	46%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	79%	79%	79%



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, toda remuneração recebida por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária são referentes às funções que ocupam na Companhia.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, uma vez que, nos três últimos exercícios sociais, toda remuneração recebida por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente a todas as suas atividades desempenhadas para a Companhia foi paga diretamente pela Companhia e reconhecida nos seus próprios resultados.



13.16 - Outras informações relevantes

Seguem abaixo esclarecimentos sobre algumas das informações reportadas no item 13.2 acima:

Remuneração global referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

O valor de remuneração global concedida aos administradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 52.590.564,17 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos), superou o inicialmente previsto, proposto pela administração da Companhia e aprovado no âmbito da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 12 de abril de 2017 (“**AGOE**”), no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões), tendo em vista o valor de R\$ 25.609.251,27 (vinte e cinco milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos) pago em razão da renúncia ou destituição de quatro diretores da Companhia de seus respectivos cargos ao longo do exercício anterior (isto é, a título de cessação de cargo).

A princípio, os valores de cessação de cargo não foram considerados quando da elaboração da proposta da remuneração global para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, mas sim como verbas indenizatórias.

No entanto, a administração da Companhia revisitou o tema e entendeu que como melhor prática de governança e para a devida transparência do assunto deveria considerar tal valor como parte da remuneração global dos administradores. Portanto, houve a ratificação da remuneração paga no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 20 de abril de 2018.

Aumento da remuneração da Diretoria entre 2017 e 2018

A Companhia informa que o “bônus” e a “remuneração baseada em ações” são atrelados ao resultado da empresa e são proporcionais ao tempo em que os administradores permaneceram como tal na Companhia. Vale ressaltar que o pacote de remuneração da Companhia alinha os resultados da empresa a objetivos de performance de curto, médio e longo prazos, visando assim a maximização o valor aos acionistas.

Desta forma, ainda que determinados indicadores de desempenho da Companhia tenham caído ao longo do período analisado, este não é o único componente da aferição dos valores a serem pagos.

Ainda, o número de membros da Diretoria Estatutária foi superior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (média anual de 7,08) do que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (média anual de 5,92), fato este que também influenciou para o aumento do valor pago aos membros da diretoria estatutária.

Por fim, importante também mencionar que o valor da remuneração global aprovado na assembleia geral ordinária de 20 de abril de 2018, no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões), é em muito superior ao valor efetivamente pago ao longo de tal exercício, no total de R\$ 37.120.617,17 (trinta e sete milhões, cento e vinte mil, seiscentos e dezessete reais e dezessete centavos), ou seja, foi dispendido pela Companhia 78,98% do valor total aprovado.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Concessão de R\$ 25.609.251,27 a título de cessação de cargo em 2017. A Companhia concedeu extraordinariamente o valor de R\$ 25.609.251,27 (vinte e cinco milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos) a título de cessação de cargo, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2017, em razão do desligamento de quatro diretores da Companhia que renunciaram ou foram destituídos dos seus respectivos cargos ao longo do exercício social anterior (2016).

O valor está em linha com a política de remuneração da Companhia que, com o intuito de atrair e reter os melhores profissionais do mercado, prevê um valor a ser pago à alta administração em caso de cessação de cargo. O pacote de desligamento dos administradores conta, inclusive, com cláusula de *non-compete*, por meio da qual, em caso de cumprimento das condições ali estabelecidas, o administrador tem direito à antecipação dos programas de remuneração de longo prazo e o pagamento de uma determinada quantidade de pró-labores.

Os valores pagos a tal título possuem variáveis que dependem do cargo ocupado, prazo no qual o administrador compôs os quadros da Companhia e resultados atingidos, sendo que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, tais parâmetros atingiram os pontos máximos em relação aos quatro importantes administradores que se desligaram da Companhia.

Adicionalmente, os seguintes valores apresentados na tabela do item 13.11 acima foram revistos e reapresentados pela Companhia, conforme segue:

Diretoria Estatutária: a quantidade de membros da Diretoria Estatutária indicada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi revista e passou a incluir, de forma proporcional, a existência de um membro que ocupou tal cargo durante o período de 6 (seis) meses. Adicionalmente, também em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os valores da maior e da menor remuneração foram revistos em virtude da inclusão de valores referente a encargos sociais.

Conselho Fiscal e Conselho de Administração: os valores da maior, da menor e da remuneração média foram revistos em virtude da inclusão de valores referentes a encargos sociais, em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2018.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo VII
Proposta de Alteração do Estatuto Social
(Em conformidade com o art. 11 da ICVM 481/09)

A administração propõe aos acionistas da Companhia que aprovem, nos termos abaixo descritos, a alteração da redação (a) do artigo 2º do seu Estatuto Social, que descreve o objeto social da Cielo; e (ii) dos artigos 35 e 36, a fim de corrigir duas referências cruzadas.

Redação Atual	Redação Proposta
Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; (b) o aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; (c) a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial; (d) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; (e) a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (f) a participação	Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; (b) o aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; (c) a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial; (d) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; (e) a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (f) a participação

Redação Atual	Redação Proposta
em outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior; (g) a prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; (h) a prestação de serviços de análise e informações para apoio a negócios; (i) a prestação de serviços de cobranças; (j) a intermediação de negócios em geral; e (k) o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia.	em outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior; (g) a prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; (h) a prestação de serviços de análise e informações para apoio a negócios; (i) a prestação de serviços de cobranças; (j) a intermediação de negócios em geral; e (k) <u>o comércio varejista especializado de equipamentos de pontos de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares utilizados para a captura e processamento de dados relativos às transações realizadas nos pontos de venda; (l) a atuação como instituição de pagamento na modalidade emissora de moeda eletrônica, bem como a prestação de serviços correlatos a tais atividades; e (m)</u> o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia.
Artigo 35. Na Oferta Pública de Ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es) ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 3 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.	Artigo 35. Na Oferta Pública de Ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es) ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo <u>37</u> deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Artigo 36. O(s) Acionista(s) Controlador(es) da Companhia deve(m) efetivar a Oferta Pública de Ações caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, (i) para a negociação das ações fora do Novo Mercado, ou (ii) em decorrência de reorganização societária (incluindo fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações) na qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para a negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (centro e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou referida operação. Referida obrigação também se caracterizará quando a	Artigo 36. O(s) Acionista(s) Controlador(es) da Companhia deve(m) efetivar a Oferta Pública de Ações caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, (i) para a negociação das ações fora do Novo Mercado, ou (ii) em decorrência de reorganização societária (incluindo fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações) na qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para a negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (centro e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou referida operação. Referida obrigação também se caracterizará quando a

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Redação Atual	Redação Proposta
saída da Companhia do Novo Mercado se der em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado. O preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 36 deste Estatuto Social, observadas a legislação aplicável e as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado. A notícia da realização da Oferta Pública de Ações deve ser comunicada à B3 e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que aprovar a referida saída ou reorganização, conforme o caso.	saída da Companhia do Novo Mercado se der em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado. O preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 37 deste Estatuto Social, observadas a legislação aplicável e as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado. A notícia da realização da Oferta Pública de Ações deve ser comunicada à B3 e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que aprovar a referida saída ou reorganização, conforme o caso.
§ Único - Os administradores devem se manifestar sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumento de capital social e outras transações que possam dar origem à mudança de controle acompanhada de Oferta Pública de Ações, bem como consignar em parecer prévio que foi assegurado o tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.	§ Único - Os administradores devem se manifestar sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumento de capital social e outras transações que possam dar origem à mudança de controle acompanhada de Oferta Pública de Ações, bem como consignar em parecer prévio que foi assegurado o tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

A respeito da alteração proposta para o artigo 2º, a administração esclarece que a complementação do objeto social da Companhia visa a inclusão (i) do comércio varejista especializado de equipamentos de pontos de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares utilizados para a captura e processamento de dados relativos às transações realizadas nos pontos de venda; e (ii) da atuação como instituição de pagamento na modalidade emissora de moeda eletrônica, bem como a prestação de serviços correlatos a tais atividades. As atividades são complementares às já desenvolvidas pela Companhia e visam à expansão da sua linha de negócios fundamentadas em cartões de crédito, de débito e meios de pagamento. A administração entende que tal complementação é importante para a preservação da competitividade em um segmento marcado pelo avanço tecnológico e por mudanças mercadológicas, sendo certo, contudo, que a Companhia seguirá atuando no mesmo ramo de negócios. Diante disso, a complementação do objeto social ora proposta, caso aprovada, não ensejará direito de retirada aos acionistas dissidentes.

Todos os demais artigos do Estatuto Social da Companhia permanecerão inalterados.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Anexo VIII
Estatuto Social Consolidado
(Em conformidade com o art. 11 da ICVM 481/09)

ESTATUTO SOCIAL DA CIELO S.A.

Capítulo I
Denominação, Objeto, Sede e Prazo de Duração

Artigo 1º. A Cielo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; (b) o aluguel, a venda, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; (c) a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial; (d) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; (e) a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (f) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior; (g) a prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; (h) a prestação de serviços de análise e informações para apoio a negócios; (i) a prestação de serviços de cobranças; (j) a intermediação de negócios em geral; (k) o comércio varejista especializado de equipamentos de pontos de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares utilizados para a captura e processamento de dados relativos às transações realizadas nos pontos de venda; (l) a atuação como instituição de pagamento na modalidade emissora de moeda eletrônica, bem como a prestação de serviços correlatos a tais atividades; e (m) o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia.

Artigo 3º. A Companhia tem a sua sede e o seu domicílio legal na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

§ Único - A Companhia pode abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria Estatutária.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Artigo 5º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 6º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Capítulo II Capital Social e Ações

Artigo 7º. O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$5.700.000.000,00 (cinco bilhões, setecentos milhões de reais), dividido em 2.716.815.061 (dois bilhões, setecentas e dezesseis milhões, oitocentas e quinze mil e sessenta e uma ações ordinárias, sem valor nominal).

§ 1º - O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 2º - Todas as ações da Companhia são nominativas, escriturais, e devem ser mantidas em conta de depósito junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”).

§ 3º - É vedada à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 8º - O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 (dois bilhões e quatrocentos milhões) de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

§ 1º - Exceto nos casos previstos nos parágrafos seguintes, na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo de 30 (trinta) dias corridos o prazo para o exercício deste direito, contado da data da publicação da ata da Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia.

§ 2º - A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no *caput* deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

§ 3º - O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

§ 4º - O Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital, durante o prazo do exercício de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores em benefício da Companhia, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Capítulo III Assembleia Geral

Artigo 9º. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente nos quatro primeiros meses do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

§ 1º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um quarto do capital social com direito de voto, e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 2º - As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

§ 3º - A Assembleia Geral só pode deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

§ 4º - Para participar das Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar à Companhia: (i) documento de identidade, instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição escrituradora; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Artigo 10º. A Assembleia Geral é instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração da Companhia ou, em caso de ausência, por qualquer acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 11. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) reformar o Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(vi) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(vii) aprovar a criação ou modificação de planos da Companhia para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(viii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

(ix) deliberar sobre o aumento do capital social, acima do limite autorizado no Artigo 8º acima;

(x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;

(xi) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(xii) deliberar sobre a saída do Novo Mercado (“Novo Mercado”) da B3;

(xiii) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Capítulo IX deste Estatuto Social, dentre as indicadas pelo Conselho de Administração; e

(xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

§ Único - O Presidente da Assembleia Geral deve observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social, vedando a contagem dos votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

Capítulo IV Administração

Seção I Disposições Gerais

Artigo 12. A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Artigo 13. A posse dos administradores nos cargos faz-se mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão, e, também pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

§ 1º – Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

§ 2º - A Assembleia Geral fixa a remuneração global anual dos administradores e cabe

ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Artigo 14. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável e observadas as regras de convocação aplicáveis, qualquer dos órgãos de administração reúne-se validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes, excluídos os impedidos de votar por conflito de interesses.

§ Único - É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto escrito transmitido por fax, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º - No mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, dos membros do Conselho de Administração devem ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista no artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, deve-se proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§ 2º - A qualificação como Conselheiro Independente deve ser expressamente declarada na Ata da Assembleia Geral que o eleger.

§ 3º - O Conselho de Administração tem 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente eleitos pelo próprio Conselho de Administração. O Vice-Presidente exerce as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente são exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos membros.

§ 4º - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, os conselheiros remanescentes indicarão um substituto, respeitadas as condições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, o qual permanecerá no cargo até a primeira Assembleia Geral, quando será eleito o novo conselheiro, que deverá permanecer no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser convocada para proceder a nova eleição.

§ 5º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, salvo na hipótese de vacância, sendo que nesse caso a Companhia deve (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

§ 6º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa de Assembleia Geral, aquele que: (a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; (b) tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia.

§ 7º - No caso de membro do Conselho de Administração não residente no Brasil, a sua posse fica condicionada à constituição de representante residente no país, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária. A procuração de que trata este parágrafo deverá ser outorgada com prazo de validade que deverá estender-se, por no mínimo, três anos após o término do prazo de gestão do conselheiro.

Artigo 16. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Artigo 17. O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou pela maioria dos seus membros. Para ser válida, a convocação deve ser feita com a antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa mantido pela Companhia, de carta com aviso de recebimento, fax ou mensagem eletrônica, devendo indicar a data e o horário da reunião e os assuntos da ordem do dia.

§ 1º - Em caso de ausência justificada ou impedimento temporário de um dos membros do Conselho de Administração, este poderá delegar os seus poderes a um procurador que deverá ser, necessariamente, membro do Conselho de Administração, devendo a procuração conter a matéria do objeto de deliberação e a respectiva manifestação de voto do conselheiro outorgante.

§ 2º - As reuniões do Conselho podem ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os membros participantes da reunião, dentro do menor prazo possível.

Artigo 18. Cada Conselheiro tem direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, as quais serão assinadas por todos e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados na Junta Comercial competente e publicados.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições a ele outorgadas por este Estatuto Social e pela legislação aplicável:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual da Companhia, a aprovação do plano estratégico plurianual e a determinação das metas e estratégias de negócios, acompanhando suas implementações;

(ii) eleger e destituir os diretores estatutários e fixar-lhes as atribuições e os poderes de



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- representação da Companhia, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos praticados;
 - (iv) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (v) submeter à Assembleia Geral, com seu parecer, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social;
 - (vi) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de criação de reservas contábeis;
 - (vii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures e notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor;
 - (viii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros sempre que tais operações, individual ou conjuntamente consideradas, representem valores superiores a 0,5% (meio por cento) da receita líquida da Companhia, apurada no último balanço patrimonial aprovado;
 - (ix) escolher e destituir os auditores independentes;
 - (x) autorizar a contratação da auditoria independente para prestação de serviços adicionais para Companhia que não o serviço de auditoria das demonstrações financeiras, observadas as normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC sobre a matéria;
 - (xi) submeter à Assembleia Geral de montante global de remuneração dos Conselheiros e Diretores, bem como distribuir entre os Conselheiros e Diretores a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral;
 - (xii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 8º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização;
 - (xiii) aprovar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
 - (xiv) outorgar opção de compra e/ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral;
 - (xv) definir a lista tríplice de sociedades especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no parágrafo 1º do artigo 34 deste Estatuto Social;
 - (xvi) autorizar todos os atos, documentos e demais contratos que estabeleçam as obrigações, responsabilidades ou o desembolso de fundos da Companhia que ultrapassem, por operação, ou possam ultrapassar em qualquer período de 12 (doze) meses, o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) da receita líquida da Companhia, apurada no último balanço patrimonial aprovado, excluindo o pagamento de tributos no curso normal dos negócios e os contratos de afiliação de estabelecimentos



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

comerciais ao sistema da Companhia;

(xvii) estabelecer, a cada exercício social, a alçada da Diretoria para a contratação de empréstimos, financiamentos e/ ou qualquer operação de captação de recursos e/ou emissão de títulos de crédito dentro do curso normal dos negócios;

(xviii) autorizar o licenciamento de marca de propriedade da Companhia;

(xix) apresentar à Assembleia Geral a proposta de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações e dissolução, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia;

(xx) apresentar à Assembleia Geral a proposta de participação nos lucros dos administradores da Companhia;

(xxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;

(xxii) aprovar e alterar os regimentos internos do Conselho e da Diretoria;

(xxiii) autorizar a celebração de contratos entre a Companhia e sociedades Controladas(s) ou sob Controle comum, seus administradores, seu Acionista Controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) Controlada(s) e sob Controle comum dos administradores e do Acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) da receita líquida da Companhia, apurada no último balanço patrimonial aprovado;

(xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (xxiv.1) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (xxiv.2) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (xxiv.3) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (xxiv.4) outros pontos que o Conselho considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxv) constituir comitês de assessoramento, com atribuições específicas, aprovar os respectivos regimentos internos e nomear os respectivos membros;

(xxvi) analisar e discutir, semestralmente, a evolução dos negócios e desempenho de suas controladas e Sociedades Investidas;

(xxvii) autorizar o aumento do capital social das subsidiárias integrais e/ou Sociedades Investidas (sociedades subsidiárias integrais, coligadas ou controladas da Companhia, em que esta detenha participação direta ou indireta) da Companhia, em valores superiores àqueles fixados periodicamente pelo Conselho;

(xxviii) autorizar a aquisição, venda, incorporação, cisão, fusão, transformação ou liquidação de subsidiárias integrais e/ou Sociedades Investidas da Companhia;

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(xxix) decidir sobre o voto a ser exercido pelos representantes da Companhia na qualidade de acionista ou quotista das Sociedades Investidas;

(xxx) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o seu próprio desempenho, do diretor-presidente, da secretaria de governança corporativa, e dos comitês a ele vinculados, bem como conhecer a avaliação do desempenho dos demais diretores estatutários realizada pelo diretor-presidente da Companhia;

(xxxi) aprovar e manter atualizado um plano de sucessão do diretor-presidente e de todas as pessoas-chave da Companhia;

(xxxii) deliberar sobre políticas institucionais e código de conduta ética da Companhia

(xxxiii) outros assuntos do interesse do Conselho.

Seção III Diretoria

Artigo 20. A Diretoria Estatutária da Companhia é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e até 8 (oito) Diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores Estatutários podem cumular cargos, conforme deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º - Os Diretores Estatutários poderão ser destituídos e substituídos a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§ 2º - Os Diretores Estatutários são substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor Estatutário, escolhido pelo Diretor Presidente. Em caso de vacância no cargo de Diretor Estatutário, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração, para complementar o mandato do substituído, na primeira reunião subsequente à vacância do cargo, a qual deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, a morte, a renúncia, o impedimento comprovado, a invalidez ou a ausência injustificada do Diretor Estatutário por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Artigo 21. Além das funções e dos poderes definidos pelo Conselho de Administração, os Diretores têm as seguintes atribuições:

§ 1º - Compete ao Diretor Presidente:

(i) estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir;

(ii) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração;

(iii) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias;

(iv) aprovar as estratégias jurídicas propostas pela área competente nos seus dois focos – Preventivo e Contencioso;

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

- (v) dirigir as relações públicas da Companhia;
- (vi) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia;
- (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (viii) representar institucionalmente a Companhia;

§ 2º Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (i) prestar informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada; e
- (ii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

§ 3º - Os Diretores sem designação específica exercerão as funções a serem estipuladas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição, conforme indicação do Diretor-Presidente.

Artigo 22. Os Diretores, dentro das respectivas atribuições, têm amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto Social, de operações que somente possam ser realizadas mediante a prévia deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 23. A representação da Companhia ativa e passivamente, para firmar contratos e assumir obrigações; abrir e movimentar contas bancárias, podendo, para tanto, emitir e endossar cheques; transigir e firmar compromisso; sacar, emitir, endossar para cobrança, caução e/ou desconto, ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de créditos; e prestar fianças, avais ou outras garantias em operações autorizadas pelo Conselho de Administração, será feita por (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, investido de poderes específicos; ou (iii) 2 (dois) procuradores em conjunto, investido de poderes específicos.

§ 1º - Não obstante o previsto no *caput* deste artigo, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor, isoladamente, ou, 1 (um) procurador, investido com poderes específicos, nos atos de (i) emissão e endosso de duplicatas para cobrança bancária; endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia; celebração de contratos de câmbio; e, até o limite fixado pelo Conselho de Administração, assinatura de pedidos de compras e confirmação de vendas; e (ii) representação da Companhia perante qualquer repartição, autarquia ou sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal, desde que não seja para assumir obrigação em nome da Companhia ou exonerar terceiros perante ela.

§ 2º - As procurações da Companhia devem ser assinadas por 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto e devem especificar os poderes concedidos e o prazo de validade, que não pode ser superior a 1 (um) ano, exceto no caso das procurações *ad judícia*, destinadas à defesa dos interesses da Companhia em juízo ou em procedimentos administrativos, as quais podem ser outorgadas por prazo indeterminado.

Artigo 24. São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por Conselheiros, Diretores, procuradores ou empregados, em negócios estranhos ao objeto social, bem como a concessão de empréstimos para acionistas que integrem



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

o bloco de controle, a seus controladores ou sociedades sob controle comum, ou, ainda, a sociedades por eles direta ou indiretamente controladas.

§ Único - É vedada, pela Companhia, a prestação de qualquer modalidade de garantia a obrigações de terceiros, exceto a prestação de garantia a obrigações de sociedades controladas ou coligadas e relacionadas à realização dos respectivos objetos sociais.

Capítulo V Conselho Fiscal

Artigo 25. O Conselho Fiscal da Companhia funciona de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e é instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

§ 1º - Quando instalado, o Conselho Fiscal é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares e suplentes de igual número, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado, e estará condicionada a prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º - O Conselho Fiscal elege o seu Presidente na primeira reunião e funciona de acordo com o Regimento Interno aprovado pelo próprio Conselho.

§ 4º - As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas sempre por maioria de votos dos presentes e lavradas em forma de ata no livro próprio, sendo assinadas por todos os presentes.

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 6º - O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerra-se na Assembleia Geral Ordinária subsequente à de sua eleição.

§ 7º - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em seus impedimentos permanentes, pelo respectivo suplente.

§ 8º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupa o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deve ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

§ 9º - Além dos requisitos previstos em lei, não pode ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantenha vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("Concorrente"), estando vedada, dentre outras, a eleição de pessoa que: (i) seja empregada, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal da Concorrente ou de Controlador ou Controlada (conforme definidos no artigo 31, § 1º, deste Estatuto Social) da Concorrente; (ii) seja cônjuge ou parente até segundo grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal da Concorrente ou de Controlador ou Controlada da Concorrente.

Capítulo VI



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Comitês

Artigo 26. Os Comitês são órgãos auxiliares à administração da Companhia com funções técnicas e consultivas. Os Comitês têm por finalidade tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficiente, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa.

Artigo 27. A instalação dos Comitês compete ao Conselho de Administração, sendo de funcionamento permanente o Comitê de Auditoria.

§ 1º - O Comitê de Auditoria tem por objetivo aconselhar o Conselho de Administração sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitir recomendações e opiniões para que o Conselho de Administração possa promover a supervisão e a responsabilização da área financeira, e para que a Diretoria e a auditoria interna possam desempenhar regularmente as suas funções, assim como os auditores independentes possam avaliar as práticas da Diretoria e da auditoria interna.

§ 2º - A composição, as atribuições, o funcionamento e os requisitos e impedimentos para nomeação dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais Comitês são definidos nos respectivos Regimentos Internos, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Capítulo VII Da Ouvidoria

Artigo 28. A Companhia dispõe de uma Ouvidoria que tem a finalidade de atuar como canal de comunicação com clientes e usuários de produtos e serviços, permitindo-lhes buscar a solução de problemas no seu relacionamento com a Companhia mediante registro de demandas.

§ 1º - A Ouvidoria tem por atribuição, além das previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 4.433, de 23 de julho de 2015:

- (i) atender, registrar, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários dos produtos e serviços da Companhia;
- (ii) prestar esclarecimentos aos clientes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para reposta;
- (iii) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, o relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

§ 2º - A atuação da Ouvidoria é pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§3º - A Ouvidoria tem assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos adicionais para o exercício de suas atividades.

§4º - O Ouvidor será designado e destituído pelo Diretoria Estatutária com mandato unificado de 02 (dois) anos sendo permitida a reeleição.

Capítulo VIII



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Exercício Social, Distribuições e Reservas

Artigo 29. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, são levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, com a observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 30. Com as demonstrações financeiras do exercício, a administração apresenta à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para os fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

- (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o §1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no § 1º deste artigo;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do § 1º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Expansão”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital, a qual será formada com até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e
- (vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

§ 1º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

§ 2º - A Assembleia Geral pode atribuir aos membros do Conselho de Administração e

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

da Diretoria uma participação nos lucros, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, nos casos, forma e limites legais.

§ 3º - O saldo remanescente dos lucros, se houver, deve ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deve ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

§ 4º - Nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, (i) a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, mediante aprovação do Conselho de Administração e observados os limites previstos em lei, declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços, os quais poderão ser compensados com o dividendo mínimo obrigatório; e (ii) o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

§ 5º - A Assembleia Geral pode deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

§ 6º - Os dividendos não recebidos ou não reclamados prescrevem no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que sejam postos à disposição do acionista, e, nesta hipótese, são revertidos em favor da Companhia.

Artigo 31. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, pode a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas podem ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não pode cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§ 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Capítulo IX

Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 32. A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de uma operação ou de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente obrigue-se a efetivar Oferta Pública de Ações tendo por objeto



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário aquele dado ao Acionista Alienante.

§ 1º - Para os fins deste Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas têm os seguintes significados:

“Acionista Controlador” tem o significado atribuído no Regulamento de Listagem do Novo Mercado;

“Acionista Controlador Alienante” tem o significado atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

“Ações em Circulação” tem o significado atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

“Adquirente” tem o significado atribuído no Regulamento de Listagem do Novo Mercado;

“Controlada” é a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores;

“Controlador” ou “Controladora” é a sociedade que, de uma forma direta ou indireta, tem o poder de conduzir uma outra sociedade;

“Controle Difuso” é aquele em que não existe uma sociedade ou grupo definidos como controladores, restando o Poder de Controle diluído;

“Oferta Pública de Ações” significa oferta pública de aquisição de ações;

“Poder de Controle” (ou simplesmente “Controle”) tem o significado atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

“Termo de Anuência dos Controladores” tem o significado atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

“Concorrente” significa empresas ou pessoas que competem direta ou indiretamente com a Companhia no seu mercado de atuação.

§ 2º - O Acionista Controlador não pode transferir a propriedade de suas ações enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

§ 3º - A Companhia não deve registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente do Poder de Controle ou para aquele(s) que venha(m) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

§ 4º - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle pode ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência referido no § 3º deste artigo.

Artigo 33. A Oferta Pública de Ações referida no artigo anterior também deve ser efetivada:

(i) nos casos em que haja a cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que resulte na alienação do Controle da Companhia; e

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

(ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante fica obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação comprobatória.

Artigo 34. Aquele que detenha ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) Acionista(s) Controlador(es), envolvendo qualquer quantidade de ações, está obrigado a:

(i) efetivar a Oferta Pública de Ações referida no artigo 33 deste Estatuto Social;

(ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado as ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do Controle da Companhia, devendo lhes pagar a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro que vier a substituí-lo, até o momento do pagamento;

(iii) tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, caso o percentual destas ações, após a alienação do Controle, seja inferior ao mínimo exigido pelo Regulamento do Novo Mercado, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 35. Na Oferta Pública de Ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es) ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 37 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 36. O(s) Acionista(s) Controlador(es) da Companhia deve(m) efetivar a Oferta Pública de Ações caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, (i) para a negociação das ações fora do Novo Mercado, ou (ii) em decorrência de reorganização societária (incluindo fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações) na qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para a negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou referida operação. Referida obrigação também se caracterizará quando a saída da Companhia do Novo Mercado se der em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado. O preço mínimo a ser ofertado deve corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 37 deste Estatuto Social, observadas a legislação aplicável e as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado. A notícia da realização da Oferta Pública de Ações deve ser comunicada à B3 e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que aprovar a referida saída ou reorganização, conforme o caso.

§ Único - Os administradores devem se manifestar sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumento de capital social e outras transações que possam dar origem à mudança de controle acompanhada de Oferta Pública de Ações, bem como consignar em parecer prévio que foi assegurado o tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

Artigo 37. O laudo de avaliação de que tratam os artigos 35 e 36 deste Estatuto Social deve ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e que seja independente da Companhia, de seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por

Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo 8º.

§ 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia de que tratam os artigos 35 e 36 é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. Esta Assembleia, se instalada em primeira convocação, deve contar com acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, pode contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação devem ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da Oferta Pública de Ações.

Artigo 38. - Na hipótese de Controle Difuso:

(i) sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Oferta Pública de Ações da Companhia deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, serão adquiridas, em primeiro lugar, as ações dos acionistas que não tenham votado a favor da deliberação e que tenham aceitado a Oferta Pública de Ações.

(ii) sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida operação, a Oferta Pública de Ações da Companhia deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembleia Geral.

Artigo 39. - Na hipótese de haver o Controle Difuso e a B3 determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

§ 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, ela poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

§ 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no § 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 para esse fim, o que for menor.

Artigo 40. - Na hipótese de haver o Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado da B3, observar-se-á o seguinte: (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Assembleia Geral, a Oferta Pública de Ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar Oferta Pública de Ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Na situação (ii), caso seja deliberada, em Assembleia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a Oferta Pública de Ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Artigo 41. - Não havendo disposição no Regulamento do Novo Mercado relativa às Ofertas Públicas de Ações referidas nos Artigos 34 e 36, na hipótese de haver Controle Difuso, prevalecem as regras dos Artigos 37 e 38 deste Estatuto Social.

Artigo 42. É facultada a formulação de uma única Oferta Pública de Ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo IX, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de Oferta Pública de Ações, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 43. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da Oferta Pública de Ações prevista neste Capítulo IX, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM podem assegurar a sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia, desde que não haja prejuízo para os destinatários da Oferta Pública de Ações e que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a Oferta Pública até que ela seja concluída, com a observância das regras aplicáveis.

Capítulo X Juízo Arbitral

Artigo 44. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

§ Único - Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer as medidas cautelares de proteção de direitos, em procedimento arbitral instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja-lhe concedida, a competência para a decisão de mérito deve ser imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

Capítulo XI Liquidação da Companhia

Artigo 45. A Companhia deve entrar em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 24.07.2020

Assembleia Geral eleger o liquidante ou os liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao regime de administração temporária, à intervenção e à liquidação extrajudicial, nas condições e forma previstas na legislação aplicável.

Capítulo XII **Disposições Finais e Transitórias**

Artigo 46. Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceituar a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 47. A Companhia deve observar os acordos de acionistas arquivados em sua Sede, se houver, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Artigo 48. As disposições contidas nos Capítulos IX e X, bem como as regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes do artigo 13, *in fine*; artigo 15, § 1º; artigo 20, “xiii” e do artigo 26, § 2º, *in fine*, deste Estatuto Social, somente devem ter eficácia a partir da data em que o Contrato de Participação no Novo Mercado da B3, firmado pela Companhia, entrar em vigor, o que ocorrerá na data de publicação do Anúncio de Início.

Artigo 49. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal deverão observar o disposto no Regulamento do Novo Mercado Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Imobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3.